

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	12
---	----

Notas Explicativas	116
--------------------	-----

Proposta de Orçamento de Capital	181
----------------------------------	-----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	184
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	188
---	-----

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	189
---	-----

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	190
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	13.363.568
Preferenciais	0
Total	13.363.568
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	44.488.768	45.039.760	43.592.347
1.01	Ativo Circulante	1.796.877	1.102.615	876.865
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.106.159	194.147	85.993
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	30	6.189
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	30	6.189
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	0	30	6.189
1.01.03	Contas a Receber	515.323	638.593	570.959
1.01.03.01	Clientes	515.323	638.593	570.959
1.01.04	Estoques	823	337	105
1.01.06	Tributos a Recuperar	101.432	190.280	147.323
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	101.432	190.280	147.323
1.01.07	Despesas Antecipadas	47.538	44.863	28.657
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	25.602	34.365	37.639
1.01.08.03	Outros	25.602	34.365	37.639
1.02	Ativo Não Circulante	42.691.891	43.937.145	42.715.482
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	607.953	657.221	766.005
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	544.715	547.522	738.998
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	544.715	547.522	738.998
1.02.01.04	Contas a Receber	6.992	5.161	3.834
1.02.01.07	Tributos Diferidos	56.246	102.799	0
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	0	1.739	23.173
1.02.03	Imobilizado	41.672.947	42.856.054	41.511.052
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	41.344.499	42.317.285	40.991.357
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	328.448	538.769	519.695
1.02.04	Intangível	410.991	423.870	438.425
1.02.04.01	Intangíveis	410.991	423.870	438.425

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	44.488.768	45.039.760	43.592.347
2.01	Passivo Circulante	1.957.228	4.432.537	3.806.006
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20.788	27.312	29.545
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.935	10.886	10.884
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	16.853	16.426	18.661
2.01.02	Fornecedores	612.900	883.688	578.750
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	612.900	883.688	578.750
2.01.03	Obrigações Fiscais	89.041	128.268	128.182
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	62.902	82.768	75.483
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	62.902	82.768	75.483
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	26.139	45.500	52.699
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	714.003	2.860.815	2.389.264
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	711.038	2.860.815	2.389.264
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	711.038	2.860.815	2.389.264
2.01.04.02	Debêntures	991	0	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	1.974	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	37.774	18.232	13.712
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	37.774	18.232	13.712
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	37.774	18.232	13.712
2.01.06	Provisões	482.722	514.222	666.553
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	50.200	26.172	11.189
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	20.338	8.975	6.003
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	29.862	17.197	5.186
2.01.06.02	Outras Provisões	432.522	488.050	655.364
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	432.522	488.050	655.364
2.02	Passivo Não Circulante	29.357.442	26.575.642	26.314.988
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	28.223.207	25.219.024	25.560.954
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	27.553.394	25.219.024	25.560.954
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	27.553.394	25.219.024	25.560.954

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.01.02	Debêntures	666.764	0	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	3.049	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	0	101.166	100.222
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	101.166	100.222
2.02.04	Provisões	1.134.235	1.255.452	653.812
2.02.04.02	Outras Provisões	1.134.235	1.255.452	653.812
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	1.134.235	1.255.452	653.812
2.03	Patrimônio Líquido	13.174.098	14.031.581	13.471.353
2.03.01	Capital Social Realizado	13.363.568	13.360.658	13.010.058
2.03.04	Reservas de Lucros	0	670.923	461.295
2.03.04.01	Reserva Legal	0	33.546	23.065
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	339.966	201.488
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	113.323	67.163
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	0	184.088	169.579
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-189.470	0	0

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.402.647	4.214.481	4.256.828
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.448.152	-2.411.713	-1.668.182
3.03	Resultado Bruto	954.495	1.802.768	2.588.646
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-104.536	47.446	-101.426
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-104.536	-123.520	-104.208
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	2.582	2.782
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	168.384	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	849.959	1.850.214	2.487.220
3.06	Resultado Financeiro	-1.866.059	-1.639.641	-1.110.893
3.06.01	Receitas Financeiras	159.418	51.962	140.201
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.025.477	-1.691.603	-1.251.094
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.016.100	210.573	1.376.327
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	155.707	-945	-302.271
3.08.02	Diferido	155.707	-945	-302.271
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-860.393	209.628	1.074.056
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-860.393	209.628	1.074.056
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,06420	0,01560	0,08210
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,06420	0,01560	0,08210

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-860.393	209.628	1.074.056
4.03	Resultado Abrangente do Período	-860.393	209.628	1.074.056

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.229.169	2.543.644	2.262.307
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-215.433	-734.179	-1.415.419
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.101.724	-1.701.311	-767.557
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	912.012	108.154	79.331
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	194.147	85.993	6.662
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.106.159	194.147	85.993

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.360.658	0	670.923	0	0	14.031.581
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.360.658	0	670.923	0	0	14.031.581
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.910	0	0	0	0	2.910
5.04.01	Aumentos de Capital	2.910	0	0	0	0	2.910
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-860.393	0	-860.393
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-860.393	0	-860.393
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-670.923	670.923	0	0
5.06.04	Absorção de prejuízos acumulados com reservas	0	0	-670.923	670.923	0	0
5.07	Saldos Finais	13.363.568	0	0	-189.470	0	13.174.098

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.010.058	0	461.294	0	0	13.471.352
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.010.058	0	461.294	0	0	13.471.352
5.04	Transações de Capital com os Sócios	350.600	0	0	0	0	350.600
5.04.01	Aumentos de Capital	350.600	0	0	0	0	350.600
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	209.629	0	209.629
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	209.629	0	209.629
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	209.629	-209.629	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	209.629	-209.629	0	0
5.07	Saldos Finais	13.360.658	0	670.923	0	0	14.031.581

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	12.165.858	0	0	-612.761	0	11.553.097
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	12.165.858	0	0	-612.761	0	11.553.097
5.04	Transações de Capital com os Sócios	844.200	0	0	0	0	844.200
5.04.01	Aumentos de Capital	844.200	0	0	0	0	844.200
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.074.056	0	1.074.056
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.074.056	0	1.074.056
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	461.295	-461.295	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	461.295	-461.295	0	0
5.07	Saldos Finais	13.010.058	0	461.295	0	0	13.471.353

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	5.137.831	4.895.925	4.891.941
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.137.831	4.895.925	4.891.941
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.796.888	-1.183.264	-1.006.308
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.369.170	-893.609	-506.625
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-78.284	-79.046	-117.558
7.02.04	Outros	-349.434	-210.609	-382.125
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.340.943	3.712.661	3.885.633
7.04	Retenções	-1.696.055	-1.121.301	-710.381
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.696.055	-1.121.301	-710.381
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.644.888	2.591.360	3.175.252
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	159.450	52.553	140.908
7.06.02	Receitas Financeiras	159.418	51.962	140.201
7.06.03	Outros	32	591	707
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.804.338	2.643.913	3.316.160
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.804.338	2.643.913	3.316.160
7.08.01	Pessoal	56.238	55.988	49.333
7.08.01.01	Remuneração Direta	38.920	55.988	49.333
7.08.01.02	Benefícios	5.443	0	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.889	0	0
7.08.01.04	Outros	8.986	0	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	579.477	682.389	937.384
7.08.02.01	Federais	567.405	682.389	937.384
7.08.02.02	Estaduais	12.072	0	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.029.016	1.695.908	1.255.387
7.08.03.01	Juros	2.025.477	1.691.603	1.251.094
7.08.03.02	Aluguéis	3.539	4.305	4.293
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-860.393	209.628	1.074.056
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-860.393	209.628	1.074.056



norteENERGIA
USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

Relatório Anual

2020

Relatório da Administração/comentário do Desempenho**SUMÁRIO**

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
ÉTICA E INTEGRIDADE	6
SOBRE ESSE RELATÓRIO	11
PERFIL CORPORATIVO	19
GOVERNANÇA.....	32
PESSOAS	48
SOCIEDADE	59
ECONOMIA	81
MEIO AMBIENTE	87
ÍNDICE REMISSIVO.....	95
VERIFICAÇÃO EXTERNA.....	99

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

(GRI 102-14; 102-15)

Em seu primeiro ano de geração plena na Usina Hidrelétrica Belo Monte, a Norte Energia inova ao apresentar seu relatório com base nas diretrizes *GRI – Global Reporting Initiative* - relativo a 2020, adotando como prática de negócio padrões *ESG - Environment, Social and Governance* -, e consolidando, assim, compromisso com a transparência das atividades. Nosso relatório de sustentabilidade segue normas adotadas pelas principais empresas no mundo, focando não somente nos resultados econômicos, mas, dando igual prioridade aos aspectos socioambientais e de governança. Demonstramos, dessa forma, a preocupação de nossos acionistas, conselheiros e executivos em relatar, de forma sistematizada, impactos positivos e negativos de nossa gestão, bem como a forma como foram mitigados.

O ano de 2020 foi realmente atípico. Marcado pela pandemia da COVID 19, trouxe consequências sociais e econômicas graves, não só para a sociedade, mas também para as empresas do país. Como geração de energia é uma atividade fundamental, mantivemos a operação de nossa usina reforçando os cuidados necessários para proteger a saúde dos colaboradores e, dessa forma, garantir insumo básico e vital para a sobrevivência de todos durante a pandemia, período de isolamento social e de forte pressão sobre o sistema de saúde. Superamos os desafios de operar a UHE Belo Monte, em seu primeiro ano, sem interrupção; adiamos atividades não essenciais e protegemos economicamente nossos fornecedores, assegurando nossos compromissos financeiros com aqueles envolvidos em atividades essenciais e renegociando prazos e condições com os demais.

Em relação às iniciativas relacionadas a projetos socioambientais, atingimos a marca de R\$ 6,3 bilhões em investimentos compensatórios, recorde nacional para obras de infraestrutura de energia elétrica. Mais R\$ 1,2 bilhão será investido nos próximos anos.

Reafirmando o compromisso de nossa empresa com a qualidade de vida nas comunidades locais, adotamos medidas para manter as atividades operacionais sem risco à saúde da população vizinha à UHE Belo Monte. Em 2020, compatibilizamos a necessária distribuição de 126 toneladas de alimentos, durante a fase mais crítica, às comunidades indígenas do entorno de nosso projeto - de modo a garantir segurança alimentar a todos - com a devida proteção contra a disseminação do novo coronavírus. Isso foi feito com a suspensão do acesso aos moradores da vizinhança, em especial às comunidades indígenas, por determinação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o que contribuiu para índices de contaminação mínimos observados entre elas.

Em linha com o objetivo de ampliar a interlocução com os povos indígenas da região, mantivemos canal específico de ouvidoria e diálogo permanente com as etnias que vivem no entorno de Belo Monte. Isso se dá por meio de um amplo Sistema de Radiofonia, instalado nas áreas indígenas do Médio Xingu e gerido pela Norte Energia. Em 2020, mais um passo foi dado em direção a uma maior comunicação entre todos, quando passamos a produzir mensagens nos troncos linguísticos Tupi, Macro-Jê e Karib, além do português.

Implantamos, também com sucesso, o primeiro projeto de telemedicina em comunidade indígena, assegurando melhor acesso ao atendimento médico. Em adição aos investimentos realizados na área, doamos equipamentos de proteção individual, leitos de unidades de tratamento intensivo e testes para detectar a contaminação pelo novo vírus no montante superior a R\$ 6 milhões. Tais iniciativas são reconhecidas pela grande mídia nacional como eixo de ajuda fundamental às comunidades envolvidas nessa atual situação inédita, o que coroa o período de dez anos de nossa intensa atividade socioambiental na região. Desafios, sabemos, se vencem com inovação e decisões assertivas.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Do ponto de vista econômico, o ano de 2020 foi marcado por sérios impactos negativos sobre a atividade do país. Diante das perspectivas de queda de produção e consumo como resultado da pandemia, redirecionamos nossa estratégia na única direção capaz de assegurar sustentabilidade financeira: proteger a liquidez de caixa. Tomamos, inicialmente, medidas de redução de custos e adiamento de investimentos, além de redobramos esforços para o êxito da emissão de debêntures, que, mesmo em condições incertas de mercado, resultou na captação de R\$ 633 milhões. A empresa também obteve registro de companhia aberta, na categoria A, fato que a inseriu no mercado financeiro de forma definitiva.

Em consonância com as medidas adotadas pelo Governo Federal, conseguimos aprovar a suspensão de pagamentos, por seis meses, de nosso serviço da dívida, o que nos proporcionou recursos em caixa superiores a R\$ 1 bilhão. Tais operações permitiram que, ao final do ano, todos os compromissos financeiros fossem honrados conforme os contratos em vigor e, em especial, todos os tributos quitados na data de vencimento.

Outro impacto da forte retração da atividade econômica nacional foi a redução proporcional da geração de energia, comprimindo preços e atingindo o desempenho de nossas receitas. Muitas atividades foram interrompidas e várias empresas deixaram de funcionar, o que diminuiu a demanda do Operador Nacional do Sistema (ONS) de despacho de nossas unidades geradoras. A queda em megawatts gerados também afetou nossa garantia física alocada, reduzindo significativamente a disponibilidade de capacidade de energia para a venda. Comparado à nossa expectativa, houve redução líquida de compra e venda de energia ao redor de R\$ 500 milhões. Não fossem tais fatores imponderáveis, nossa geração teria sido maior.

Neste primeiro ano com capacidade de geração total e com todas as unidades disponíveis, houve um incremento de custos em alguns itens, tais como depreciação, encargos de uso do sistema transmissão e serviço da dívida, que atingiram seus valores máximos. Comparado aos resultados de 2019, tais fatores representaram aumento de R\$ 1,2 bilhão, impactando os resultados.

Em que pese sermos uma indústria de capital intensivo inicial, sujeita a prejuízos em seus primeiros anos de plena operação, uma das consequências da redução de demanda - somada à necessidade de migrarmos de uma administração presencial para virtual, com fechamentos de escritórios e adoção do home office por conta da pandemia - foi seu efeito direto sobre nosso resultado econômico, traduzindo em prejuízo de R\$ 860 milhões.

Neste novo ano, o de 2021, ainda enfrentaremos desafios derivados da grave situação em que se encontra o país. Lidar com um vírus inédito e desconhecido, controlar sua disseminação e mitigar seus impactos continuam sendo luta diária da ciência e da capacidade de administrar grandes e pequenos negócios. Com empenho de nossos colaboradores, entretanto, associado à inovação tecnológica e à gestão efetiva de nossos ativos, a Norte Energia encara com muita confiança os obstáculos a serem superados.

Dentre esses, a renovação da licença de operação se mostra prioritária. Concluiremos grande parte dos condicionantes socioambientais da licença atual, o que nos posiciona de modo favorável para cumprir tempestivamente a obrigação de solicitação da renovação com antecedência mínima de cento e vinte dias.

Em 2021, também planejamos inovar em soluções para melhoria das condições de vida da população que habita o entorno de nossa usina hidrelétrica. Já buscamos a substituição de geradores a diesel nas comunidades isoladas por geração fotovoltaica, com projeto piloto em operação já nas primeiras semanas deste ano. Também pretendemos estender a outras comunidades postos de saúde com telemedicina, *pari passu* com a disponibilidade de serviços de internet, ferramenta essencial para a consolidação do projeto.

Para ultrapassar os desafios de 2020 e consolidar nosso plano de negócio em 2021, tornam-se essenciais as negociações com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) acerca do Hidrograma a ser aplicado neste próximo ano. Produzimos estudos adicionais, demonstrando que os

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

impactos ambientais na “Volta Grande do Xingu”, identificados no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do edital do leilão que deu origem ao nosso contrato de concessão, ainda permanecem inalterados. Estamos confiantes de que as negociações resultarão na manutenção do atual Hidrograma.

Mais do que produzir energia, a UHE Belo Monte gera riquezas, desenvolvimento social e econômico. O projeto foi licitado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) com a operação do tipo “fio d’água”. Desta forma, a usina não alagou terras indígenas e vem dando suporte à saúde, educação, segurança, bem como a projetos produtivos de pesca, coleta, criação e agrossilvicultura, à navegação, ao comércio de produtos regionais, à proteção ambiental e à cultura dos povos da região

Finalmente, agradecemos a nossos acionistas o apoio e confiança em nossa administração, sobretudo diante de situação tão grave que se abateu sobre nosso país. Procuramos refletir em nossas ações o direcionamento de empregar padrões éticos e morais elevados de gestão, refletidos na transparência na comunicação com nossos colaboradores e com a comunidade, veracidade na prestação de informações e conformidade com o marco legal de nosso país.

São atitudes inarredáveis de nossos executivos e de nossa equipe.

Brasília-DF, 28 de janeiro de 2021.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

ÉTICA E INTEGRIDADE

VALORES, PRINCÍPIOS, PADRÕES E NORMAS DE CONDUTA

(GRI 102-16, 103-2 e 3)

A Norte Energia passou a adotar o Programa de Integridade, em 2019, com o compromisso de aderir às normas relevantes para enfrentamento da corrupção, estipuladas em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Entre eles, o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fórum Global Anticorrupção e Integridade da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em linha com as leis brasileiras nº 12.846/2013, nº 8.429/92, nº 9.613/98, que formam o arcabouço legal conhecido como "Leis Anticorrupção". O Programa de Integridade, bem como o Código de Conduta e Ética (CCE), as políticas e as instruções normativas vigentes da Companhia devem ser, obrigatoriamente, seguidos por todos os colaboradores.

A principal missão do Programa de Integridade da Norte Energia é assegurar ambiente ético na empresa, a partir de mecanismos bem definidos de prevenção e combate à corrupção. Concebido com base nas melhores práticas de mercado, conta com diversos instrumentos elaborados a fim de garantir sua efetividade, tais como: normativos, ferramentas de avaliação de risco, monitoramento de fornecedores críticos e de relacionamento com setor público, regras específicas para patrocínios, convênios e doações, dentre outros.

A difusão do Programa e, conseqüentemente, da cultura de integridade entre todos as áreas da Norte Energia, vem sendo realizada por meio de treinamento contínuo dos colaboradores, campanhas de comunicação interna de conscientização e amplificação da importância do comportamento ético, bem como do compromisso da alta administração em priorizar o tema na condução das atividades diárias da Companhia.

Sua implementação foi dividida em cinco pilares com a função de auxiliar na estruturação e adoção, bem como na definição de atribuições e responsabilidades das áreas da Companhia.

São eles:

- i. Comprometimento da Alta Administração;
- ii. Responsabilidade pelo programa de Compliance;
- iii. Avaliação de riscos;
- iv. Instrumentos normativos;
- v. Monitoramento contínuo.

Os principais documentos do Programa de Integridade podem ser acessados no link abaixo:
<https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/norte-energia/etica-e-integridade-corporativa>

CANAL DE DENÚNCIAS E PREOCUPAÇÕES ÉTICAS

GRI 102-17; 103-2

O conjunto de ações adotado pela Companhia a fim de assegurar elevados padrões profissionais na condução de seus negócios engloba, ainda, a criação do Código de Conduta e Ética, que estabelece atitudes e práticas comportamentais, bem como valores e padrões de conduta, a serem adotados e respeitados por todos. Seus

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

princípios contribuem para atuação íntegra, justa e respeitosa dos colaboradores junto aos órgãos públicos, aos fornecedores, às comunidades e em relação ao meio ambiente.

A Norte Energia também desenvolveu sua Política de Conflitos de Interesses que define critérios para a conduta de colaboradores e terceiros, visando evitar uso de informações privilegiadas ou níveis de subordinação e relações de parentesco que possam levar a comportamentos fora dos padrões éticos esperados, bem como influências na condução dos negócios.

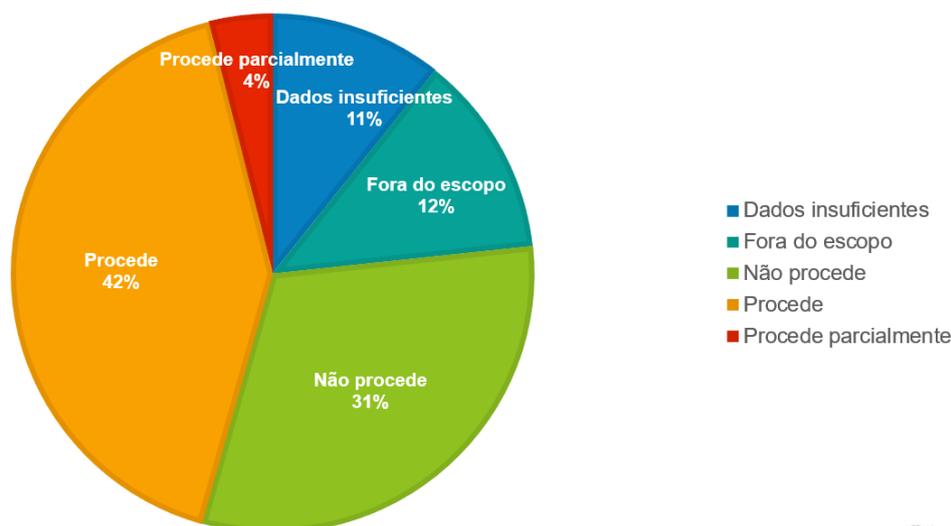
O Programa de Integridade da Companhia reestruturou o Canal de Denúncias, que passou a ser gerido externamente por empresa especializada e foi concebido para permitir relatos de colaboradores e do público externo em geral sobre quaisquer descumprimentos ao código de conduta e ética da Norte Energia. A Companhia garante anonimato da denúncia, independência no recebimento e o devido encaminhamento para providências em relação aos fatos descritos.

A apuração de denúncias é realizada pela Superintendência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* ou pela Superintendência de Auditoria Interna, de acordo com a orientação da Comissão de Ética e Integridade Corporativa, que pode também determinar investigações por terceiros especializados. Todas as denúncias são averiguadas; as respostas divulgadas no site do Canal e as ações apropriadas, quando cabíveis, são tomadas pela Companhia com base nas conclusões das investigações.

Caso o resultado de uma eventual investigação puder impactar materialmente as demonstrações financeiras da Companhia, a alta administração deve ser prontamente notificada, a fim de definir e realizar ações necessárias e adotar planos de remediação.

Desde a criação do novo Canal, em abril de 2019, foram recebidas 111 denúncias, das quais 103 foram concluídas, permanecendo as restantes em fase de apuração. O quadro abaixo demonstra os tipos de encaminhamento dados às denúncias e a conclusão das apurações:

TOTAL DE INCIDENTES – POR TIPO DE CONCLUSÃO



O processo de recepção, admissibilidade e tratamento das denúncias recebidas pelo Canal é regulamentado pelo Regimento da Comissão de Ética e Integridade Corporativa, pela Política de Consequências e pela Instrução Normativa de Apuração de Responsabilidade. As normas definem os requisitos gerais que envolvem medidas disciplinares e os ritos de apuração de eventuais desvios éticos.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

O Canal de Denúncias é aberto para acesso e reporte de terceiros, no link: <https://canalconfidencial.com.br/norteenergia/> ou por meio de ligação telefônica gratuita para 0800 941 9667, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h. Pode ser usado anonimamente.

A Norte Energia mantém, ainda, outro canal de comunicação – a Central Belo Monte 24 Horas - que busca ampliar a interlocução entre as partes interessadas na Área de Influência Direta (AID) da hidrelétrica, visando facilitar a mediação de conflitos relacionados ao licenciamento ambiental. A Central, gerida pela Norte Energia, conta com um canal 0800 (0800-091-2810), com plantões sociais Itinerantes nos Reassentamentos Urbanos Coletivos de Altamira e no núcleo de comunicação na Volta Grande do Xingu. Tanto as atividades da Central quanto seus resultados são acompanhados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Na prática, a Central Belo Monte funciona como instrumento de atendimento e respostas para esclarecimento de dúvidas e para recebimento de comentários e queixas, em especial aqueles provenientes das comunidades do entorno da usina quanto à atuação da UHE Belo Monte, facilitando soluções para as demandas apresentadas pelas comunidades vizinhas à hidrelétrica.

Solicitações, reclamações e/ou elogios podem ser encaminhados de maneira remota ou presencial, sendo registrados em sistema específico. A tramitação das ocorrências está a cargo da Superintendência Socioambiental e de Assuntos Indígenas (SSAI) e das demais áreas da Norte Energia para o devido tratamento e devolutiva aos demandantes.

Abaixo, quadro com o quantitativo de registros do último triênio realizados na Central Belo Monte:

CENTRAL BELO MONTE	2018	2019	2020
Canal 0800	7.262	5.947	4.577
Plantão Social e Itinerante	3.562	1.722	114*
Núcleo de Comunicação na VGX	201	1.810	279*
Total de atendimentos	11.025	9.479	4.970

***Destaca-se que, com a pandemia provocada pelo novo coronavírus, os atendimentos presenciais ocorreram somente entre os meses de janeiro e março de 2020, sendo, posteriormente, direcionados para atendimento remoto do Canal 0800.**

A Norte Energia também mantém canal específico de ouvidoria e diálogo com os povos indígenas da sua área de abrangência, por meio de um amplo Sistema de Radiofonia instalado nas terras indígenas do Médio Xingu, que se espraiam em um território com mais de 5 milhões de hectares (ha), além de um Centro de Informações às Comunidades Indígenas, em Altamira.

Atualmente, o sistema é composto por 88 rádios instalados, sendo uma estação no Centro de Informações em Altamira, 85 estações em aldeias, comunidades e associações indígenas, além de duas estações em órgãos públicos ligados às políticas indigenistas. Esta rede é gerida internamente por meio do Programa de Comunicação Indígena (PCI), instituído pelo Parecer FUNAI nº 21/2009, em atendimento às condicionantes indígenas da Licença Prévia da UHE Belo Monte. O Sistema de Radiofonia Indígena e seus resultados são acompanhados pela FUNAI.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

O PCI agrupa os mecanismos de atendimento e respostas para o esclarecimento de dúvidas, comentários e queixas dos indígenas, assim como facilitador na busca de soluções para tais demandas. O recebimento de solicitações, reclamações e elogios é feito de maneira remota e/ou presencial e o registro em sistema específico com tramitação direta junto à Gerência de Assuntos Indígenas (GAI) da Norte Energia para o devido tratamento e devolutiva aos indígenas.

A seguir, quantitativo de registros do último triênio realizados no PCI:

PCI	2018	2019	2020
Sistema de Radiofonia	3372	3892	4236
Centro de Informações	2122	3404	708
Total de atendimentos	4544	7296	4944

A partir do ano de 2020, o PCI também passou a produzir, em vários casos (em especial, nas comunicações acerca da pandemia da COVID-19), mensagens traduzidas nos troncos linguísticos Tupi, Macro-Jê e Karib, além do português, visando garantir maior acesso da população indígena às informações institucionais.

IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DE GRUPOS DE INTERESSE

GRI 102-40; 102-42

A Norte Energia seleciona seus *stakeholders* relevantes a partir dos seguintes critérios:

Stakeholders primários

Grupo composto pelos grupos de interesse nominados:

- Empregados
- Acionistas
- Instituições Financeiras financiadoras do empreendimento
- Fornecedores
- Clientes

Stakeholders mandatários

- Órgãos governamentais de relacionamento permanente
- Comunidades afetadas pelo empreendimento e público-alvo das ações de mitigação
- Comunidades abrangidas por acordos específicos

Outros stakeholders relevantes

- Entidades da Sociedade Civil atuantes na Amazônia, especialmente nos temas ligados a questões indígenas, de clima, recursos hídricos e de energia
- Academia e Centros de Pesquisa
- Órgãos de imprensa local e regional
- Órgão de imprensa nacional e internacional
- Jornalistas especializados
- Fundos nacionais e internacionais investidores/financiadores de projetos na Amazônia

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

ENFOQUE DE PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS DE INTERESSE

GRI 102-43

No ano de 2020, foram realizados eventos com o envolvimento de grupos de interesse. Dentre eles, destacamos:

- 09 Assembleias Gerais de Acionistas
- 04 reuniões da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal
- 29 reuniões com Comunidades Indígenas
- 46 reuniões com Órgãos Reguladores
- 05 pesquisas de clima organizacional (em média, 70% de participação/respondentes)
- 12 reuniões remotas do Fórum de Acompanhamento Social da UHE Belo Monte (FASBM)

TEMAS E PREOCUPAÇÕES CHAVE MENCIONADOS

GRI 102-44; 403-1 a 3, 5 a 7 e 10; 307-1; 419-1; 303-1, 2 e 4

O período de 2020, especialmente a partir do segundo trimestre, foi intensamente marcado pela pandemia da COVID-19, que determinou medidas preventivas de distanciamento social, quarentena, *lockdowns* (decretados pelas Prefeituras de Altamira e Vitória do Xingu), além de medidas sanitárias de higiene e prevenção da disseminação do vírus.

Em face disso, seguindo as instruções das autoridades de saúde e determinações formais de órgãos fiscalizadores e intervenientes (como Ministério da Saúde, Ibama e FUNAI), ocorreram interrupções temporárias e adiamentos na maioria dos programas de compensações socioambientais empreendidos pela Norte Energia, no âmbito de suas licenças ambientais, em favor das comunidades da área de influência da UHE Belo Monte. A maioria das correspondências, mensagens eletrônicas e de radiofonia e demais mecanismos de interação com a empresa consistiram em solicitações relacionadas à suspensão temporária das atividades presenciais.

A Norte Energia sempre reafirmou seu compromisso com o cumprimento integral das obrigações assumidas. Contudo, o caráter de força maior provocado pela pandemia, com reflexos globais, levou à empresa a decidir pela manutenção, apenas, dos atendimentos e programas considerados essenciais pelas autoridades brasileiras, a fim de proteger a saúde e integridade física das comunidades relacionadas nos programas socioambientais e dos colaboradores diretos da Companhia. Como resultado, a taxa de contaminação pelo Coronavírus, especialmente nas comunidades indígenas atendidas, foi extremamente baixa, com níveis elevados de recuperação dos infectados na região quando comparados às médias nacionais, sobretudo em relação às demais áreas indígenas brasileiras.

Outro tema recorrente nas interações ocorridas com partes interessadas, especialmente com as comunidades ribeirinhas e indígenas da região conhecida como Volta Grande do Xingu, tem a ver com o chamado Hidrograma, que, nas suas versões A e B, determina as vazões médias mínimas a serem liberadas mensalmente, em anos alternados, de forma a garantir a disponibilidade de água aos demais usuários e a integridade ecológica nesse trecho do rio Xingu.

Nesse contexto, a Norte Energia vem cumprindo rigorosamente o Hidrograma previsto no licenciamento ambiental de Belo Monte desde a entrada em operação da primeira Unidade Geradora, em 2016, e, especificamente no período de abril de 2020 a janeiro de 2021, atendeu a um hidrograma alternativo estabelecido pelo órgão ambiental.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

SOBRE ESSE RELATÓRIO

Para a Norte Energia, a transparência representa princípio fundamental de relacionamento com diferentes públicos com os quais interage, como acionistas, comunidades da região de influência da UHE Belo Monte, imprensa, organizações do terceiro setor e órgãos de governo. Em linha com seu propósito, desde o início das obras de construção da Usina, em 2011, a Companhia publicou relatório anual, reportando a esses *stakeholders* e demais interessados a evolução do empreendimento, bem como ações executadas para minimizar o impacto da implantação e da operação da Usina, previstas no PBA.

Em paralelo aos indicadores definidos pela *GRI*, a Companhia se comprometeu, também, a responder com fidelidade às exigências feitas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que desenvolveu manual com indicadores direcionados às empresas do setor elétrico. Por ser geradora de energia, entretanto, alguns dos itens solicitados pela ANEEL não se aplicam à atividade da empresa. Dessa forma, a Norte Energia apresenta indicadores aplicáveis, naturalmente, à sua atividade, reportando-se às tabelas que não puderam ser preenchidas.

Além de adotar padrões *GRI*, o Relatório Anual 2020 segue orientações do manual da ANEEL relativas às composições de capítulos, informações relatadas e aos métodos utilizados para a sua elaboração.

DEFINIÇÃO DOS CONTEÚDOS DOS INFORMES E AS COBERTURAS DO TEMA

GRI 102-46; 102-40 A 44; 103-2 e 3

Em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, o presente informe apresenta fatos, dados e considerações da Companhia referentes aos princípios e conteúdos definidos nas Séries 100, 200, 300 e 400 do *Global Sustainability Standards Board (GSSB)*, pelo sistema *GRI Standards 2016*.

A seleção de conteúdos partiu, inicialmente de listagem interna dos temas considerados significativos para a empresa, definidos por grupo composto pelos altos executivos da Norte Energia e respectivas equipes de trabalho afeitas aos temas, tomando como base a matriz de *stakeholders*, desenvolvida pela Companhia.

O teste de materialidade dos temas pela perspectiva dos *stakeholders* foi desenvolvido tendo por base entrevistas com 600 moradores locais, 30 empregados da Norte Energia, 30 jornalistas de mídia nacional e regional e 30 entidades do que se convencionou chamar de “público institucional” (representantes do terceiro setor e de órgãos do poder executivo federal, estadual e municipal), realizadas em pesquisas de opinião e avaliação de marca realizadas em 2019.

Em 2020, a materialidade para os grupos de interesse foi atualizada por pesquisa qualitativa semiestruturada, na qual foram entrevistados três representantes de comunidades urbanas, três lideranças indígenas, três lideranças ribeirinhas, três representantes de ONGs atuantes na região, três jornalistas especializados e três representantes de órgãos de governo.

Foram ainda consultados sobre a materialidade dos conteúdos, por meio de enquete eletrônica, empregados (230 respondentes) e cinco *heads* de Relações com Investidores dos acionistas institucionais. O teste de materialidade dos temas listados, sob perspectiva da relevância para o negócio, foi realizado por meio da compilação das respostas dadas pelos quatro diretores da Companhia à pesquisa.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

A representatividade dos temas para o negócio e para os grupos de interesse foi classificada em escala de quatro níveis, onde "0" representa "nenhuma importância", "1" "pouca importância", "2" "importância mediana" e "3" "muito importante". Os escores foram construídos a partir das médias aritméticas das notas conferidas por entrevistados de um mesmo grupo.

A matriz de materialidade resultante foi submetida, avaliada e referendada pela diretoria da Nova Energia, passando em seguida à apreciação e aprovação de três Comitês de suporte ao Conselho de Administração - Comitês de Meio Ambiente, de Gestão e de Comitê de Auditoria, *Compliance* e Risco.

Os temas materiais – assim definidos a partir de testes internos e externos – foram ranqueados em uma matriz de materialidade, definindo-se como "prioritários", "relevantes" e "outros". Todos os temas prioritários e relevantes, seus impactos, riscos e oportunidades compõem o conteúdo declarado no presente relatório. Entre as informações, estão os resultados apurados de programas mandatórios (definidos a partir de licenciamentos e outros mecanismos vinculantes) e de projetos voluntários, tanto aqueles associados às metas dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2030 (ODS) da ONU e quanto aos temas preconizados nos 10 Princípios do Equador.

PROCESSO DE MATERIALIDADE:

1.LISTA PRELIMINAR DE TEMAS Identificação de temas por grupos de <i>stakeholders</i> Listagem dos temas por área de atuação da Norte Energia	2. IDENTIFICAÇÃO DE TEMAS MATERIAIS Temas materiais para o negócio (diretoria e acionistas) Pesquisas de marca 2019 Enquete com gestores	3. VALIDAÇÃO EXTERNA Pesquisa qualitativa: Acionistas, Empregados, Comunidades urbanas, Ribeirinhas, Indígenas, ONGs, Jornalistas e Governo	4. PRIORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO Cruzamento da visão interna com a percepção externa Matriz de materialidade Desenvolvimento do relato dos temas	5. CORRELAÇÕES Alinhamento dos temas: GRI Standards ODS 2030 Princípios do Equador
--	---	---	---	--

LISTA DE TEMAS MATERIAIS

GRI 102-47

Foram testados 38 temas, agregados a partir dos conteúdos-padrão das séries *GRI Standards* 100, 200, 300 e 400. O quadro a seguir resume os temas testados e os escores, por grupos de interesse.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

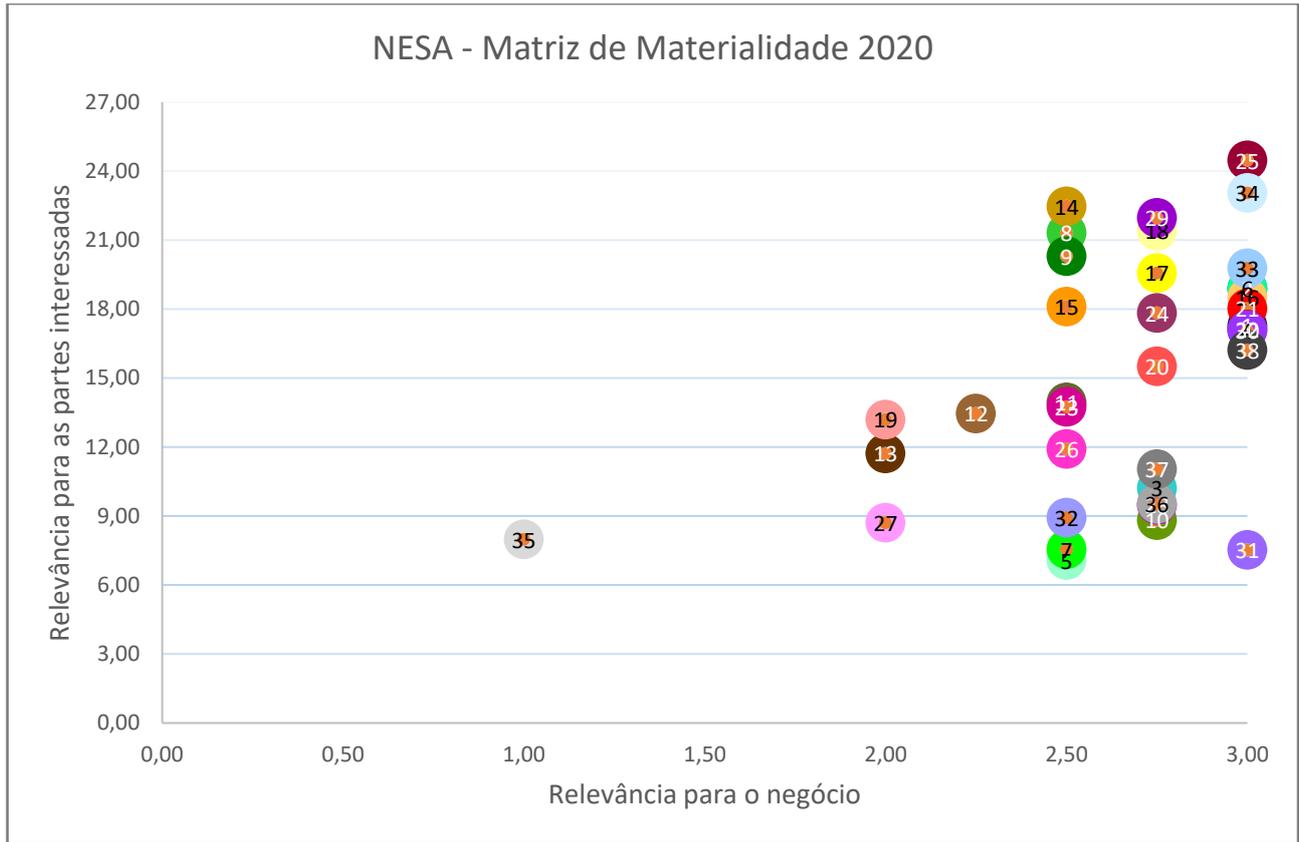
TEMAS	RELEVANCIA PARA O NEGÓCIO	RELEVÂNCIA PARA GRUPOS DE INTERESSE (STAKEHOLDERS)								
		PESQUISA 2019	ACIONISTAS	EMPREGADOS (exceto sup-INT)	LIDERANÇAS URBANAS	LIDERANÇAS RIBEIRINHAS	LIDERANÇAS INDÍGENAS	ONGS/ ACADEMIA	IMPRESA	GOVERNO
ÉTICA E INTEGRIDADE (GRI 102-16 E 17)										
1. VALORES E CONDUTAS	3,00	3,00	3,00	2,94	1,33	0,67	2,00	1,33	2,00	1,00
2. MECANISMOS DE OUVIDORIA SOBRE ÉTICA	3,00	3,00	3,00	2,89	2,67	2,33	2,00	1,67	1,00	0,33
GOVERNANÇA (GRI 102-18 A 39)										
3. ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO	2,75	0,00	2,60	2,60	1,00	0,00	1,00	1,67	1,00	0,33
4. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES	3,00	1,00	3,00	2,75	1,00	0,67	1,33	2,67	2,00	2,67
5. COMPETÊNCIA E AVALIAÇÃO	2,50	1,00	1,00	2,41	0,33	0,00	0,67	0,67	1,00	0,00
6. GESTÃO DE RISCOS	3,00	2,00	3,00	2,88	1,00	3,00	1,33	2,00	1,00	2,67
7. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	2,50	1,00	1,60	1,95	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00
ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS (GRI 102-40 A 44)										
8. LISTA E CRITÉRIOS	2,50	2,00	3,00	2,31	3,00	2,00	2,33	3,00	1,33	2,33
9. SELEÇÃO DE TEMAS	2,50	2,00	2,00	2,30	3,00	3,00	2,00	2,33	1,33	2,33
10. EMPREGADOS (PÚBLICO INTERNO)	2,75	1,00	1,80	2,68	0,67	0,00	0,67	0,33	0,33	1,33
PRÁTICAS DE RELATO E ENFOQUE DE GESTÃO (GRI 102-45 A 56 E GRI 130-1 A 3)										
11. CONTEÚDO E MATERIALIDADE	2,50	2,00	2,40	2,21	2,00	0,33	1,00	2,00	1,33	0,67
12. CONTATOS	2,25	2,00	1,80	2,32	2,00	0,67	0,67	2,33	1,33	0,33
13. ASSEGURAÇÃO INDEPENDENTE	2,00	1,00	2,20	2,19	0,33	0,00	0,00	3,00	2,00	1,00
14. GESTÃO E RESULTADOS	2,50	2,00	2,40	2,73	3,00	1,67	1,67	3,00	3,00	3,00
15. METAS E PLANOS	2,50	0,00	2,00	2,78	3,00	0,00	1,67	3,00	3,00	2,67
TEMAS ECONÔMICOS E RESULTADOS FINANCEIROS (SÉRIE GRI 200 E GRI-EU)										
16. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E GERAÇÃO DE VALOR	3,00	1,00	2,40	2,77	2,67	0,00	2,00	2,67	2,67	2,33
17. ESPECÍFICOS SETORIAIS	2,75	3,00	3,00	2,57	1,00	1,00	0,67	2,33	3,00	3,00
18. IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS	2,75	3,00	2,40	2,66	2,00	1,00	3,00	2,33	2,00	3,00
19. FINANCIAMENTO GOVERNAMENTAL	2,00	2,00	2,60	2,26	1,67	0,00	1,00	1,33	0,67	1,67
20. IMPACTOS ECONÔMICOS INDIRETOS	2,75	3,00	2,20	2,64	2,00	0,33	0,00	2,00	1,00	2,33
21. CORRUPÇÃO E QUESTÕES CONCORRENCIAIS	3,00	3,00	2,40	2,96	2,33	1,67	1,00	1,33	2,00	1,33
22. QUESTÕES TRIBUTÁRIAS	3,00	3,00	3,00	2,78	2,00	0,33	0,67	2,33	2,00	1,00
TEMAS AMBIENTAIS SERIE GRI 300)										
23. INSUMOS E ENERGIA	2,50	3,00	2,80	2,61	1,00	0,00	0,33	3,00	0,67	0,33
24. ÁGUA (COMO RECURSO COMPARTILHADO)	2,75	3,00	2,80	2,69	1,00	1,00	1,67	2,00	1,33	2,33
25. BIODIVERSIDADE E CONSERVAÇÃO NATURAL	3,00	3,00	3,00	2,80	2,00	3,00	2,33	2,67	2,67	3,00
26. MUDANÇAS CLIMÁTICAS E GASES DE EFEITO ESTUFA	2,50	3,00	2,80	2,45	1,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,67
27. EMISSÕES ATMOSFÉRICAS (EXCETO GASES DE EFEITO ESTUFA)	2,00	1,00	1,80	2,24	1,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,67
28. RESÍDUOS	2,75	1,00	1,80	2,69	0,33	0,67	0,00	1,67	0,00	1,33
29. GOVERNANÇA E CONFORMIDADE AMBIENTAL	2,75	3,00	2,80	2,83	1,67	2,33	2,67	2,33	2,00	2,33
TEMAS SOCIAIS (SÉRIE GRI 400 E GRI-EU)										
30. EMPREGO	3,00	3,00	3,00	2,75	2,00	0,00	2,00	1,00	1,00	2,33
31. SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	3,00	1,00	3,00	2,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,33	0,33
32. TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO	2,50	1,00	2,80	2,80	0,00	0,00	1,00	0,67	0,33	0,33
33. DIREITOS HUMANOS DENTRO E FORA DA EMPRESA	3,00	3,00	3,00	2,78	1,00	1,00	2,67	2,00	1,33	3,00
34. RELAÇÕES COM AS COMUNIDADES	3,00	3,00	2,40	2,65	2,67	3,00	3,00	2,33	1,00	3,00
35. RELAÇÕES COM O GOVERNO	1,00	2,00	1,60	1,38	1,00	0,00	0,00	0,67	0,33	1,00
36. RELAÇÕES COM FINANCIADORES	2,75	2,00	1,60	2,59	1,00	0,00	0,00	1,33	0,33	0,67
37. RELAÇÕES COM CLIENTES E CONSUMIDORES	2,75	0,00	2,20	2,50	1,33	0,00	0,00	2,67	1,67	0,67
38. GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS SOCIAIS	3,00	3,00	2,40	2,82	0,00	1,67	1,00	2,33	2,00	1,00

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

O diagrama abaixo ilustra a dispersão dos 38 temas na matriz de materialidade.

		INTERNO	EXTERNO	
ÉTICA E INTEGRIDADE (GRI 102-16 E 17)	VALORES E CONDUTAS	3,00	17,27	1
	MECANISMOS DE OUVIDORIA SOBRE ÉTICA	3,00	18,89	2
GOVERNANÇA (GRI 102-18 A 39)	ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO	2,75	10,20	3
	PAPÉIS E RESPONSABILIDADES	3,00	17,08	4
	COMPETÊNCIA E AVALIAÇÃO	2,50	7,08	5
	GESTÃO DE RISCOS	3,00	18,88	6
	REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	2,50	7,55	7
ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS (GRI 102-40 A 44)	LISTA E CRITÉRIOS DE ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS	2,50	21,31	8
	SELEÇÃO DE TEMAS MATERIAIS	2,50	20,30	9
	ACORDOS COM EMPREGADOS (PÚBLICO INTERNO)	2,75	8,81	10
PRATICAS DE RELATO E ENFOQUE DE GESTÃO (102-45 A 56)	CONTEÚDO E MATERIALIDADE	2,50	13,94	11
	CONTATOS	2,25	13,45	12
	ASSEGURAÇÃO INDEPENDENTE	2,00	11,72	13
	GESTÃO E RESULTADOS	2,50	22,46	14
	METAS E PLANOS	2,50	18,11	15
TEMAS ECONÔMICOS E RESULTADOS FINANCEIROS (SÉRIE GRI 200 E GRI-EU)	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E GERAÇÃO DE VALOR	3,00	18,50	16
	ESPECÍFICOS SETORIAIS	2,75	19,57	17
	IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS	2,75	21,39	18
	FINANCIAMENTO GOVERNAMENTAL	2,00	13,19	19
	IMPACTOS ECONÔMICOS INDIRETOS	2,75	15,51	20
	CORRUPÇÃO E QUESTÕES CONCORRENCIAIS	3,00	18,03	21
	QUESTÕES TRIBUTÁRIAS	3,00	17,11	22
TEMAS AMBIENTAIS SERIE GRI 300)	INSUMOS E ENERGIA	2,50	13,74	23
	ÁGUA (COMO RECURSO COMPARTILHADO)	2,75	17,82	24
	BIODIVERSIDADE E CONSERVAÇÃO NATURAL	3,00	24,47	25
	MUDANÇAS CLIMÁTICAS E GASES DE EFEITO ESTUFA	2,50	11,92	26
	EMISSIONES ATMOSFÉRICAS (EXCETO GASES DE EFEITO ESTUFA)	2,00	8,71	27
	RESÍDUOS	2,75	9,49	28
	GOVERNANÇA E CONFORMIDADE AMBIENTAL	2,75	21,96	29
TEMAS SOCIAIS (SÉRIE GRI 400 E GRI- EU)	EMPREGO	3,00	17,08	30
	SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	3,00	7,53	31
	TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO	2,50	8,93	32
	DIREITOS HUMANOS DENTRO E FORA DA EMPRESA	3,00	19,78	33
	RELAÇÕES COM AS COMUNIDADES	3,00	23,05	34
	RELAÇÕES COM O GOVERNO	1,00	7,98	35
	RELAÇÕES COM FINANCIADORES	2,75	9,52	36
	RELACIONES COM CLIENTES E CONSUMIDORES	2,75	11,03	37
GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS SOCIAIS	3,00	16,22	38	

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Após os testes de materialidade - relevância para o negócio e para as partes interessadas, os temas indicados como materiais para fins do presente relato são assim considerados:

Relatório da Administração/comentário do Desempenho**TEMAS MATERIAS, CONFORME ORDEM DE PRIORIDADE DEFINIDA PELOS STAKEHOLDERS**

25. BIODIVERSIDADE E CONSERVAÇÃO NATURAL	AMBIENTE	GRI 304
34. RELAÇÕES COM AS COMUNIDADES	SOCIEDADE	GRI 413; EU-20 e EU-22
14. GESTÃO E RESULTADOS	GOVERNANÇA	GRI 102-46
29. CONFORMIDADE AMBIENTAL	AMBIENTE	GRI 307
18. PROGRAMAS/INVESTIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS E CUSTOS	ECONOMIA	GRI 203
8. LISTA E CRITÉRIOS DE ENGAJAMENTO DE SATKEHOLDERS	GOVERNANÇA	GRI 102-40 a 43
9. SELEÇÃO DE TEMAS MATERIAIS	GOVERNANÇA	GRI 102-44
33. DIREITOS HUMANOS (INDÍGENAS E RIBEIRINHOS)	SOCIEDADE	GRI 411-1
17. ENERGIA - TEMAS ESPECÍFICOS SETORIAIS	ECONOMIA	EU-1; 2; 4; 6; 8 10; 11; 12; 30
2. MECANISMOS DE OUVIDORIA	GOVERNANÇA	GRI 102-17
6. GESTÃO DE RISCOS	GOVERNANÇA	GRI 102-30 e EU-21
16. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E VALOR GERADO/DISTRIBUÍDO	ECONOMIA	GRI 201-1
21. COMBATE À CORRUPÇÃO	ECONOMIA	GRI 205-1 a 3
24. DISPONIBILIDADE E COMPARTILHAMENTO DE ÁGUA	AMBIENTE	GRI 303-1 e 2
1. VALORES E CONDUTAS DA ORGANIZAÇÃO	GOVERNANÇA	GRI 102-16
4. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES EXECUTIVAS	GOVERNANÇA	GRI 102-20
30. EMPREGO	SOCIEDADE	GRI 401
38. CONFORMIDADE LEGAL ECONÔMICA E SOCIAL	SOCIEDADE	GRI 419
20. IMPACTOS ECONÔMICOS INDIRETOS	ECONOMIA	GRI 203
11. CONTEÚDO E MATERIALIDADE	RELATO	GRI 102-46

TEMAS MATERIAIS INTRODUZIDOS PELA RELEVÂNCIA PARA O NEGÓCIO

26. MUDANÇAS CLIMÁTICAS	AMBIENTE	GRI 305
31. SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	SOCIEDADE	GRI 403

ENTIDADES INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

GRI 102-45

RESPONSÁVEIS PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS:

Nome do responsável pelo conteúdo das DF: Paulo Roberto Ribeiro Pinto

Cargo do responsável: Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo das DF: Luiz Fernando Rolla

Cargo do responsável: Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados declaram que:

a. Reviram as presentes Demonstrações Financeiras;

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

- b. Todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras atendem ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial aos artigos 14 a 19;
- c. O conjunto de informações contido nas Demonstrações Financeiras é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Norte Energia S.A. e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

AUDITORIA INDEPENDENTE:

Ernst &Young Auditores Independentes S.A.

CNPJ: 61.366.936/0016-01

Código CVM: 471-5

A EY foi contratada para realizar os seguintes serviços: (a) Auditoria externa do balanço patrimonial dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, bem como a emissão de relatórios sobre as demonstrações financeiras da Norte Energia S.A. ("Companhia") e emissão de relatório sobre as informações financeiras intermediárias da Companhia dos trimestres relativos a cada exercício social acima mencionado; (b) Relatório sobre a aplicação de procedimentos previamente acordados referente às Demonstrações Contábeis Regulatórias a findarem-se em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020; (c) Emissão de relatório sobre a Aplicação de Procedimentos Previamente Acordados conforme determinado no Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria do Relatório de Controle Patrimonial (RCP) para os anos de 2018, 2019 e 2020; e (d) Emissão de relatórios destinados a aprimorar os controles internos e processos.

MUDANÇAS DE FORMATO DAS INFORMAÇÕES

GRI 102-48

A reorganização de temas e formato no presente informe, em comparação com o relatório para o ano civil de 2019, tem por motivo a adoção plena dos princípios e padrões definidos nos *GRI Standards*.

A partir do informe de resultados do ano civil de 2020, a Norte Energia passou a produzir informações compatíveis com os fundamentos e princípios determinados pelo *GRI Standard 101* e representativas dos conteúdos das séries 102, 200, 300 e 400. Tal fato se deve, principalmente, à obtenção do registro de emissor de valores mobiliários na categoria 'A' junto à CVM. Pelos padrões do *GRI Standards 2016*, o informe se enquadra no escopo "essencial".

MUDANÇAS NA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

GRI 102-49

O presente informe encontra-se adaptado aos padrões e conteúdos definidos nas séries 101, 102, 103 e nos temas materiais pertencentes às séries 200, 300 e 400 do *GRI Standards*. Trata-se do primeiro demonstrativo de resultados e ESG realizado pela empresa nesse formato.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

PERÍODO BASE DO RELATÓRIO

GRI 102-50

O presente relatório de demonstrações financeiras e ESG cobre as informações referentes ao ano civil de 2020 (1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020), comparados, no mínimo, aos dados do exercício anterior (ano civil de 2019).

DATA DO ÚLTIMO RELATÓRIO

GRI 102-51

A divulgação anterior de Demonstrações Financeiras Agregadas, referente ao ano civil de 2019, foi publicada em 21 de fevereiro de 2020.

Os Relatórios Anuais e Socioambientais anteriores da Norte Energia estão disponíveis no site da Companhia: <https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/norte-energia/relatorios-aneais>.

CICLO DE ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS

GRI 102-52

Os Relatórios de Demonstrações Financeiras e ESG da Norte Energia são anuais, referentes ao ano civil do exercício anterior ao ano de publicação.

CONTATO PARA PERGUNTAS SOBRE O RELATÓRIO

GRI 102-53

Além do Relatório Anual e Socioambiental, a Norte Energia divulga suas ações periodicamente por meio de diversos canais, incluindo site institucional, informativos, notas à imprensa, relatórios, campanhas publicitárias e educativas em rádio e televisão, redes sociais como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *LinkedIn* e *YouTube*. Todos esses meios de comunicação permitem que a Companhia aplique sua política de transparência e acesso à informação de forma democrática e inclusiva.

Dúvidas e maiores informações sobre o presente relatório devem ser encaminhadas para o e-mail comunicacao-norteenergia@norteenergiasa.com.br.

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO EM CONFORMIDADE COM OS GRI STANDARDS

GRI 102-54

Este informe foi elaborado em conformidade com a opção "essencial" dos GRI Standards.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

PERFIL CORPORATIVO

NOME

GRI 102-1

Norte Energia S.A.

ATIVIDADES, MARCAS, PRODUTOS E SERVIÇOS

GRI 102-2

A Norte Energia S.A. ("NESA" ou "NE") é a concessionária de operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, cujo propósito é a geração de energia hidrelétrica.

LOCALIZAÇÃO DA SEDE

GRI 102-3

SEPS Q 702/902 Conj. B Bloco A – 3º Andar - Asa Sul | Edifício General Alencastro – Torre B

Tel.: (61) 3410-2010 | CEP: 70390-025 | Brasília - DF

LOCALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES

GRI 102-4

Altamira (PA, Brasil), município-polo da região do empreendimento; e Vitória do Xingu (PA, Brasil), município onde está localizada a estrutura física principal da UHE Belo Monte.

Endereços dos escritórios:

Brasília - DF

SEPS Q 702/902 Conj. B Bloco A – 3º Andar - Asa Sul | Edifício General Alencastro – Torre B

Tel.: (61) 3410-2010 | CEP: 70390-025 | Brasília - DF

Vitória do Xingu – PA

Rodovia Transamazônica, Km 52, s/n

Vitória do Xingu - PA - CEP: 68383-000

Altamira – PA

Avenida Tancredo Neves N° 5003

Bairro Independente II

Altamira - PA – CEP: 68372-222

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

PROPRIEDADE E FORMA JURÍDICA

GRI 102-5

Constituída sob a forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE), a Norte Energia S.A. venceu leilão de concessão em abril de 2010 e tornou-se responsável pela construção e operação, por 35 anos, da UHE Belo Monte.

No início do ano civil de 2020, a Norte Energia S.A. constituía-se em uma sociedade anônima de capital fechado composta por empresas de diferentes segmentos de atuação e por fundos de previdência complementar. Em 14.09.2020, a Norte Energia obteve o registro de emissor de valores mobiliários na categoria "A" junto à CVM. O Fato Relevante que dá conhecimento ao mercado do registro de companhia aberta foi publicado no dia 15.09.2020

MERCADOS ATENDIDOS

GRI 102-6; EU1

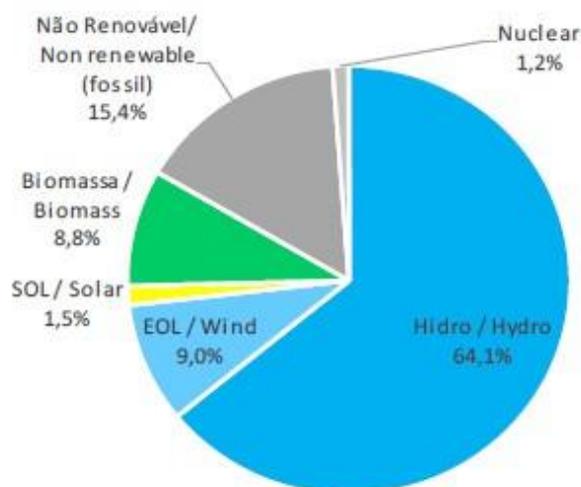
A energia gerada pela UHE Belo Monte é destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), através de cinco linhas de transmissão, e comercializada da seguinte forma: 70% no mercado regulado para 17 Estados, mediante Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), por meio de 45 distribuidoras; 10% para autoprodutores, sócios da Norte Energia, por meio de contratos bilaterais de compra e venda de energia; e 20% para o mercado livre brasileiro.

PORTE DA ORGANIZAÇÃO

GRI 102-7; EU1; EU2

Segundo dados do Balanço Energético Nacional 2020, produzido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) com base nos dados de 2019, 82,9% da energia elétrica gerada no Brasil provém de fontes renováveis. A participação da hidroeletricidade na matriz energética brasileira corresponde 64,9% da geração.

Participação das fontes na capacidade instalada



Fonte: EPE (Brasil). *Balanço Energético Nacional 2020: Ano base 2019*. Rio de Janeiro: EPE, 2020. 292 p.: 182 il.: 23 cm

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

A Usina Hidrelétrica Belo Monte, instalada no rio Xingu, no Pará, contribui expressivamente para este resultado, uma vez que se trata da maior hidrelétrica do País com capital 100% nacional. O prazo de gerenciamento pela Norte Energia, definido no contrato de concessão, é de 35 anos, ou seja, até 2045. A capacidade instalada de 11.233,1 megawatts (MW) e a quantidade média de geração de energia de 4.571 MW, conforme estabelecido no Contrato de Concessão, fazem da Usina a quarta maior hidrelétrica do mundo. O empreendimento é composto por duas Casas de Força: a principal (UHE Belo Monte), abrigando 18 unidades geradoras com turbinas tipo Francis, com capacidade instalada de 11.000 MW; e a complementar (UHE Pimental), com seis Unidades Geradoras, com turbinas tipo Bulbo e capacidade instalada de 233,1 MW.

A barragem da UHE Pimental promove o desvio de parte da vazão do rio Xingu para o Canal de Derivação Principal – de 20 km de extensão, 25 m de profundidade, 210 m de largura na base e 300 m de largura na superfície – com destino à Casa de Força Principal. Na UHE Pimental encontra-se o Vertedouro da Usina, com 18 comportas e capacidade de escoamento de 62.000 m³/s.

Em 2020, a Companhia fez o repasse de R\$ 165.000.000,00 aos municípios da área de influência do reservatório da Usina, ao Estado do Pará e à União, como Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH).

Além disso, investiu R\$ 7.029.967,00 em projetos de pesquisa (recursos diretos) e destinou R\$ 26.415.882,00 (recursos indiretos) ao Ministério de Minas e Energia (MME) e R\$ 17.610.588,00 ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), regulados pelo Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (P&D), conforme as regras do setor elétrico brasileiro.

No total, a UHE Belo Monte inundou uma área de 478 km² no estado do Pará: 238 km² no município de Altamira; 239,2 km² em Vitória do Xingu; e 0,8 km² em Brasil Novo. Do total de 478 km², 57%, ou 274 km², correspondem ao leito original do próprio rio Xingu no período da cheia. A limitação das áreas de inundação é garantida por 28 diques, o maior deles com 68 m de altura.

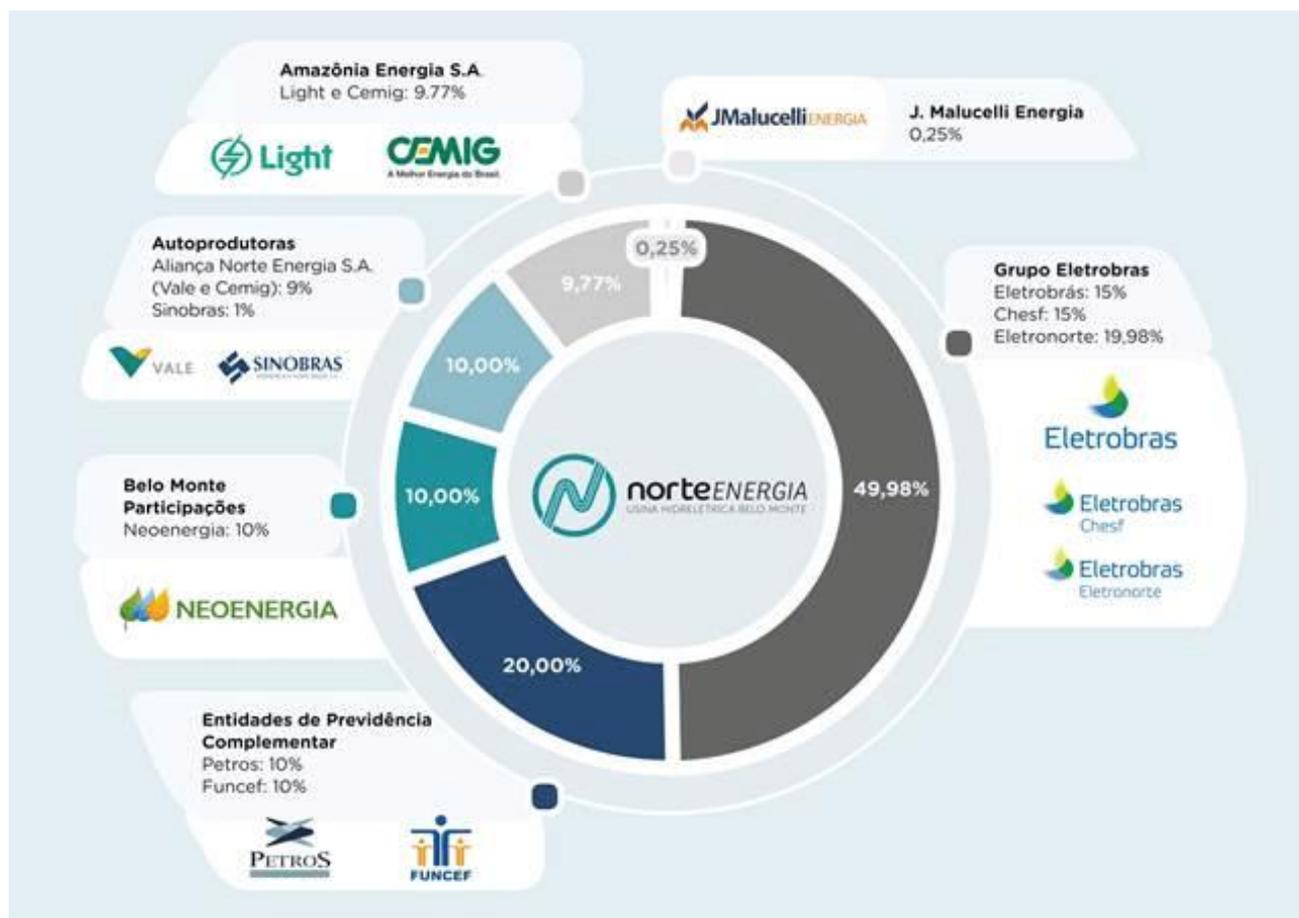
Na UHE Belo Monte, o desnível da Casa de Força Principal é de aproximadamente 87 m. Este valor varia durante o ano em função do ciclo hídrico, com impactos em sua produção de energia, que oscila de acordo com o volume de água. A opção por uma usina a fio d'água implicou em renunciar a parte do potencial energético do Rio Xingu, em favor de um menor impacto sobre o uso dos recursos do rio pelas comunidades ribeirinhas a montante e a jusante. Esse tipo de usina minimiza a necessidade de reservatório de acumulação, operando praticamente em queda de água constante, em uma região com grande desnível natural.

Durante toda sua operação, a Companhia seguirá a exigência da Agência Nacional de Águas de manter uma vazão mínima da hidrelétrica no rio Xingu, como garantia da manutenção da qualidade da água e navegabilidade no trecho conhecido como Volta Grande do Xingu. Com cerca de 100 km de extensão, esse trecho terá nível de água variável ao longo dos anos de geração.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O diagrama a seguir representa a composição acionária da sociedade anônima em 31 de dezembro de 2020.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Para todos os efeitos, o contrato de Acionistas considera:

- “Parte Privada”, os acionistas Petros, Belo Monte Participações, FUNCEF, J Malucelli Energia, Aliança Norte, Sinobras e Amazônia Energia, considerados em conjunto;
- “Parte Pública”, os acionistas Eletrobras, CHESF e Eletronorte, considerados em conjunto;
- “Privados Autoprodutores”, os acionistas Aliança Norte e Sinobras, considerados em conjunto;
- “Privados”, a acionista Amazônia;
- “Privados Institucionais”, os acionistas Petros, da Belo Monte Participações, da FUNCEF e da J Malucelli Energia, considerados em conjunto

NÚMEROS RESUMIDOS

Produção de energia:

Capacidade total de 11.233,1 MW de energia, sendo 4.571 MW médios de garantia física, sendo 4.418,9 MW médios da Casa de Força Principal (UHE Belo Monte) e 152,1 MW médios da Casa de Força Complementar (UHE Pimental).

Evolução das Receitas Líquidas (2017 a 2020):

	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

(em R\$ milhares, exceto %)	R\$	% do total						
Receita líquida	4.402.647	100%	4.214.481	100%	4.256.828	100%	2.598.916	100%

Demonstração de Resultados em 31.12.2020, comparados aos de 2019:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS	31/12/2020	AV 2020	31/12/2019	AV 2019	AH 2020 vs. 2019
Receita operacional líquida	4.402.647	100,00%	4.214.481	100,00%	4,46%
CUSTOS DOS SERVIÇOS	(3.448.152)	(78,32%)	(2.411.713)	(57,22%)	42,98%
Custos de venda de energia	(1.369.170)	(31,10%)	(893.609)	(21,20%)	53,22%
Custos de operação	(2.078.982)	(47,22%)	(1.518.104)	(36,02%)	36,95%
LUCRO BRUTO	954.495	21,68%	1.802.768	42,78%	(47,05%)
Despesas receitas operacionais:	(104.536)	(2,37%)	47.446	1,13%	(320,33%)
Administrativas	(99.919)	(2,27%)	51.505	1,22%	(294,00%)
Depreciação e amortização	(4.617)	(0,10%)	(4.059)	(0,10%)	13,75%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	849.959	19,31%	1.850.214	43,90%	(54,06%)
RESULTADO FINANCEIRO	(1.866.059)	(42,38%)	(1.639.641)	(38,90%)	13,81%
Receitas financeiras	159.418	3,62%	51.962	1,23%	206,80%
Despesas financeiras	(2.025.477)	(46,01%)	(1.691.603)	(40,14%)	19,74%
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.016.100)	(23,08%)	210.573	5,00%	(582,54%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	155.707	3,54%	(945)	(0,02%)	(16.576,93%)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(860.393)	(19,54%)	209.628	4,97%	(510,44%)
Quantidade média de ações disponíveis no exercício (em lotes de mil)	13.396.000		13.396.000		
Lucro/Prejuízo básico e diluído por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (em R\$)	(0,0642)		0,0156		

Número total de empregados em 31/12/2019:

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

369 empregados diretos, sendo 96 em Brasília e 273 em Altamira e Vitória do Xingu.

Número total de empregados em 31/12/2020:

313 empregados diretos, sendo 92 em Brasília e 221 em Altamira e Vitória do Xingu.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Evolução do projeto



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

1.2 OS 5 MUNICÍPIOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA DA OBRA



	Altamira (1)	Anapu (2)	Brasil Novo (3)	Senador José Porfírio (4)	Vitória do Xingu (5)
População estimada 2017	111.435	27.096	14.689	11.357	14.719
População 2010	99.075	20.543	15.690	13.045	13.431
Área Territorial (km ²)	159.533,255	11.895,265	6.362,575	14.419,916	3.089,537
Densidade demográfica (hab/km ²)	0,62	1,73	2,47	0,90	4,35
IDHM 2010**	0,665	0,548	0,613	0,514	0,596

FONTES: DADOS DO IBGE

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

CADEIA DE SUPRIMENTOS

GRI 102-9; 102-10; 204; 308-1 e 2; 414-1 e 2

Para atendimento ao projeto de implementação do Complexo Belo Monte e às ações socioambientais foram cadastrados aproximadamente 7.000 fornecedores/prestadores de serviços de ramos diversos de atividades.

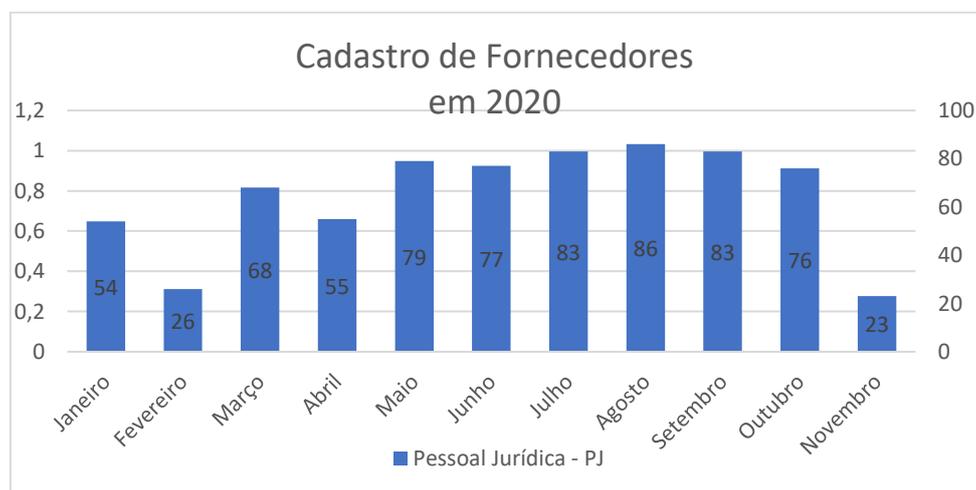
A partir de 2018, a Norte Energia iniciou processo de saneamento da base de fornecedores, que consistiu na complementação de dados de aproximadamente 3.500 fornecedores que tiveram contratos e/ou pedidos de compras realizados nos dois anos anteriores. Mediante esse processo, foi possível gerar uma planilha de exposição para subsidiar a Gerência de Compras com informações necessárias para seleção de proponentes nos processos de contratações da Norte Energia. Atualmente, a Norte Energia tem investido na elaboração de processos de homologação e manutenção da base dos fornecedores por meio de melhorias na integração com as áreas técnicas e corporativas da Companhia.

Qualquer fornecedor pode solicitar o cadastro por intermédio dos contatos relacionados no site <https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/fornecedores>.

A Companhia, ao receber a documentação solicitada, processa um pré-cadastro, reunindo informações básicas necessárias para geração do ID de Fornecedor da Norte Energia S.A. no sistema integrado SAP.

Quando há interesse de contratação dos serviços e/ou produtos de um determinado proponente, é feita a homologação do fornecedor e, em sequência, realizada a complementação cadastral.

Com essa complementação, o sistema estabelece vínculos entre sócios e empresas, possibilitando a identificação de sócios que componham diferentes empresas cuja prestação de serviços e/ou fornecimento de materiais sejam iguais ou similares. O controle, realizado por meio da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), visa reduzir riscos de vícios nos processos de concorrência.



A gestão e controle da base de fornecedores é garantida por meio de atualizações periódicas em função de:

- Atualização de Fichas Cadastrais
- Consulta de dados-chave nos sites da Receita Federal e SERASA
- Avaliação Técnica de serviços realizados e/ou em andamento
- Relatórios e/ou informações recebidos pelas Áreas Corporativas
- Baixa Avaliação da Área Técnica

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

- Não aderência às normas de Compliance e ao Código de Conduta e Ética
- Identificação de questões nos campos Trabalhista, Saúde e Segurança, Meio Ambiente, Direitos Humanos
- Observações da área Jurídica
- Bloqueio por Categorias (técnico ou corporativo)

A permanência dos fornecedores no cadastro da Norte Energia depende tanto da performance técnica, quanto da aderência às políticas de *Compliance* e Integridade, Relações de Trabalho, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente da Companhia. A relação pode ser encontrada em seus nos canais oficiais de comunicação, mas também são explicitamente reforçadas em cláusulas específicas e anexos contidos nos contratos-padrão e pedidos de compras.

Na Norte Energia, a área de Suprimentos foi integralmente reestruturada, com revisão de normas e procedimentos, alinhados às mais modernas práticas do mercado. O desenvolvimento da área contou, ainda, com mapeamento das oportunidades de melhorias dos processos de aquisição e contratação. Mais do que negociar preços e condições de compra, a área de suprimentos tem como missão buscar mecanismos para dar suporte à entrega de produtos e contratos com qualidade, dentro das melhores práticas de mercado.

Entre as ações implementadas destaca-se a criação de um Portal de Compras (ARIBA – SAP), visando dar mais segurança e agilidade aos movimentos de contratação, além de um sistema de assinaturas eletrônicas (DocuSign) que eliminou por completo a impressão de contratos. As iniciativas incluem, ainda, aspectos importantes relativos à responsabilidade socioambiental que constam dos Princípios do Equador, bem como do código de conduta e ética da Norte Energia, anexo obrigatório aos contratos. Todos passaram a ser assinados eletronicamente.

Devido ao alto número de contratos, a Companhia criou, em novembro de 2020, o Portal de Fornecedores. Os fluxos automatizados do Portal facilitaram a integração entre áreas técnicas e corporativas com a de suprimentos, permitindo a rápida análise e tomada de decisão referentes a eventuais suspensões ou inativações permanentes de fornecedores (matriz, filial ou grupo econômico de empresas de um mesmo sócio) que não atendam aos preceitos técnicos, legais, éticos e de conduta estabelecidos pela Norte Energia.

O Portal permite que a gestão da Companhia acesse informações relevantes, como a relação de fornecedores ativos, seus respectivos históricos de contratos, grau de exposição, nível de dependência com a Norte Energia, saldos de contratos a realizar e demais dados administrativos relacionados.

Visando facilitar a escolha dos melhores proponentes em um processo de licitação, foram desenvolvidas as seguintes facilidades:

- Busca por CNAE e tipo de ramo de serviço¹
- BI - Retrospecto de Fornecedores
- BI - Ranking de Fornecedores (em desenvolvimento)
- Status dos Fornecedores (ativo x suspenso)

O objetivo para o ano de 2021 é a plena operacionalidade do Sistema, com o carregamento de atributos complementares na base de cadastro do SAP (Sistema de ERP adotado pela Norte Energia) e a inclusão de novas funcionalidades, mediante integração com o Portal de Contratos.

¹ O Portal de Fornecedores possibilita a inclusão de múltiplos CNAE's por Fornecedor, disponibilizando ainda opções de proponentes nas buscas realizadas por atividades e/ou serviços.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NA ORGANIZAÇÃO

GRI 102-10

No início de 2020, a Norte Energia S.A. constituía-se em sociedade anônima de capital fechado composta por empresas de diferentes segmentos de atuação e por fundos de previdência complementar. Em 15.09.2020, a Companhia publicou fato relevante referente ao seu registro como empresa aberta junto à CVM.

Em 15.05.2020, a Norte Energia realizou a sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única. As debêntures foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Lei de Mercado de Capitais, da Instrução CVM 476/09 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação em relação à totalidade dos papéis. A emissão contou com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários, no montante bruto total de R\$700.000.000,00.

INICIATIVAS EXTERNAS

GRI 102-12

Como parte integrante de seu projeto financeiro, a Norte Energia se compromete a aderir aos Princípios do Equador², sendo auditada trimestralmente por empresa independente.

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e validadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Seguem também as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Como parte do processo de adoção de estratégias de ESG, o presente relatório foi elaborado em linha com os padrões do *Global Sustainability Standards Board* (GSSB), pelo sistema *GRI Standards* 2016. Embora não seja formalmente signatária ao Pacto Global da ONU, a Norte Energia considera as metas dos ODS 2030 pertinentes à sua atividade, juntamente com os *GRI Standards*, norteadores de sua atuação econômica, social e ambiental.

AFILIAÇÃO E SUPORTE A ASSOCIAÇÕES

GRI 102-13; 413-1

A Norte Energia é filiada às seguintes associações e instituições de classe:

- Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage) – Temas: institucional, "advocacy", operações, comercialização.
- Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel) – Temas: institucional, "advocacy", P+L, energia limpa, mudanças climáticas.

² Desde 2013, Instituições Financeiras passaram a assumir que projetos industriais e de infraestrutura de grande porte podem ter impactos adversos sobre a população e o meio ambiente. As Instituições Financeiras Signatárias dos Princípios do Equador (EPFIs, sigla em inglês) passaram a adotar um sistema de 10 Princípios, que visam a garantir que os projetos financiados ou sob assessoramento das EPFIs sejam desenvolvidos de forma socialmente responsável com práticas ambientais seguras, proporcionando mais segurança no financiamento e proteção às obrigações fiduciárias das EPFIs com seus próprios acionistas. As práticas incluem *due diligence* prévia à concessão, bem como auditoria continuada ao longo do financiamento.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

- Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel) – Temas: institucional, “advocacy”, operações, comercialização.
- Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine) – Temas: institucional, “advocacy”, operações, comercialização.
- Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape) – Temas: institucional, “advocacy”, operações, comercialização.
- Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa) – Temas: institucional, ambiental, regulatório, “advocacy”.
- Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje) – Temas: Comunicação empresarial, Imprensa, relações públicas.

Apesar de não possuir vínculos associativos diretos, a Norte Energia tem atuado com as seguintes cooperativas e associações relacionadas com as comunidades da área de influência da UHE Belo Monte:

ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS (POR TERRA INDÍGENA)

TI TRINCHEIRA DO BACAJÁ:

Associação Instituto Bepotire Xikrin (IBIKRIN)

Associação Bebô Xikrin do Bacajá (ABEX)

Associação Indígena Patyì da Aldeia Pỳkayakà (AIPPY)

Associação Indígena Bere Xikrin da TI Bacajá (BERÊ)

TI XIPAYA

Associação Indígena Pyjahyry Xipaia (AIPHX)

Associação Indígena AITEX (AITEX)

TI KURUAYA

Associação Indígena Curuatxe (AIK)

Associação Indígena da Aldeia Curuá (AIAC)

Associação Indígena Kuruaya Aldeia Irinapãne (AIKAI)

TI ARAWETÉ DO IGARAPÉ IPIXUNA

Associação Indígena Araweté do Médio Xingu

TI KOATINEMO

Associação Indígena Asurini Awaete (AWAETÉ ASSURINI)

Associação Indígena Juaketê do rio Xingu (JUAKETE)

TI APYTEREWA

Associação Indígena Tato'a - AIT

TI ARARA

Associação Ugorogmo - Associação do Povo Indígena Arara (UGOROGMO)

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

TI ARARA DA VOLTA GRANDE DO XINGU

Associação de Resistência Indígena Arara do Maia

Associação Indígena PINHAPIN

Associação Indígena Arara Unidos da Volta Grande (ASSINAUXIN)

ÁREA INDÍGENA JURUNA DO KM 17

Associação do povo indígena Juruna do Xingu KM 30 (APIJUX KM 30)

TI PAQUIÇAMBA

Associação Indígena Juruna Unidos da Volta Grande do Xingu (AIJUVX)

Associação YUDJÁ Muratu da Volta Grande do Xingu (AIMYX)

Associação Indígena Korina Juruna da aldeia Paquiçamba (AIKOJUPA)

Associação Indígena YUDJá da aldeia Lakariká – KUMAHERA da Volta Grande do Xingu

TI CACHOEIRA SECA

Associação Indígena Xipaia e Kuruaya da Aldeia Kujubim (AKANEMÃ)

Associação Indígena do Povo Arara da Cachoeira Seca (KOWIT)

TI KARARAÔ

Associação do Povo Indígena Kayapó da Aldeia Kararaô (IREÔ)

CITADINOS E RIBEIRINHOS

Associação dos Índios Moradores de Altamira (AIMA)

Associação Agrícola Representante do Índio Regional de Altamira Xipaia e Curuaia (KIRINAPA)

Associação Indígena Nativa Kuruaya de Altamira (INKURI)

Associação Juruna Tubyá (TUBYÁ)

Associação Indígena Juruna Kuxima da Aldeia São Francisco (AIS KUXIMÃ)

Associação das Comunidades Indígenas Ribeirinhas da Região de Altamira (Takurarê)

Associação Indígena IAWÁ (IAWÀ)

ALTAMIRA - ÁREA URBANA

Associação de Moradores do bairro Água Azul

Associação de Moradores do bairro Casa Nova

Associação de Moradores do bairro Jatobá

Associação de Moradores do bairro Laranjeiras

Associação de Moradores do bairro São Joaquim

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

GOVERNANÇA

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DELEGAÇÃO DE AUTORIDADE

GRI 102-18; 102-19; 102-22; 405-1, 103-2 e 3

A estrutura de governança da Norte Energia é formada pelo Conselho de Administração, assessorado por oito comitês, compostos por representantes dos acionistas, Conselho Fiscal e pela Diretoria. A Companhia baseia seu modelo de gestão na transparência e sustentabilidade de seus negócios e, por essa razão, busca aprimorar constantemente suas práticas de governança corporativa. Adota, ainda, uma série de ações que asseguram a conduta ética dos negócios, bem como o compartilhamento de decisões.

A Norte Energia presta contas periodicamente acerca de suas atividades e desempenho, apresentando dados revisados por auditoria externa independente. A divulgação de resultados da Companhia segue normas internacionais de contabilidade definidas pela *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.



ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA

Conselho de Administração

Responsável por definir as estratégias de longo prazo da Norte Energia, o Conselho de Administração acompanha a execução pela diretoria das ações estabelecidas e toma decisões sobre temas relevantes no âmbito dos negócios, em consonância com atribuições conferidas pela Lei nº 6.404/76 e pelo estatuto social da empresa. É composto por, no máximo, 12 membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos em assembleia geral. Ao final de 2020, a Norte Energia contava com 12 conselheiros de administração e sete suplentes com mandatos unificados de dois anos. O conselho da Norte Energia conta com dois conselheiros independentes.

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Os comitês têm caráter consultivo e informativo de assessoramento ao Conselho de Administração, conforme área de atuação, e não exercem função deliberativa ou executiva.

Comitê Financeiro

Responsável pela análise dos processos de seleção de fornecedores de serviços financeiros e de estudos e propostas requeridos pelo Conselho de Administração relativos a serviços financeiros.

Comitê Técnico

Responsável pela análise dos processos de seleção dos fornecedores de engenharia, fornecimento e construção e dos relatórios de avanços das obras civis, de fornecimento e de montagem.

Comitê de Meio Ambiente

Responsável pela análise dos processos de seleção de fornecedores de serviços de meio ambiente e dos relatórios de avanço no cumprimento das condicionantes socioambientais.

Comitê de Gestão

Responsável pela análise dos processos de seleção de fornecedores de serviços administrativos e de políticas de remuneração e benefícios.

Comitê de Auditoria, Compliance e Risco

Responsável pela análise das políticas do plano anual de auditoria da Companhia, dos relatórios das auditorias externas e de demonstrações contábeis e respectivos pareceres.

Comitê de Regulação e Comercialização

Responsável por acompanhar e elaborar estudos, pareceres e notas técnicas sobre regulamentação do setor elétrico, regras de comercialização vigentes e suas alterações.

O modelo de Governança da empresa contempla, ainda, Comitê de Seguros e Comitê de Operação e Manutenção, que não são estatutários.

Diretoria

A Diretoria da Companhia é composta por quatro diretores, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor de Produção e Implantação, um Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores e um Diretor de Regulação e Comercialização. Todos detêm poderes de gestão interna e de representação da Companhia e cumprem mandato de três anos, com possibilidade de reeleição.

Desde 2017, a Presidência incorporou as áreas Socioambiental e de Relações Institucionais, após extinção das respectivas diretorias. As diretorias Financeira e de Gestão foram unificadas pela nova Diretoria Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores, em 2020. A Diretoria de Produção e Implantação assumiu as áreas de Construção e de Fornecimento e Montagem. Desde 20.02.2020, essa diretoria teve suas atividades interinamente assumidas pelo Diretor-Presidente, até o dia 06.01.2021.

Nome	Cargo	Executivo NE?	Sexo
Paulo Roberto Ribeiro Pinto	Diretor-Presidente	S	M
Paulo Roberto Ribeiro Pinto (Interino)	Diretor de Produção e Implantação	S	M

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Luiz Fernando Rolla	Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores	S	M
Luiz Roberto Alves Correia	Diretor de Regulação e Comercialização	S	M

Conselho Fiscal

Atuando em caráter permanente, o Conselho Fiscal da Norte Energia desempenha função de órgão fiscalizador dos atos de gestão. É composto por cinco membros e suplentes em igual número, eleitos em assembleia geral. O Conselho Fiscal analisa as demonstrações financeiras e opina sobre planos de investimentos, entre outras atribuições. Ao final de 2020, contava com quatro membros titulares e igual número de suplentes, cuja indicação é feita conforme previsto no Acordo de Acionistas e observados os requisitos legais para eleição.

Nome	Cargo	Executivo NE?	Sexo
Reive Barros dos Santos	Presidente do conselho fiscal	N	M
Astrogildo Fraguaglia Quental	Conselheiro fiscal	N	M
Vinicius Balbino Bouhid	Conselheiro fiscal	N	M
Fernando Passalio de Avelar	Conselheiro fiscal	N	M

APOIO À GOVERNANÇA

Auditoria interna

Ao longo de 2020, a Norte Energia continuou trabalhando no modelo de gestão de riscos corporativos, baseado no COSO ERM (padrão mundial) e na Norma ISO 31000. A Companhia detém matriz de riscos consolidada e atualizada, iniciada em 2013, que permite identificar, avaliar e auditar processos operacionais com maior risco e impacto nos resultados.

Auditoria Externa

As Demonstrações Financeiras da Companhia são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e validadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Encontram-se, ainda, em conformidade com normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Os resultados passam, regularmente, pelo crivo da auditoria externa.

As Demonstrações Financeiras do exercício de 2020 foram auditadas pela Ernst Young Auditores Independentes S.S – EY, empresa também responsável pela auditoria no triênio de 2013- 2015. Após este período foi substituída pela Price Waterhouse Coopers (PwC), que auditou as DFs no triênio de 2016-2018. A EY retorna seu trabalho para as contas relativas ao triênio de 2019-2021, obedecendo ao rodízio recomendado pelo Conselho de Administração da Companhia. A Norte Energia seleciona consultorias e auditorias renomadas, a fim de garantir credibilidade de seus processos contábeis e fiscais.

Sistema Integrado de Gestão Empresarial

Para garantir gestão mais eficiente, a Norte Energia utiliza o Sistema Integrado de Gestão Empresarial, conhecido como SAP R/3, implementado em outubro de 2012 e consolidado ao longo dos últimos anos. Trata-se de um dos principais instrumentos adotados para que a Companhia atinja, de forma efetiva, o objetivo de garantir integridade, confidencialidade, transparência, redução de custos e competitividade. O SAP fornece informações em tempo hábil para as tomadas de decisão, tanto pelos gestores quanto pelos acionistas. A geração direta, pelo SAP, do arquivo da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) é exemplo dessa eficiência. O documento é exigido

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

pela Receita Federal desde 2014, após alteração da legislação tributária relativa ao Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica.

O Sistema Integrado é dividido em módulos e suporta todos os processos de formação e gestão de ativos, alinhados com as regras societárias, regulatórias (em conformidade com a Resolução ANEEL nº 674/2015) e fiscais, de modo a proporcionar à alta administração visão clara e inequívoca dos processos organizacionais, com foco na eficiência operacional e financeira. No ano de 2015, a Norte Energia implementou um novo módulo: o de vendas e distribuição, que acompanha e controla o faturamento da venda de energia.

Outro avanço nesse sentido foi a consolidação, a partir de 01.01.2015, do Plano de Contas da empresa, que seguiu a nova resolução normativa da ANEEL para o setor elétrico. A adequação do plano de contas começou em 2014.

O trabalho da Norte Energia no aprimoramento dos processos de gestão tem como principais resultados novo modelo de orçamento, que permite controlar investimentos e despesas com mais precisão e segurança. Para implementar tal modelo, a Companhia formou, em 2013, o Grupo de Trabalho do Orçamento, liderado pela presidência e composto por empregados representantes das quatro diretorias. Essa ação possibilitou o mapeamento de todos os processos que envolvem o orçamento da empresa. Em 2020, a Norte Energia promoveu revisão de sua estrutura organizacional, a partir de estudo desenvolvido por consultoria independente, envolvendo todas as gerências da empresa, que serviu de base para o orçamento de 2020.

O processo orçamentário conta com as seguintes características: formalidade dos processos para acompanhamento; correção e controle do orçamento da Companhia, pois o grupo de orçamento conta com decisão de diretoria para sua constituição e delegação de competência a seus membros; multidisciplinariedade, visto que a Norte Energia possui diferentes áreas operacionais e de suporte; alinhamento estratégico, que se concretiza pelo relacionamento do grupo de orçamento com a diretoria e os comitês de assessoramento do Conselho de Administração; efetividade de suas ações, na medida em que o orçamento passou a ser mais uma ferramenta de gestão da empresa; e prestação de contas, por meio dos relatórios de controle orçamentários, mensalmente emitidos pelo grupo de orçamento e com avaliações analíticas e gerenciais.

RESPONSABILIDADE EM NÍVEL EXECUTIVO DE TEMAS ECONÔMICOS, AMBIENTAIS E SOCIAIS

GRI 102-20; 103-2 E 3

A construção de resultados econômicos, sociais e ambientais é uma responsabilidade transversal a todas as áreas e pessoas. Por definição, a Companhia tem por valor conceito de que tanto sua contribuição econômica para a sociedade quanto seus resultados financeiros são indissociáveis de boas práticas ambientais, sociais e de governança interna.

Em operação de porte, magnitude e localização geográfica como a de Belo Monte, os três pilares do *ESG* constituem parte integrante e relevante das operações e do orçamento anual da companhia. Sendo assim, estratégias e decisões referentes ao campo socioambiental são conduzidas pela superintendência Socioambiental e de Assuntos Indígenas, no seu mais alto cargo executivo, com discussão continuada dos temas relevantes na rotina de gestão de sua diretoria, reportando diretamente ao Presidente da Norte Energia.

Resultados, progressos e riscos socioambientais e de governança são, no mínimo, semanalmente discutidos pelos gestores da área socioambiental com a diretoria da Companhia, e mensalmente com os comitês de Apoio ao Conselho de Administração. Os temas são também levados regularmente pela diretoria da Norte Energia às pautas das reuniões ordinárias do Conselho de Administração.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

CONSULTA A PARTES INTERESSADAS SOBRE TEMAS ECONÔMICOS, AMBIENTAIS E SOCIAIS

GRI 102-21; 413-1; 103-2

A Norte Energia mantém, sistematicamente, canais abertos para escuta das partes interessadas e envolvidas nas atividades da hidrelétrica, elaborando e aplicando questionários e realizando pesquisas de percepção nas comunidades.

Em relação ao público indígena de sua área de abrangência, especificamente, o sistema de radiofonia operado pela Companhia é o principal veículo de comunicação entre as comunidades nas aldeias, e entre essas, a empresa e as instituições governamentais voltadas para tais questões, como FUNAI, Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), entre outros.

Ainda com referência aos indígenas, a Norte Energia também promove reuniões do Comitê Gestor Indígena e de seus subcomitês, divididos por Terras Indígenas, bem como instituiu, em sua Gerência de Assuntos Indígenas, equipes voltadas ao atendimento nas aldeias, além de manter canal próprio de atendimento presencial em Altamira. No ano de 2020, tais atividades foram substancialmente prejudicadas pela pandemia da COVID-19. Na defesa do distanciamento social protetivo às comunidades indígenas, a FUNAI editou em 17.03.2020. Portaria (FUNAI Nº 419), suspendendo, pelo tempo da emergência pública, a concessão de novas autorizações de entrada em terras indígenas, à exceção das necessárias à continuidade da prestação de serviços essenciais às comunidades. A área de influência da Companhia abriga 11 Terras Indígenas, uma Área Indígena, indígenas desaldeados ribeirinhos e indígenas citadinos. As solicitações são recebidas, avaliadas e respondidas pela Norte Energia.

No que tange aos mecanismos de consulta e diálogo com as comunidades da Volta Grande do Xingu, localizadas no Trecho de Vazão Reduzida da UHE Belo Monte, as rotinas de reuniões presenciais com as comunidades também foram afetadas pela pandemia. A despeito das dificuldades, o ano de 2020 ensejou 12 reuniões remotas do Fórum de Acompanhamento Social da UHE Belo Monte (FASBM) com seus respectivos públicos: ribeirinhos, pescadores, reassentados, entre outros.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRI 102-22

O Conselho de Administração é o órgão superior de governança da Norte Energia. É composto por 12 (doze) membros titulares e seus respectivos suplentes, todos eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. Os escolhidos - um designado Presidente, um Vice-Presidente e os demais denominados conselheiros - têm mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição.

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRI 102-23

O Presidente do Conselho de Administração e os demais conselheiros não desempenham cargo executivo na Norte Energia e não possuem vínculo empregatício com a Companhia.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

NOMEAÇÃO E SELEÇÃO PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRI 102-24

Pelo Acordo de Acionistas, somente pode indicar membro para integrar o Conselho de Administração o acionista que, isolada ou conjuntamente, detenha, no mínimo, 9% (nove por cento) do capital social da Companhia.

CONFLITOS DE INTERESSES

GRI 102-25

Para tratar de conflitos de interesse, a Norte Energia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação e regulamentação aplicável. Além disso, a aprovação das operações com partes relacionadas é também submetida à aprovação de seus órgãos decisórios. Havendo possibilidade de conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro dos órgãos deliberativos da Companhia, o respectivo membro deve registrar o possível conflito e abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuam qualquer relação com a matéria em exame.

Em conformidade com a Lei nº 6.404/76, qualquer acionista ou membro do conselho de administração da Norte Energia está impedido de votar em deliberação acerca de matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia. Os administradores e os acionistas devem observar as melhores práticas de governança corporativa na contratação de transações entre partes relacionadas e, assim, zelar pelo interesse da empresa, de acordo com o princípio da equidade.

As operações celebradas pela Companhia com partes relacionadas estão amparadas pela legislação aplicável, principalmente o artigo 245 da Lei das Sociedades por Ações, pelo acordo de acionistas e pelo estatuto social. Devem, ainda, observar as diretrizes do Código de Conduta e Ética da Norte Energia S.A.

As operações que envolvam potencial conflito de interesses entre partes relacionadas são analisadas pela Superintendência de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, responsável por analisar eventuais conflitos. A análise é submetida à apreciação da diretoria colegiada, dos comitês de assessoramento e do Conselho de Administração. Adicionalmente, todas as transações com partes relacionadas são submetidas à apreciação e aprovação da Assembleia de Acionistas.

A Norte Energia possui, também, Política de Conflitos de Interesses, documento integrante de seu Programa de Integridade, a qual estabelece responsabilidades e diretrizes para identificar e gerenciar situações de conflitos de interesses que possam influenciar na condução de seus negócios.

ATUAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NA SELEÇÃO DE OBJETIVOS, VALORES E ESTRATÉGIA

GRI 102-26

De forma geral, a definição de valores, visão, missão, estratégias, objetivos e metas parte da diretoria da Norte Energia, dentro de seus limites de competência, com o suporte dos executivos responsáveis pelos temas econômicos, ambientais e sociais.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Os conselheiros de administração, ouvindo seus representantes nos comitês de assessoramento, podem ratificar ou retificar tal seleção, sugerindo ou suprimindo temas substantivos para as organizações que representam.

CONHECIMENTOS COLETIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRI 102-27

O Conselho de Administração observa continuamente a gestão de temas econômicos, ambientais e sociais por parte da direção da Norte Energia, opinando nas práticas da organização quando há consenso ou maioria. Todos os temas econômicos, ambientais e sociais significativos, seus impactos, riscos e oportunidades são discutidos nas reuniões do Conselho de Administração, permitindo disseminação do conhecimento de tais temas entre todos os conselheiros.

Além disso, os acionistas empresariais no Conselho de Administração nomeiam profissionais especialistas nesses temas, pertencentes aos seus respectivos quadros, para comporem os comitês de assessoramento ao Conselho de Administração. Todos os temas relevantes são tratados em detalhe pela administração da Norte Energia nas reuniões periódicas dos respectivos comitês.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRI 102-28

Atualmente o CA não possui processo estruturado para avaliação de desempenho.

IDENTIFICAÇÃO E GESTÃO DOS IMPACTOS ECONÔMICOS, AMBIENTAIS E SOCIAIS

GRI 102-29; 203-1 e 2; 303-1 e 2; 307-1; 413-1 e 2

A Norte Energia, por meio de suas superintendências e diretorias, identifica e gerencia cotidianamente temas econômicos, ambientais e sociais pertinentes às suas operações, seus impactos, riscos e oportunidades. Os temas significativos são levados às reuniões colegiadas da diretoria e, subsequentemente, aos comitês de assessoramento e ao conselho de administração.

Para a seleção de temas, a Norte Energia conta ainda com mecanismos próprios de escuta e ouvidoria junto aos seus *stakeholders* prioritários, tais como acionistas, comunidades locais, academia, ONGs com atuação local e/ou setorial e imprensa.

O potencial hídrico do rio Xingu só pôde ser aproveitado para geração de energia elétrica após definição de diversas ações socioambientais que condicionaram, legalmente, a construção e o início de operação da UHE Belo Monte, no Pará. Por meio de 117 programas e projetos que compõem o PBA, a Usina assumiu papel estratégico para a preservação ambiental, inclusão social e o desenvolvimento econômico dos municípios mapeados nas áreas de Influência Direta (AID) – Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu – e de Influência Indireta (AII): Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz e Uruará.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Com foco no atendimento aos direitos e demandas da população indígena afetada pela Usina, a Norte Energia elaborou também Plano Básico Específico direcionado ao Componente Indígena (PBA-CI), aprovado em 2012 pela FUNAI.

A Licença Prévia da obra (LP nº 342/2010), precedida pelos adequados EIA/RIMA e que exigiu o cumprimento das condicionantes iniciais do empreendimento, foi concedida pelo Ibama em 2010, após realização de audiências públicas, que reuniram cerca de oito mil participantes.

Desde então, a Norte Energia vem produzindo periodicamente relatórios socioambientais que foram submetidos à avaliação do Ibama, no intuito de informar a evolução das ações solicitadas nas condicionantes do licenciamento, com abrangência nas áreas de gestão ambiental e institucional, meios físico, biótico e socioeconômico. O atendimento inicial a estas exigências garantiu à Companhia sua licença de instalação (LI Nº 795/2011), concedida também pelo Ibama, em 2011, para o início da construção da Usina.

Após comprovar o andamento apropriado do cumprimento de suas obrigações de licenciamento, a Norte Energia obteve, em novembro de 2015, licença de operação (LO Nº 1317/2015), o que viabilizou o início da geração de energia. A geração obedeceu a uma rampa de crescimento, conforme a sequência de entrada em operação das turbinas das Casas de Força Principal e Complementar. Em novembro de 2019, teve início a operação comercial da última turbina, a unidade geradora 18 da Casa de Força Principal, totalizando o potencial instalado de 11.233,1 MW, o que configura a operação plena da UHE Belo Monte.

A Companhia vem cumprindo o cronograma das condicionantes, desenvolvendo as ações previstas no Projeto Básico Ambiental, além de ter concluído obras estruturantes do PBA-CI. Relatórios consolidados anuais e semestrais sobre o andamento do PBA e do PBA-CI vêm sendo enviados, respectivamente, ao Ibama e à FUNAI.

Do montante previsto para o investimento socioambiental do empreendimento, já foram aplicados cerca de R\$ 6.300.000.000,00, incluindo condicionantes ambientais, ações nos municípios e ações do componente indígena.

Importante registrar, ainda, o montante investido pela Norte Energia em ações socioambientais, R\$ 500.000.000,00, compromissados com o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX). Ao final do ano de 2020, foram aplicados R\$ 247.757.094,57 em obras civis, aquisição de bens, equipamentos e serviços diversos, manutenção e suporte à atuação da secretaria executiva e do comitê gestor, e em ações participativas de monitoramento ambiental e social.

EFICÁCIA DOS PROCESSOS DE GESTÃO DE RISCO

GRI 102-30; 102-33; 102-34 103-2 e3

A Norte Energia reconhece que a gestão de riscos corporativos é parte integrante e fundamental de suas atividades de negócios, contribuindo para a evolução estruturada e sustentável de seus resultados financeiros e objetivos sociais, consolidando sua imagem de empresa sólida, eficiente e socialmente responsável.

Nesse contexto, a Companhia desenvolveu sua Política de Gestão de Riscos aprovada pelo conselho de administração, em 2019, com estrutura aderente às recomendações do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* ("COSO") *ERM Framework Update* e na Norma ISO 31000. A política define princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, orientando processos de identificação, avaliação, respostas, tratamento e monitoramento dos riscos do ambiente corporativo, possibilitando a prevenção de seus impactos nas estratégias de negócio da Companhia.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

A estrutura de gestão de riscos foi incorporada ao processo de tomadas de decisões estratégicas, práticas e processos organizacionais da Norte Energia. A avaliação interna de riscos é realizada periodicamente, ou sempre que houver alteração significativa da estrutura organizacional ou do ambiente de negócios.

Riscos para os quais se busca proteção

Os principais riscos que a Companhia considera que pode estar exposta e que busca gerir, mitigar e se proteger envolvem:

- **Riscos do negócio:** incerteza das variáveis intrínsecas ao negócio, como o risco hidrológico e as condições de comercialização de energia no Ambiente de Comercialização Livre (ACL);
- **Riscos de financiamento:** incerteza de os recursos financeiros contratados não sejam suficientes para financiar a construção e operação do empreendimento;
- **Riscos regulatórios, legais e políticos:** necessidade de cumprimento das eventuais obrigações relativas ao licenciamento ambiental; à fiscalização regulatória, fiscal, trabalhista e ambiental; a eventuais alterações normativas pelos órgãos reguladores; riscos de mudança política que possa afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios da Companhia;
- **Riscos operacionais:** possibilidade de perdas resultantes de processos internos inadequados, falhas tecnológicas, erros humanos ou de sistemas, o que inclui riscos ambientais, sociais ou relacionados a fraudes; e
- **Riscos reputacionais:** potencial impacto negativo no valor da Companhia resultante da condução das atividades abaixo das expectativas criadas pelas partes interessadas.

Instrumentos utilizados para proteção

O processo de gestão e mitigação de riscos se origina na identificação dos riscos pelas áreas gestoras de cada processo. Tal identificação considera os contextos externos (ambientes financeiro, econômico, regulatório e de relações com *stakeholders*) e internos (modelo de governança, estrutura organizacional, objetivos estratégicos, estrutura de capital, acesso a crédito), que são analisados com base em estudo dos materiais corporativos, entrevistas com os gestores e fontes de informações externas.

Uma vez identificados os riscos, esses são classificados de acordo com a categoria, os fatores envolvidos, a relevância, magnitude de impacto e a probabilidade de ocorrência, e incluídos em matriz de riscos corporativos, consolidada em 2019.

O estabelecimento do plano de ação para mitigação de riscos é desenvolvido pelos gestores das áreas e avaliados pela diretoria colegiada que, com base nas diretrizes do Conselho de Administração, considera capacidade, apetite e tolerância ao risco da Companhia, buscando determinar parâmetros para análise de seus impactos corporativos.

O modelo adotado pela Norte Energia considera que os respectivos gestores diretos de cada área, prioritariamente, são responsáveis pelo monitoramento dos riscos e desenvolvimento de estratégias para tratamento e execução de controles para proteção às ameaças as quais a Companhia está exposta.

A Superintendência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* analisa periodicamente o desenho e a efetividade dos controles-chave e planos de ação para mitigação e monitoramento dos riscos. Tem como objetivo assessorar a Norte Energia na detecção de possíveis violações às leis e/ou às políticas internas da Companhia, na divulgação e verificação quanto ao cumprimento do seu código de conduta e ética, sua política de conflito de interesses e demais normativos do arcabouço do programa de integridade. Adicionalmente, cumpre a essa Superintendência disseminar a cultura de *Compliance* para todas as áreas e pessoas na Companhia. Juntamente com a Auditoria Interna, a Superintendência promove supervisão sistemática do

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

cumprimento das políticas e normativas estabelecidas pela empresa. As áreas de negócio complementam na diligência da execução dos controles, formando assim as três linhas de defesa.

É atribuição da Auditoria Interna verificar o cumprimento de políticas e normativos da Companhia e prover relatório com resultado dos testes realizados sobre aderência dessas normas internas e da legislação. A Auditoria Interna está subordinada diretamente ao Conselho de Administração, enquanto a Superintendência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* reporta-se à Presidência. Mensalmente, ambas reportam o resultado de suas atividades ao Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos, ao Conselho Fiscal e à Diretoria Colegiada e, trimestralmente, ao Conselho de Administração. Riscos significativos são relatados ao Conselho de Administração e discutidos em suas reuniões ordinárias e extraordinárias, sempre que necessário. Formado em 2019, o Comitê de Auditoria, *Compliance* e Risco tem, entre suas funções, avaliação da matriz de riscos.

No final de 2020, a matriz de riscos corporativos da Norte Energia totalizava 43 riscos anotados e monitorados, entre os quais 11 foram considerados "críticos". Importante ressaltar que os denominados "críticos" possuem mecanismos de controle adequados, permanentemente monitorados, e planos de ações adequados compatíveis com sua relevância e magnitude.

RISCOS SIGNIFICATIVOS EM 2020

GRI 403-1 a 3, 5 a 7, e 10; antigo EU 21; 205-1 a 3; 307-1; 419-1; 303-1, 2 e 4; 305-1 A 5; 103-2 e 3

Impactos da COVID-19 na Companhia

Segundo a OCDE, o surto do coronavírus, declarado como pandemia mundial pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, produziu sobre a economia global impactos maiores do que os da crise financeira de 2008. Os desafios logísticos envolvidos na distribuição universal e aplicação de vacinas constituem, ainda, importante risco para o ano de 2021.

A energia é considerada atividade essencial no Brasil e no mundo. Por essa razão, ao longo de 2020, os negócios da Companhia permaneceram autorizados pelo Poder Público. Medidas restritivas adotadas para contenção da pandemia, entretanto, provocaram forte redução no consumo energia, afetando não apenas esse setor da economia, mas também toda sua cadeia produtiva. A empresa, que monitora os possíveis efeitos da COVID-19 em seus negócios, identificou que o risco de mercado pode ser impactado em função da redução temporária da demanda por energia elétrica.

Adicionalmente, persiste o risco de contaminação de colaboradores e terceiros, prestadores de serviços, bem como entre as comunidades assistidas pelos programas socioambientais da Norte Energia. Como ação de mitigação, a Companhia seguiu rigorosamente, ao longo do ano de 2020, todas as medidas sanitárias e recomendações das autoridades de saúde, logrando obter baixo índice de contaminação em seus quadros, com elevada taxa de recuperação de empregados e terceiros.

Também no que se refere às comunidades, as taxas de infecção e de óbitos em consequência da COVID-19 na região de influência da UHE Belo Monte estiveram muito abaixo da média nacional e, em especial, das médias dos estados da Amazônia Legal. O resultado pode ser atribuído às medidas sanitárias nos contatos adotadas pela Norte Energia e à redução do atendimento às ações essenciais, definidas pelas autoridades competentes, e com o apoio logístico do Exército Brasileiro. A Companhia segue avaliando possíveis impactos da pandemia e, até a presente data, não identificou efeitos significativos em seus saldos e em suas operações, a despeito da redução do consumo nacional de energia elétrica. Contudo, não é possível assegurar que as restrições impostas pela pandemia não venham a se estender, também, pelo ano de 2021.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

PODEMOS SER AFETADOS SUBSTANCIALMENTE POR VIOLAÇÕES AO NOSSO CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA, À LEI ANTICORRUPÇÃO BRASILEIRA E LEIS ANTICORRUPÇÃO SEMELHANTES

GRI 205 1 a 3

A Companhia não pode assegurar que os instrumentos adotados no combate a eventuais atos de corrupção serão totalmente eficazes para o cumprimento dos dispositivos de seu Código de Conduta e Ética, o que pode expor a empresa e seus colaboradores a sanções previstas em legislação aplicável. A exemplo do que ocorre com as demais empresas, não é possível garantir que conseguirá prevenir ou detectar práticas inapropriadas, fraudes ou violações à lei por qualquer colaborador, ou por qualquer terceiro que atue em seu nome, interesse ou benefício. Da mesma forma, tampouco é possível garantir que seus processos de governança corporativa e gerenciamento de riscos não venham a sofrer falhas e que poderá, no futuro, descobrir algum episódio no qual tenha ocorrido falha no cumprimento às leis, regulações ou aos controles internos aplicáveis, o que poderá resultar em multas e/ou outras sanções, afetando negativamente sua reputação, suas condições financeiras e seus negócios.

A Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada pelo decreto 8.420 de 08.03.2015, denominada "Lei Anticorrupção" introduziu o conceito de responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não, sujeitos a penalidades cíveis e administrativas. Instituiu, também, responsabilidade solidária de empresas controladoras ou coligadas pela prática dos referidos atos por controladas. Semelhante ao *Foreign Corrupt Practice Act (FCPA)* dos Estados Unidos da América, a Lei Anticorrupção considera sanções administrativas a serem aplicadas em consequência de ato lesivo à Administração Pública, incluindo multas e proibição de receber benefícios fiscais, subsídios ou crédito de bancos públicos. É importante ressaltar que tal lei entrou em vigor somente em 29.01.2014. Antes dessa data, porém, o Brasil já possuía legislação que permitia imposição de sanções a empresas por práticas relacionadas à corrupção ou a irregularidades em licitações e contratos administrativos.

Desta forma, o não cumprimento de leis de combate à corrupção ou quaisquer investigações de má conduta ou execução de ações contra a Companhia com relação à legislação descrita acima, pode levar a empresa a sofrer multas, perda de direitos (como, por exemplo, alvarás de funcionamento obtidos com violação à lei), danos à reputação e outras penalidades graves (conforme apontado acima), com efeito adverso relevante.

Como forma de mitigação desse risco, a Norte Energia ampliou em 2019 e 2020 seus controles internos, a partir do fortalecimento de seu programa de integridade, fazendo uso de instrumentos como o canal de denúncias, apuração pelo Comitê de Ética e Integridade Corporativa e o duplo controle pela Superintendência de Controles Internos, Riscos e *Compliance* e pela Auditoria Interna, essa última com reporte direto ao Conselho de Administração.

A Companhia pode ser afetada de forma adversa por alteração no Hidrograma

Em 2020, o órgão ambiental reavaliou o Hidrograma preconizado no licenciamento ambiental e estabeleceu um regime de vazões alternativo para ser praticado entre abril e dezembro.

Importante registrar que a Portaria MME nº 417/2009, que aprovou as diretrizes para o leilão de compra de energia elétrica proveniente da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, estabeleceu no artigo 2º, XXII, que "*alterações relativas às restrições operativas hidráulicas devidas ao Hidrograma Ecológico, de vazões obrigatórias a serem*

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

mantidas no trecho da Volta Grande do Xingu e das vazões mínimas dos canais, consideradas no cálculo da garantia física de energia, não ensejarão revisão da garantia física após o Leilão".

Caso o órgão ambiental altere o Hidrograma para os anos seguintes, a Companhia poderá sofrer impactos financeiros, pois a redução de geração da UHE Belo Monte impacta diretamente os valores de *Generation Scaling Factor (GSF)* e pode acarretar custos adicionais no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), bem como substancial redução da disponibilidade de geração hidráulica para o Sistema Integrado Nacional.

Nesse caso, os efeitos seriam sentidos nacionalmente, não apenas mediante pressão de alta nos preços das tarifas de energia elétrica para os consumidores finais, mas, também, com aumento de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) pelo setor elétrico brasileiro, em face da necessidade de despacho de geração das termelétricas.

Cumprir informar que a Norte Energia vem envidando esforços para assegurar a manutenção do hidrograma preconizados no licenciamento ambiental do empreendimento, por meio da articulação com o setor elétrico e com órgãos competentes, visando a uma solução de equilíbrio para a questão.

Mudanças climáticas

As vantagens da energia hidrelétrica em relação às demais fontes são conhecidas. Trata-se de recurso renovável, que evita gastos substanciais com combustíveis fósseis, como ocorre nas usinas termelétricas, contribuindo para matriz energética mais limpa. A principal dificuldade no uso deste recurso, entretanto, provém da variabilidade das aflúncias às usinas. Há variações substanciais nas vazões mensais (sazonalidade) e no total afluyente ao longo do ano, que depende fundamentalmente da quantidade de precipitação ocorrida durante cada estação chuvosa.

Considerando que a geração da Companhia é proveniente de fonte hídrica, o desempenho de suas atividades operacionais depende fortemente de condições hidrológicas. Como o Sistema Interligado Nacional opera em despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas tanto na região geográfica em que a empresa opera, como em outras áreas do país.

De 2013 a 2017, o Brasil enfrentou período de vazões abaixo da média histórica, o que ocasionou escassez hídrica nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Tal cenário impactou o nível dos reservatórios das usinas que integram o SIN, de modo que, para garantir a continuidade do atendimento elétrico-energético ao país, a operação do sistema elétrico visou à redução da produção de energia por hidrelétricas e à correlata necessidade de aumento do despacho de usinas termelétricas. É possível que períodos prolongados de chuvas abaixo da média afetem negativamente os resultados financeiros futuros da Companhia, bem como sua imagem perante públicos estratégicos. O deslocamento da geração hidrelétrica para outras fontes faz com que empresas geradoras fiquem expostas ao mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Em razão da sazonalidade hidrológica, carga de consumo e geração por meio de outras fontes, a energia produzida por uma hidrelétrica apresenta grande variabilidade ao longo do tempo, dificultando a previsão do fluxo de produção de energia. A geração total das hidrelétricas em determinado período do ano pode ser maior ou menor que o total de garantia física das usinas participantes do MRE.

O Mecanismo assegura que, no processo da contabilização na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), todas as usinas participantes recebam seus níveis de garantia física independentemente da produção real de energia, desde que a geração total não esteja abaixo do total da garantia física do SIN. Quando as usinas do MRE não produzem, conjuntamente, energia suficiente para atender à garantia física total do grupo participantes, há uma situação de déficit, conhecida no setor como *Generation Scaling Factor (GSF)* menor que um, que reduz a garantia física do mês, proporcionalmente, para cada um dos participantes, resultando em

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

exposições financeiras negativas. Essa apuração é realizada mensalmente pela CCEE e a energia é liquidada ao Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), expondo o gerador à volatilidade do PLD.

A depender do volume de vendas em relação aos recursos disponíveis após aplicação do GSF para atendimento às suas vendas, tal situação pode impactar negativamente a Companhia e seus resultados. Com relação ao assunto, cumpre destacar que diversos agentes obtiveram liminares judiciais para impedir a cobrança decorrente do GSF, o que ocasionou retenção de valores milionários na CCEE, afetando o mercado de curto prazo.

Em 08.12.2015 foi publicada a Lei nº 13.203, conforme alterada ("[Lei 13.203/2015](#)"), que dispôs sobre a repactuação do risco hidrológico suportado pelos geradores participantes do MRE referente à energia contratada no ACR e ACL. A publicação da Lei nº 13.203/2015 previa a possibilidade de repactuação voluntária do risco hidrológico para o gerador participante do MRE. Em 11.12. 2015, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 684 para regulamentar a Lei nº 13.203/2015.

Outros riscos relacionados à Companhia constam no formulário referência, submetido e atualizado regularmente pela Norte Energia junto à CVM. Este formulário ainda faz menção a: (i) riscos associados ao controlador; (ii) riscos associados a seus acionistas; (iii) riscos associados a seus fornecedores; (iv) riscos associados a seus clientes; (v) riscos associados aos setores da economia; (vi) riscos associados ao setor de regulação em que a Companhia atua; (vii) riscos associados a outras questões socioambientais; (viii) riscos associados a questões macroeconômicas; e (ix) riscos relacionados ao mercado.

PRINCÍPIO DE PRECAUÇÃO

GRI 102-11

O enfoque de precaução foi introduzido com o Princípio 15 da Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas. Este Princípio indica que *"para proteger o meio ambiente, os Estados deverão aplicar o critério de precaução conforme suas capacidades. Se é gerado um risco de dano grave ou irreversível, não se deverá utilizar a falta de certeza científica absoluta para postergar a adoção de medidas eficazes em função de seus custos, e impedir a degradação do meio ambiente"*.

Aplicar o Princípio de Precaução, portanto, pode ajudar a organização a reduzir ou evitar impactos negativos para o meio ambiente. Nessa direção, a Norte Energia pauta suas atividades em conformidade com toda legislação aplicável. Seus executivos, colaboradores e fornecedores são treinados, e assumem compromisso com o código de ética da empresa, bem como com o cumprimento pleno da legislação aplicável. Busca-se, dessa forma, precaver sua atuação, evitando ativamente qualquer eventual desvio.

AVALIAÇÃO DOS TEMAS ECONÔMICOS, AMBIENTAIS E SOCIAIS

GRI 102-31

Da pauta das Reuniões Ordinárias mensais do Conselho de Administração, constam sempre tópicos deliberativos e/ou informativos cobrindo os temas econômicos, ambientais e sociais, seus impactos, riscos e oportunidades, apresentados pelo Diretor Presidente, demais membros da Diretoria Colegiada, e/ou por Superintendentes e demais gestores da empresa afeitos às matérias.

Previamente, tais tópicos são submetidos à avaliação e aprovação dos Comitês de Apoio ao Conselho de Administração relacionados aos temas, em reuniões ordinárias, mensais, e extraordinárias, sempre que convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

FUNÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

GRI 102-32

A incorporação de conteúdos ESG na demonstração de resultados da Norte Energia foi decidida por sua Diretoria Executiva, seguindo recomendações do Conselho de Administração.

POLÍTICA E PROCESSO DE DEFINIÇÃO DE REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

GRI 102-35; 102-36

Ao longo do tempo, a Norte Energia vem compondo sua política formal de remuneração para seus administradores, conselheiros fiscais e membros dos comitês, convergente com as diretrizes estratégicas e legais. Todos no quadro da Diretoria Executiva são diretores estatutários.

Cabe ao Comitê de Gestão revisar e recomendar ao Conselho de Administração da Companhia as melhores formas de remunerar seus colaboradores, incluindo salário e bônus, além de analisar planos de carreira e de sucessão para a administração, elaborados pela Superintendência de Gente e Gestão.

Em novembro de 2018, entrou em vigor a política de remuneração dos conselhos de Administração e Fiscal. Tal política tem por finalidade estabelecer diretrizes orientadoras da forma de remuneração e benefícios concedidos aos membros dos dois conselhos, buscando manter a Companhia adequada às melhores práticas de mercado. O valor global da remuneração dos conselheiros é fixado pela Assembleia Geral, anualmente, incluindo benefícios de qualquer natureza, em conformidade com disposto na Lei nº 6.404/76.

A prática de remuneração da Companhia visa estimular e promover alinhamento de seus administradores, motivando sua produtividade e eficácia, a fim de incentivar a competitividade em seu mercado de atuação. Assim, os pacotes de remuneração dos diretores estatutários incluem honorários competitivos e programas de participação nos lucros e resultados, em linha com o plano de metas estabelecido, anualmente, pelo CA.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia é fixa e não considera indicadores de desempenho. Os membros do CA não possuem vínculo empregatício com a empresa, não recebem qualquer remuneração variável e/ou planos de opções de compra de ações, uma vez que a Companhia não possui os referidos planos. A remuneração de seus membros está dividida em (a) remuneração fixa mensal; e (b) plano de assistência médica e odontológica, atualmente em transição, somente cedido aos conselheiros independentes no mandato vigente. Ao final do mandato, não fará mais parte do *total compensation*. O honorário de cada membro titular do CA será equivalente a 10% (dez por cento) do maior honorário dentre os diretores executivos, incluindo o décimo-terceiro salário, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Os membros suplentes do Conselho de Administração não fazem jus a qualquer remuneração, exceto no caso em que se configure a vacância do cargo de membro titular, quando o respectivo suplente assume o cargo e as funções de forma automática e interinamente, para completar o prazo restante do mandato ou até que seja eleito novo membro titular, nos termos do estatuto social da Companhia.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Os membros do Conselho Fiscal não possuem vínculo empregatício com a Norte Energia; recebem remuneração fixa que não pode ser inferior a 10% da média da remuneração atribuída a cada diretor executivo, excluindo benefícios, verbas de representação e remuneração variável, em conformidade com a Lei nº 6.404/76.

Para a parcela fixa da remuneração dos diretores estatutários, são consideradas pesquisas salariais conduzidas pela Superintendência de Gente e Gestão da empresa, atrelada ao nível da responsabilidade da função exercida. Adicionalmente, é considerada a qualificação profissional para o exercício da função. A remuneração variável dos diretores estatutários da Companhia é definida por meio de um plano de metas, previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Norte Energia.

Muito embora os comitês estatutários de apoio ao Conselho de Administração exerçam função de assessoramento na decisão dos órgãos de administração da Companhia, além de exercer outras funções e atividades, seus membros não recebem e nem receberam qualquer remuneração desde sua criação.

A Norte Energia realiza avaliações periódicas das práticas adotadas em relação à remuneração de seu Conselho de Administração e Diretoria. De maneira geral, para garantir as melhores práticas de mercado, a Superintendência de Gente e Gestão realiza, anualmente, pesquisas salariais a fim de manter estratégia de remuneração competitiva e alinhada aos objetivos da Companhia e de seus empregados. As práticas de remuneração adotadas seguem critérios e recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e do Código Brasileiro de Governança Corporativa, visando implementar as medidas sugeridas, conforme as boas práticas de governança.

Para o ano de 2020, a remuneração aprovada para os administradores seguiu o seguinte perfil agregado:

Remuneração total para o Exercício Social encerrado em 31/12/2020 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	11,92	3,25	4,58	19,75
Nº de membros remunerados	8,42	3,25	4,58	16,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.040.173,69	3.381.431,12	437.681,53	4.859.286,34
Benefícios direto e indireto	21.895,65	382.335,34	0,00	404.230,99
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	207.028,95	1.993.184,59	67.174,05	2.267.387,59
Descrição de outras remunerações fixas	Valor correspondente às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item	Valor correspondente às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item	Valor correspondente às contribuições para INSS, que são ônus da Companhia, em conformidade com o item	
Remuneração variável				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	1.709.591,72	0	1.709.591,72
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Benefícios Pós-emprego				
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Observação	Em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2018, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente			
Total da remuneração	1.269.098,30	7.466.542,76	504.855,58	9.240.496,63

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Cabe ressaltar a execução a menor em relação ao “orçamento aprovado 2020”, em função da vacância de 01 diretor – Diretoria de Produção e Implantação - e 04 conselheiros de administração, que optaram pelo não recebimento de honorários. Outro ponto de influência foi a baixa execução dos custos de mobilidade, em função do cenário pandêmico.

ENVOLVIMENTO DE GRUPOS DE INTERESSE NA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

GRI 102-37

A remuneração global dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária é fixada pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, realizada anualmente pela Companhia. As propostas de remuneração levadas à assembleia, como já exposto, têm por guia valores salariais competitivos e as melhores práticas do mercado.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

PESSOAS

EMPREGO

GRI 102-8; 401-1 a 3; 103-2 e 3

Em dezembro de 2020, o quadro próprio de empregados da Norte Energia diminuiu em relação a 2019 – passando de 369 para 313 pessoas, 221 em Altamira (PA) e 92 em Brasília (DF). Os números mostram que a conclusão no final de 2019 das obras civis e de montagem eletromecânica da UHE Belo Monte foi o maior fator de contribuição para a já esperada redução de quadros, no ano.

Com o início da plena operação em novembro de 2019, o perfil dos empregos também variou no último ano. Em 31 de dezembro de 2020, dos 313 empregados diretos, 72 trabalhavam nas operações, 86 nos programas socioambientais da Norte Energia e 155 nas áreas administrativas (*backoffice*).

O quadro e gráficos a seguir resumem a evolução de empregos diretos entre 2018 e 2020.

Trabalhadores por localidade por gênero (GRI 102-8; ODS 5 e 8; EP 2m)

Localidade	2018			2019			2020		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Altamira	277	67	210	273	71	202	221	60	161
Brasília	89	32	57	96	29	67	92	32	60
Total	366	99	267	369	100	269	313	92	221



Rotatividade

A rotatividade de pessoal, conhecida como *turnover*, refere-se à relação entre as admissões e desligamentos de profissionais ocorridos de forma voluntária ou involuntária, dentro do período de tempo que foi estabelecido. O presente relatório apresenta a evolução da rotatividade nos últimos três períodos (2018, 2019 e 2020), relativa ao fluxo de desligamentos e admissões, que estão nos quadros que se seguem.

É de suma importância o monitoramento deste indicador de forma preventiva e rigorosa sobre as possibilidades, principalmente no que se diz respeito à perda de funcionários significativos. A rotatividade reflete-se na produção, no clima organizacional e no relacionamento interpessoal na empresa, cujo impacto será sempre negativo e proporcional ao aumento do *turnover*. Uma particularidade do período avaliado é que as fases de construção e implantação foram concluídas ao longo de 2020, por este motivo houve retração de contratações naquele ano. Além disso, há os impactos causados devido à pandemia da COVID-19.

Com a conclusão das obras civis e montagens eletromecânicas, tanto o número quanto o perfil dos profissionais elegíveis aos postos de trabalho passaram por mudanças substanciais, no último período. Deve-se ressaltar que, apesar das análises, a Norte Energia não vislumbra práticas que discriminem profissionais por gênero e/ou idade. A variação nas fases de montagem e construção civil ocorre devido à disponibilidade de profissionais nesta área,

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

sendo a maioria do gênero masculino, com idade mais avançada, superior aos 30 anos. Tal fato explica o grau mais elevado de entrada e saída de profissionais que se enquadram nesta categoria.

Turn over total por gênero e faixa etária (GRI 401-1; ODS 8; EP 2m)

Número	2018			2019			2020		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Até 30 anos	10	4	6	7	3	4	5	2	3
De 31 a 50 anos	20	6	14	26	6	20	23	8	15
Mais de 50 anos	22	0	22	35	8	27	21	2	19
Total	52	10	42	68	17	51	49	12	37
Percentual	2018			2019			2020		
Até 30 anos	19%	8%	12%	10%	4%	6%	10%	4%	6%
De 31 a 50 anos	38%	12%	27%	38%	9%	29%	47%	16%	31%
Mais de 50 anos	42%	0%	42%	51%	12%	40%	43%	4%	39%
Total	100%	19%	81%	100%	25%	75%	100%	24%	76%

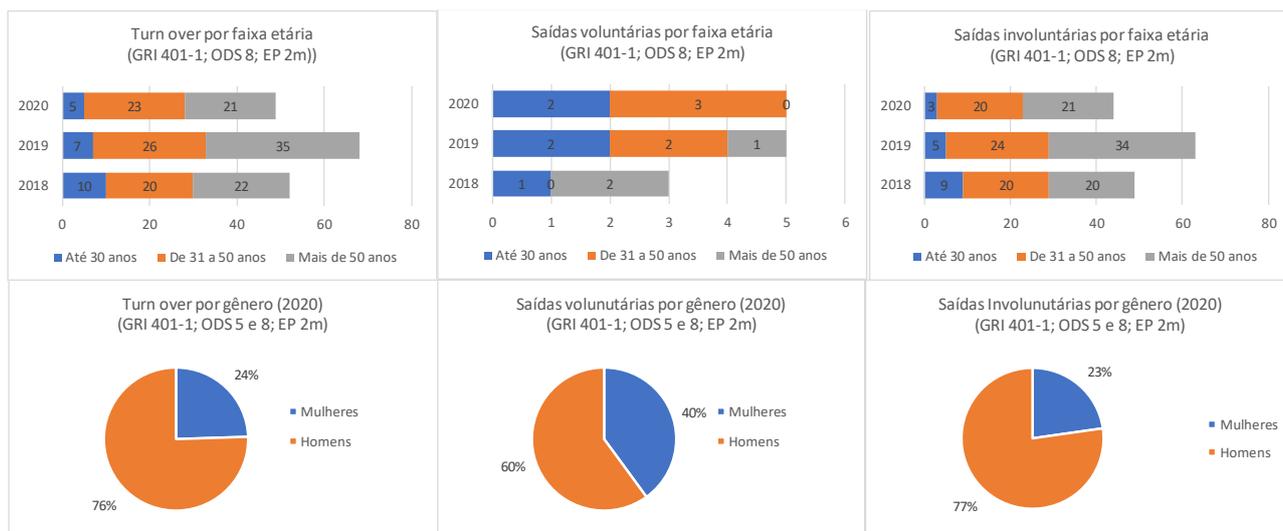
Saídas voluntárias por gênero e faixa etária (GRI 401-1; ODS 8; EP 2m)

Número	2018			2019			2020		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Até 30 anos	1	0	1	2	1	1	2	0	2
De 31 a 50 anos	0	0	0	2	1	1	3	2	1
Mais de 50 anos	2	0	2	1	0	1	0	0	0
Total	3	0	3	5	2	3	5	2	3
Percentual	2018			2019			2020		
3	33%	0%	33%	40%	20%	20%	40%	0%	40%
De 31 a 50 anos	0%	0%	0%	40%	20%	20%	60%	40%	20%
Mais de 50 anos	67%	0%	67%	20%	0%	20%	0%	0%	0%
Total	100%	0%	100%	100%	40%	60%	100%	40%	60%

Saídas Involuntárias (por decisão da empresa) por gênero e faixa etária (GRI 401-1; ODS 8; EP 2m)

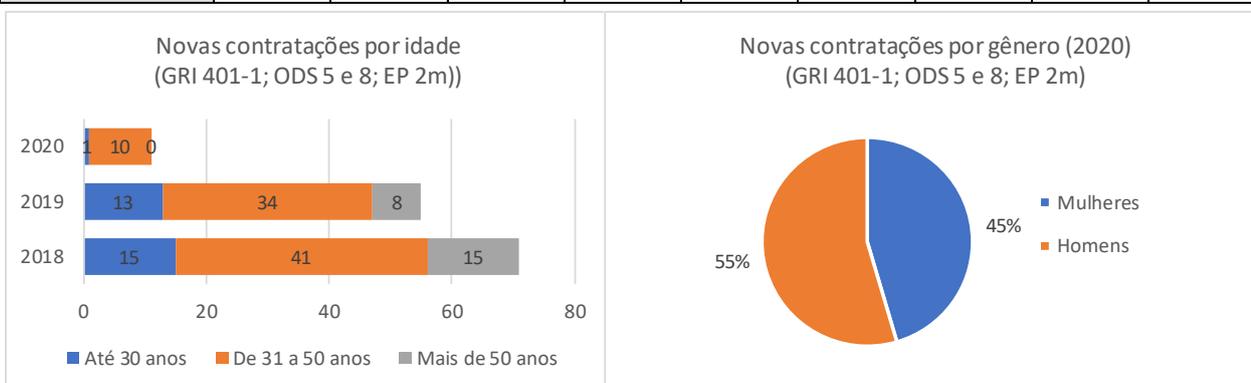
Número	2018			2019			2020		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Até 30 anos	9	4	5	5	2	3	3	2	1
De 31 a 50 anos	20	6	14	24	5	19	20	6	14
Mais de 50 anos	20	0	20	34	8	26	21	2	19
Total	49	10	39	63	15	48	44	10	34
Percentual	2018			2019			2020		
Até 30 anos	18%	8%	10%	8%	3%	5%	7%	5%	2%
De 31 a 50 anos	41%	12%	29%	38%	8%	30%	45%	14%	32%
Mais de 50 anos	41%	0%	41%	54%	13%	41%	48%	5%	43%
Total	100%	20%	80%	100%	24%	76%	100%	23%	77%

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Novas contratações por gênero e idade (GRI 401-1; ODS 5 e 8; EP 2m)

Número	2018			2019			2020		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Até 30 anos	15	4	11	13	8	5	1	1	0
De 31 a 50 anos	41	11	30	34	9	25	10	4	6
Mais de 50 anos	15	3	12	8	1	7	0	0	0
Total	71	18	53	55	18	37	11	5	6
Percentual	2018			2019			2020		
Até 30 anos	21%	6%	15%	24%	15%	9%	9%	9%	0%
De 31 a 50 anos	58%	15%	42%	62%	16%	45%	91%	36%	55%
Mais de 50 anos	21%	4%	17%	15%	2%	13%	0%	0%	0%
Total	100%	25%	75%	100%	33%	67%	100%	45%	55%



Treinamento e capacitação

A definição de treinamento está relacionada a qualquer tipo de esforço feito pela empresa com o objetivo de estimular o aprendizado de seus funcionários e ampliar suas habilidades.

A Norte Energia acredita que a qualificação de seus profissionais melhora o desempenho da organização em eliminar diferenças entre o que é exigido e o que o colaborador está apto a oferecer. O treinamento, portanto, torna-se ferramenta relevante utilizada pela empresa para colaborar com a superação de limitações e aumentar a capacitação de seus colaboradores, proporcionando oportunidades de desenvolvimento, além de ambiente de trabalho saudável.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

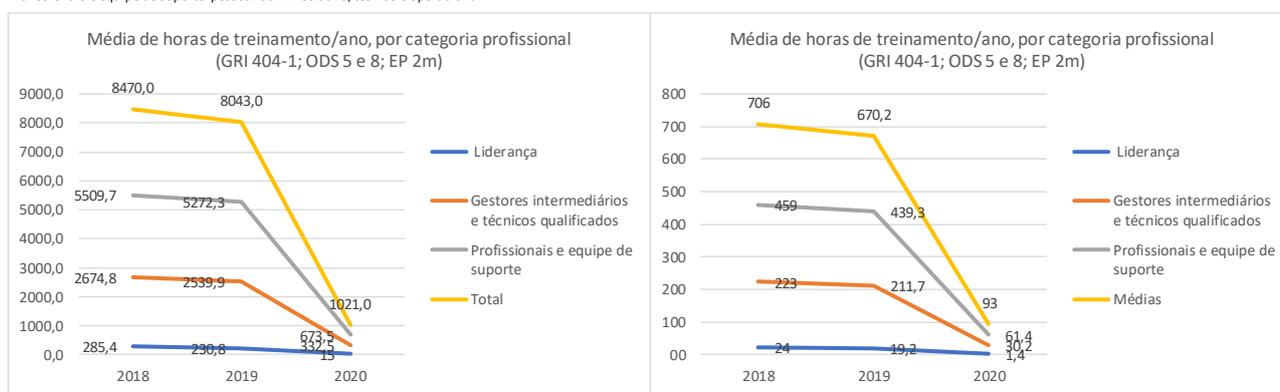
A tabela e os gráficos abaixo resumem a evolução do número total e médias de horas de treinamento por categoria profissional nos três períodos avaliados. Nota-se que, apesar da redução na quantidade de horas no decorrer dos períodos, o número de colaboradores também caiu, decorrente, principalmente, da conclusão das fases de construção civil, montagem e implantação. Além disso, em 2020, a pandemia ocasionada pela COVID-19 levou a uma menor quantidade de horas de treinamento. Ainda assim, a proporção/distribuição das médias de horas de treinamento para as diferentes áreas se mantiveram.

Horas de treinamento e aperfeiçoamento por categoria profissional (GRI 404-1; ODS 5 e 8; EP 2m)

Categoria	2018		2019		2020	
	total de horas	média de horas	total de horas	média de horas	total de horas	média de horas
Liderança	285,4	23,8	230,8	19,2	15	1,4
Gestores intermediários e técnicos qualificados	2674,8	222,9	2539,9	211,7	332,5	30,2
Profissionais e equipe de suporte	5509,7	459,3	5272,3	439,3	673,5	61,4
Total	8470,0		8043,0		1021,0	
Médias		706		670,2		93

* Liderança direta: diretores e superintendentes; Controles intermediários e técnicos qualificados: gerentes, gestores, especialistas e analistas;

Profissionais e equipe de suporte: pessoal administrativo, técnico e operacional.



Diversidade

A Norte Energia acredita na diversidade como valor indispensável na construção de um ambiente de trabalho equânime e produtivo. A disponibilidade de profissionais do sexo masculino para alguns setores, porém, é superior à da feminina, o que resultou em maior número de homens contratados, conforme observado nas ilustrações abaixo em todas as categorias profissionais. Há, contudo, tendência de estabilidade proporcional nos últimos três exercícios, com leve crescimento da parcela de profissionais femininas no ano de 2020.

Do ponto de vista etário, há concentração de profissionais na faixa entre 31 e 50 anos de idade, especialmente técnicos qualificados de nível superior e gestores intermediários, mão de obra mais qualificada para atender às necessidades da Norte Energia.

Entre esses técnicos qualificados, na faixa etária predominante, as médias salariais femininas são superiores às masculinas. O mesmo ocorre com lideranças entre 31 e 50 anos.

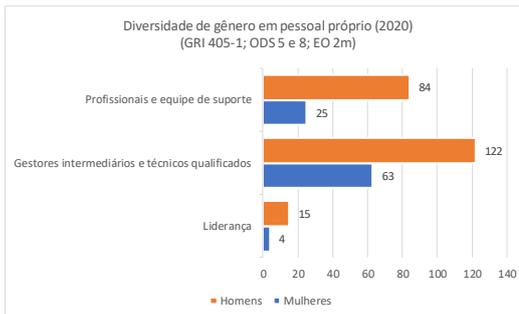
No que diz respeito às licenças parentais, as licenças paternidades foram quase o dobro das licenças maternidades, em 2020. Nota-se nesta avaliação a necessidade de verificar a quantidade de profissionais que exercem determinada função e a remuneração de cada função. Isso, porque as médias são apresentadas através da relação entre quantidade de profissionais enquadrados em determinadas categorias e as remunerações das diferentes funções que foram agrupadas nas diferentes categorias: liderança, gestores e técnicos e os profissionais de suporte.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Diversidade de gênero entre pessoal próprio (GRI 405-1; ODS 5 e 8; EP 2m)

Número	2018			2019			2020			
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	
Liderança	22	5	17	23	5	18	19	4	15	
Gestores intermediários e técnicos qualificados	196	67	129	204	63	141	185	63	122	
Profissionais e equipe de suporte	148	27	121	142	32	110	109	25	84	
Total	366	99	267	369	100	269	313	92	221	
Percentual		2018			2019			2020		
Liderança		6%	1%	5%	6%	1%	5%	6%	1%	5%
Gestores intermediários e técnicos qualificados		54%	18%	35%	55%	17%	38%	59%	20%	39%
Profissionais e equipe de suporte		40%	7%	33%	38%	9%	30%	35%	8%	27%
Total		100%	27%	73%	100%	27%	73%	100%	29%	71%

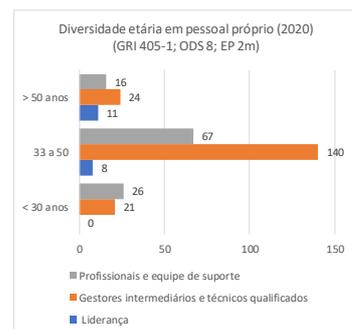
* Liderança direta: diretores e superintendentes; Controles intermediários e técnicos qualificados: gerentes, gestores, especialistas e analistas; Profissionais e equipe de suporte: pessoal administrativo, técnico e operacional.



Diversidade etária entre pessoal próprio (GRI 405-1; ODS 8; EP 2m)

Número	2018				2019				2020				
	Total	< 30 anos	31 a 50	> 50 anos	Total	< 30 anos	31 a 50	> 50 anos	Total	< 30 anos	31 a 50	> 50 anos	
Liderança	22	0	8	14	23	0	8	15	19	0	8	11	
Gestores intermediários e técnicos qualificados	196	25	130	41	204	24	143	37	185	21	140	24	
Profissionais e equipe de suporte	148	33	79	36	142	33	78	31	109	26	67	16	
Total	366	58	217	91	369	57	229	83	313	47	215	51	
Percentual		2018				2019				2020			
Liderança		6%	0%	2%	4%	6%	0%	2%	4%	6%	0%	3%	4%
Gestores intermediários e técnicos qualificados		54%	7%	36%	11%	55%	7%	39%	10%	59%	7%	45%	8%
Profissionais e equipe de suporte		40%	9%	22%	10%	38%	9%	21%	8%	35%	8%	21%	5%
Total		100%	16%	59%	25%	100%	15%	62%	22%	100%	15%	69%	16%

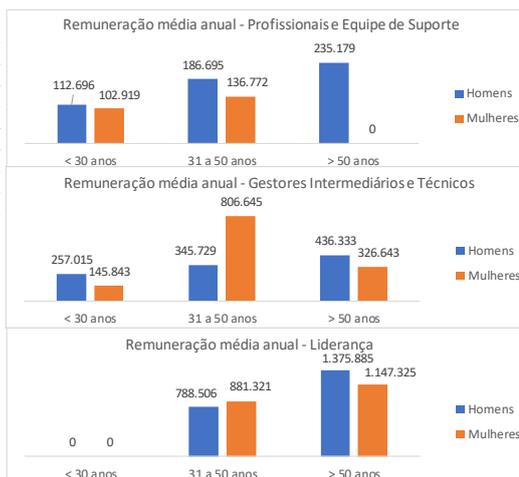
* Liderança direta: diretores e superintendentes; Controles intermediários e técnicos qualificados: gerentes, gestores, especialistas e analistas; Profissionais e equipe de suporte: pessoal administrativo, técnico e operacional.



Número de profissionais por gênero e categoria (GRI 102-(GRI 102-8; ODS 5 e 8; EP 2m)

Faixa etária	Gênero	Liderança	Gestores	Profissional Suporte	Total
Até 30 anos	Homens	0	12	12	24
	Mulheres	0	9	14	23
De 31 a 50 anos	Homens	6	94	56	156
	Mulheres	2	46	11	59
Mais de 50 anos	Homens	9	16	16	41
	Mulheres	2	8	0	10
Total		19	185	109	313

* Liderança direta: diretores e superintendentes; Controles intermediários e técnicos qualificados: gerentes, gestores, especialistas e analistas; Profissionais e equipe de suporte: pessoal administrativo, técnico e operacional.

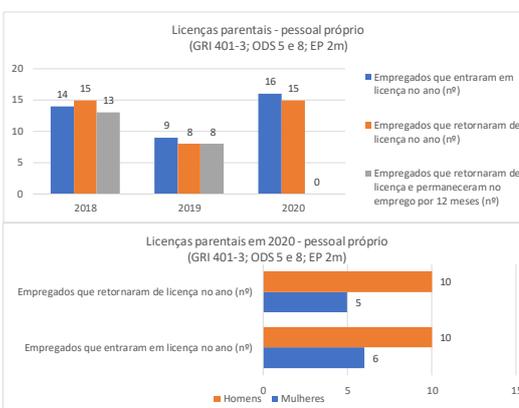


Remuneração média anual por categoria profissional (GRI 405-2; ODS 8; EP 2m)

Categoria	< 30 anos	31 a 50 anos	> 50 anos	
Liderança	Homens	0	788.506	1.375.885
	Mulheres	0	881.321	1.147.325
Gestores intermediários e técnicos qualificados	Homens	257.015	345.729	436.333
	Mulheres	145.843	806.645	326.643
Profissionais e equipe de suporte	Homens	112.696	186.695	235.179
	Mulheres	102.919	136.772	0

Licenças Paternais - pessoal próprio (GRI 401-3; ODS 5 e 8; EP 2m)

Categoria	2018			2019			2020		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Empregados com direito a licença parental (nº)	3	11	14	5	4	9	6	10	16
Empregados com direito a licença parental (%)	21%	79%	100%	56%	44%	100%	38%	63%	100%
Empregados que entraram em licença no ano (nº)	3	11	14	5	4	9	6	10	16
Empregados que retornaram de licença no ano (nº)	4	11	15	4	4	8	5	10	15
Empregados que retornaram de licença e permaneceram no emprego por 12 meses (nº)	2	11	13	4	4	8	NA	NA	0



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

COMPENSAÇÃO TOTAL ANUAL

GRI 102-38; 102-39

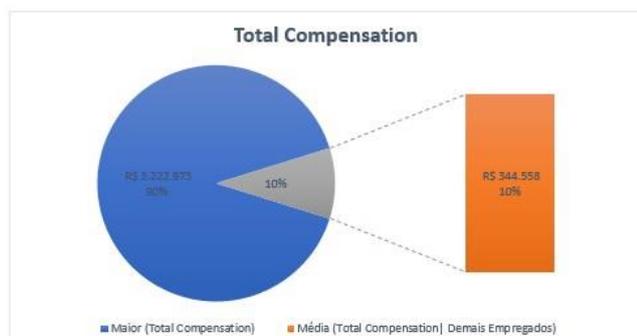
Cada empresa possui circunstâncias locais (regionais) e internas que são particulares e únicas, o que impacta nas diferentes formas de compensação. Deve-se ressaltar que a compensação total da Norte Energia varia de acordo com cada cargo, e os cargos são compostos em função da qualificação de seus representantes.

O fator de compensação varia de acordo com a relação entre a maior compensação e média dos outros cargos; quanto mais próximo de 1, mais igual é a relação entre o maior e a média geral. Apesar desta análise, a oscilação de compensação entre os cargos é significativa, o que deve ser levado em conta nessa análise.

Os dados apresentados abaixo, na tabela de "Composição" e "Soma de Valor ano", descrevem a composição da compensação total anual de 2020.

COMPENSAÇÃO TOTAL ANUAL (GRI 102-38; 102-39):

Categoria		
Maior (Total Compensation)	R\$	3.222.973
Média (Total Compensation) Demais Empregados)	R\$	344.558
Fator		9,35



Soma de Valor Ano	
ClasseCVM	Classe
Salário ou pró-labore	SALÁRIOS
Salário ou pró-labore Total	
Encargos	ENCARGOS
Encargos Total	
Participação de resultados	Bônus
Participação de resultados Total	
Benefícios direto e indireto	Assistência Médica PAT Programa de Alimentação do Trabalhador Reembolso de Aluguel / Aux. Moradia Diárias de Mobilidade Passagens / Táxi - Mobilidade Seguro de Vida Ajuda de Custo Plano de Saúde Odontológico Associações e Benefícios
Benefícios direto e indireto Total	

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

GRI 403-7, 9 e 10

Na Norte Energia, a Saúde e Segurança no Trabalho (SST) é assunto prioritário. A empresa exige de todos seus empregados diretos e contratados, cumprimento da legislação e das normas relativas à SST, a fim de preservar a saúde e a integridade física dos envolvidos em obras, operações, manutenção e atividades de suporte. Assim, processos e riscos presentes nos ambientes de trabalho são devidamente identificados, e os empregados, prestadores de serviço, fornecedores e visitantes da obra são sistematicamente orientados sobre as medidas de prevenção e controle.

Os quadros e gráficos a seguir representam indicadores de saúde e segurança dos últimos três anos. Pode-se verificar que para o "pessoal próprio" o ano de 2019 registrou o maior número de ocorrências, devido ao processo em andamento das etapas de construção e montagem. Importante ressaltar que 2019 também foi o período com maior número de colaboradores e o segundo maior com mais contratações. O maior volume de ocorrências com colaboradores do sexo masculino também está relacionado ao processo de construção da Norte Energia. Ainda assim, houve apenas um acidente com afastamento nos períodos de análise, e nenhum acidente com afastamento para as colaboradoras femininas.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

A análise dos gráficos revela que os controles de SST para terceiros melhoraram no decorrer dos anos, com tendência de redução do número total de acidentes nos últimos períodos e de acidentes com afastamento. Deve-se ressaltar que tal índice deve ser ainda menor com a conclusão das etapas de construção e da correlata redução da quantidade de colaboradores.

As ilustrações que apresentam os indicadores de SST dos três períodos na Norte Energia seguem os padrões estabelecidos pela NBR 14180. Por este motivo, estão sendo apresentados tabelas e gráficos com os itens taxa de frequência de acidentes com afastamento (TFCA) e taxa de frequência de acidentes sem afastamento (TFSA), bem como o homem-hora de exposição ao risco (HHER) para colaboradores internos e terceiros. A inclusão do valor de HHER deve-se ao fato de estar diretamente relacionado aos resultados obtidos para as taxas de frequência.

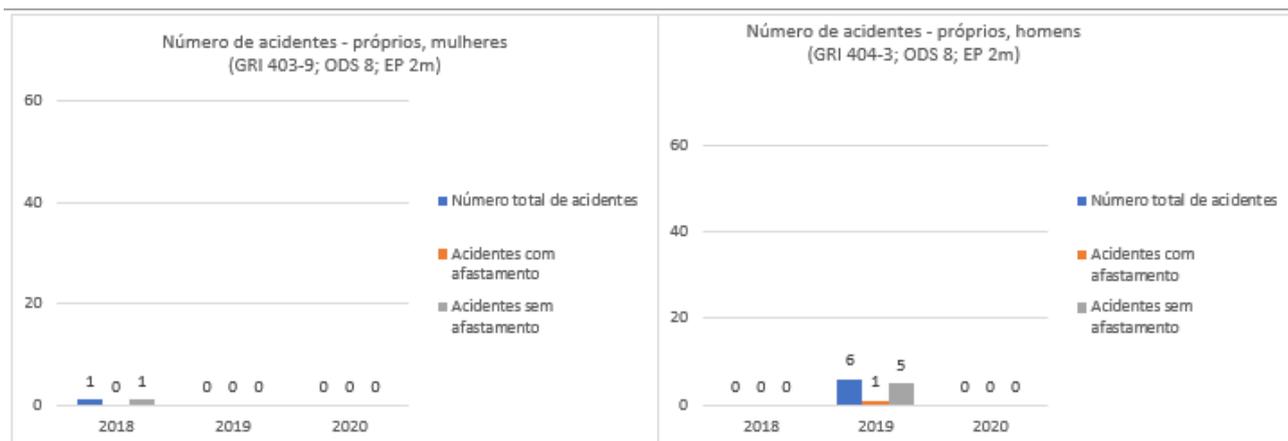
Apesar da variação de HHER para colaboradores internos, nota-se a presença de apenas um acidente com afastamento e do crescimento de acidentes sem afastamentos em 2019. Em 2020, não foi constatado nenhum acidente com ou sem afastamento. Para os resultados obtidos a partir do monitoramento de terceiros, apesar da redução do HHER e do aumento do TFCA em 2020, deve-se ressaltar a redução significativa do TFSA e, diferente de 2018 e 2019, em 2020 não houve óbitos.

Observação: Em caso de óbito, conforme determina a NBR 14180:2001, devem ser computados 6.000 dias de afastamento. Em caso de lesões graves e/ou incapacitantes, também a NBR determina o montante de dias afastados a serem computados, por tipo e grau de incapacidade. Em 2018, foram somados 6.000 dias devido a um óbito e 2019 foram somados 6.000 dias devido a um óbito e 485 dias devido a dois acidentes com incapacitação parcial.

Saúde e Segurança - pessoal próprio (GRI 404-3; ODS 5 e 8; EP 2m)

Categoria	2018			2019			2020		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Número total de acidentes	1	0	1	0	6	6	0	0	0
Acidentes com afastamento	0	0	0	0	1	1	0	0	0
Acidentes sem afastamento	1	0	1	0	5	5	0	0	0
Número de óbitos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lesões graves	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Número de dias perdidos	0			2			0		
Taxa de frequência (TF)	1,1			6,21			0		
Taxa de gravidade	0			2			0		

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

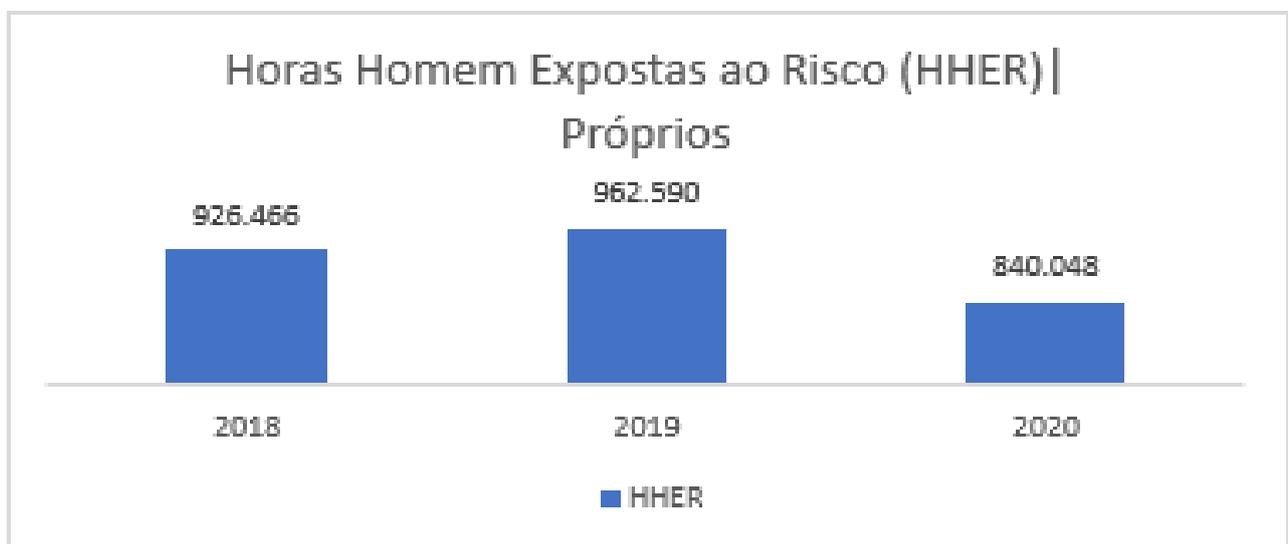


Categoria	2018	2019	2020
Taxa de frequência para Acidentes com Afastamento (TFCA)*	0	1,0	0
Taxa de frequência para Acidentes sem Afastamento (TFSA)*	1,1	5,2	0
Horas Homem Expostas ao Risco (HHER)**	926.466	962.590	840.048

Taxa de frequência para Acidentes com Afastamento (TFCA) | Próprios



Taxa de frequência para Acidentes sem Afastamento (TFSA) | Próprios



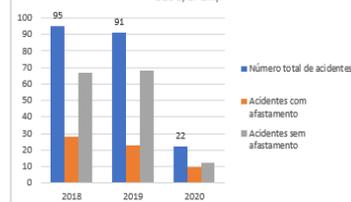
Saúde e Segurança - terceiros (GRI 404-3; ODS 5 e 8; EP 2m)

Categoria	2018			2019			2020		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Número total de acidentes	3	95	98	1	91	92	2	22	24
Acidentes com afastamento	1	28	29	0	23	23	1	10	11
Acidentes sem afastamento	2	67	69	1	68	69	1	12	13
Número de óbitos	0	1	1	0	1	1	0	0	0
Lesões graves	0	0	0	0	2	2	0	0	0
Número de dias perdidos	6534***			7043***			172		
Taxa de frequência (TF)	5,7			5,6			4,2		
Índice de gravidade	381			429			30		

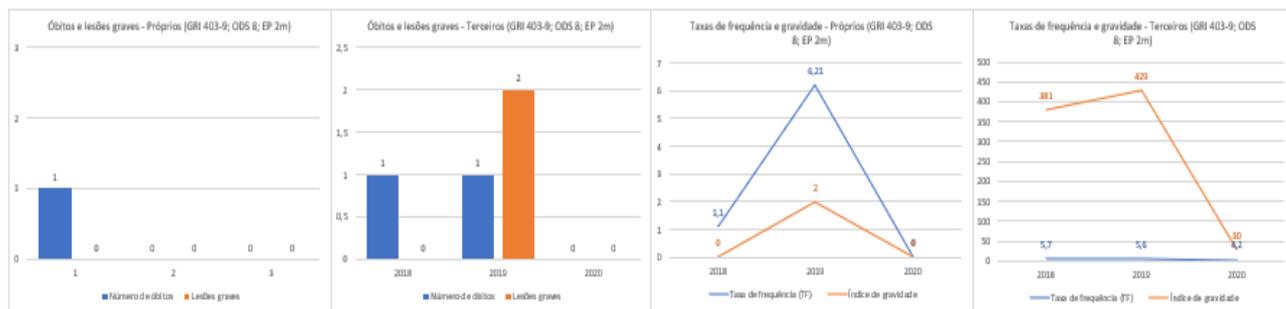
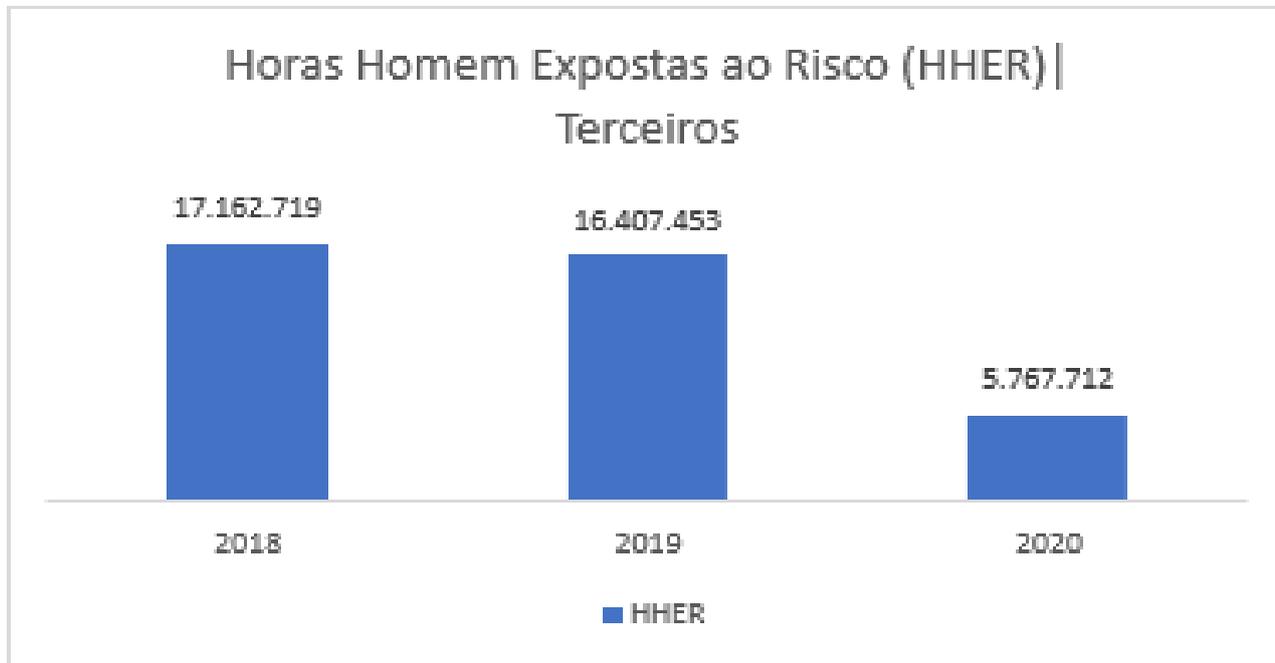
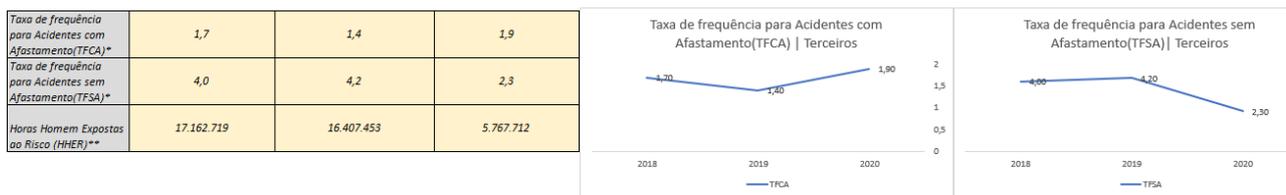
Número de acidentes - terceiros, mulheres (GRI 403-9; ODS 8; EP 2m)



Número de acidentes - terceiros, homens (2020) (GRI 403-9; ODS 8; EP 2m)



Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Nos últimos três períodos, não foram registrados afastamentos de trabalhadores por doenças ocupacionais.

ACORDOS DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA

102-41; 406-1; 412-1 e 2

A Norte Energia dispõe de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) no estado do Pará e no Distrito Federal com o Sindicato dos Urbanitários do Pará (STIU-PA) e com o Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal (STIU-DF), com validade de 01.01.2019 a 31.12.2020. O ACT é negociado, periodicamente, a cada dois anos e é válido para todos os empregados. O reajuste salarial tem como base o índice do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos 12 meses anteriores ao acordo. Os diretores estatutários não estão cobertos pelo ACT.

A relação entre a Companhia e os sindicatos está baseada no respeito e reconhecimento da legitimidade das instituições como representantes dos trabalhadores, dentro dos princípios e valores que norteiam as boas

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

práticas sindicais. Nesse sentido, as negociações são, prioritariamente, utilizadas como principal forma de ajuste de condutas e estabelecimento de direitos e deveres entre as partes.

A Norte Energia, com o intuito de inibir qualquer tipo de ato discriminatório, firmou compromisso com os sindicatos de desenvolver campanhas de conscientização e orientação destinadas aos colaboradores sobre temas como assédio moral, assédio sexual e outras formas de discriminação de sexo, raça, religião ou ideologia. O objetivo é o de prevenir ocorrência de tais distorções e coibir atos e posturas discriminatórias nos ambientes de trabalho e na sociedade de forma geral.

Desta forma, a Companhia demonstra percepção madura das relações sindicais e tem atuado junto a essas entidades dentro dos princípios éticos e transparentes que regem as boas práticas de negociação, resultando em ACT fechados em mesa.

Nos últimos três exercícios não ocorreram paralisações ou greves.

PRESENÇA NO MERCADO

GRI 202

PROPORÇÃO ENTRE O SALÁRIO MAIS BAIXO E O SALÁRIO MÍNIMO LOCAL, COM DISCRIMINAÇÃO POR GÊNERO

GRI 202-1

Apesar de existir valor mínimo a ser considerado para contratação de profissionais, a Norte Energia supera esses valores para os gêneros masculino e feminino. O fator salário mínimo é a relação entre o salário mais baixo, para homens e mulheres, com o salário mínimo estabelecido pela legislação. Quanto maior o valor do fator, melhor o resultado.

Os gráficos abaixo apresentam índice maior de Fator Salário mínimo para as mulheres, o que indica que o menor salário entre as mulheres, é superior ao menor salário entre os homens. Apesar de os gráficos mostrarem distinção por gênero, deve-se ressaltar que a Norte Energia não toma decisões sobre salários baseadas nesse quesito.

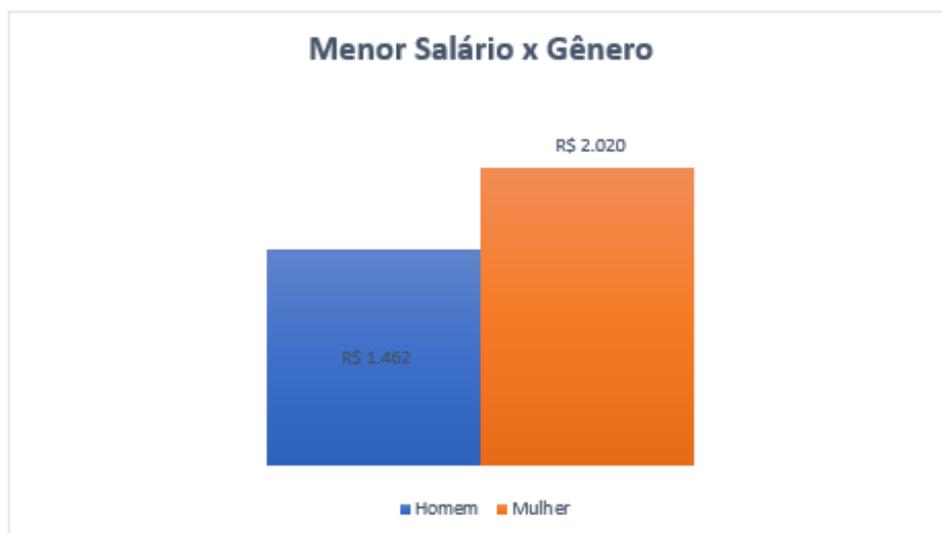
Com relação às medidas tomadas para garantir pagamento de salários superiores ao salário mínimo para terceiros, a Norte Energia não exerce este tipo de controle em suas contratadas.

A Companhia mantém seu piso salarial maior que o salário mínimo local. Para homens, o valor é 29% mais elevado e, para mulheres 48% mais elevado, sendo o menor salário entre as mulheres, 28% mais elevado que o menor salário entre os homens.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

PROPORÇÃO ENTRE O SALÁRIO MAIS BAIXO E O SALÁRIO-MÍNIMO LOCAL, COM DISCRIMINAÇÃO POR GÊNERO (GRI 202-1):

<i>Categoria</i>	<i>Menor Salário</i>	<i>Fator Salário Mínimo</i>
<i>Homem</i>	R\$ 1.462	1,40
<i>Mulher</i>	R\$ 2.020	1,93
<i>Valor Salário Mínimo</i>	R\$ 1.045	-



PROPORÇÃO DE EXECUTIVOS CONTRATADOS NA COMUNIDADE LOCAL

GRI 202-2

Nenhum dos executivos foi contratado na comunidade local, partindo-se do princípio de que os executivos são compostos por membros da diretoria e a definição geográfica de “local” como sendo Altamira (PA) e Brasília (DF).

Apesar disso, deve-se ressaltar que as decisões de contratação de executivos são realizadas com base em suas qualificações e experiências profissionais, e não com base na região em que está situado.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

SOCIEDADE

RELAÇÕES COM AS COMUNIDADES

GRI 413-1 e 2; EU-20 e EU-22; GRI 307; GRI 103-2 e 3

A Norte Energia, por força de seu licenciamento ambiental, vem desenvolvendo desde 2011 vasto conjunto de ações mitigadoras e compensatórias junto às comunidades, urbanas, rurais, ribeirinhas e indígenas de sua área de influência. Tais ações, de caráter mandatório, vêm produzindo efeitos multiplicadores nos campos da subsistência, segurança alimentar, geração de renda, saneamento básico, habitação, saúde, educação, segurança pública, cultura e lazer. Os programas e as atividades foram previstos ou no Projeto Básico Ambiental (PBA) e no Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI), atrelados à licença de instalação, ou determinados como condicionantes da licença de operação do aproveitamento hidrelétrico, ou ainda em termos de cooperação e acordos estabelecidos ao longo de sua implantação.

No início do projeto, em 2010, a Norte Energia previa investir R\$ 3,700.000.000,00 nas ações socioambientais. Em valores corrigidos, esse aporte já supera os R\$ 6.000.000.000,00 destinados ao PBA e ao PBA-CI.

Em 2020, o projeto de responsabilidade social corporativa denominado Belo Monte Comunidade foi reconhecido com Prêmio Aberje Norte-Nordeste, concedido pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), na categoria que avaliou ações de relevância no relacionamento empresarial com a sociedade.

Criado em 2019, o projeto vai além das ações realizadas no âmbito do licenciamento ambiental do empreendimento, tendo como propósito contribuir com a inspiração das comunidades na construção de seu futuro. De forma itinerante, a primeira fase do projeto percorreu bairros construídos pela empresa em Altamira, onde foram realizados 39.508 atendimentos nas áreas de cidadania, saúde, capacitação profissional, esporte, cultura e lazer. As atividades incluíram emissão de documentos, como carteira de trabalho e de identidade, além de serviços de saúde como testes rápidos de hepatites virais, aferição de pressão arterial e glicemia, assim como orientações de odontologia preventiva e de bons hábitos alimentares.

PROGRAMAS/INVESTIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS

GRI 413-1 e 2; 203; 103-2 e 3

Composto por 117 projetos, o PBA atende os municípios da Área de Influência Direta e da Área de Influência Indireta do empreendimento. Esses projetos envolvem ações nas áreas de habitação, saúde, educação, saneamento básico, segurança e assistência social. Dados abaixo não contemplam ações realizadas no âmbito do PBA-CI, que são apresentadas no item Componente Indígena.

HABITAÇÃO

GRI 413-1 e 2; 203; ODS 10 e 11; EP 2r

A construção de cinco novos bairros em Altamira estava prevista no PBA e foi concluída em 2015. Jatobá, São Joaquim, Casa Nova, Laranjeiras e Água Azul contam com 3,7 mil casas, que possuem uma área de 63 m², com três quartos, dois banheiros, uma sala e uma cozinha. As casas possuem piso e telhas de cerâmica, forro de laje

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

e banheiros equipados. Foram também implantadas casas adaptadas para portadores de necessidades especiais, disponibilizadas aos beneficiários, conforme acompanhamento social das famílias identificadas. A construção desses bairros promoveu relocação de cerca de quatro mil famílias moradoras de palafitas que margeavam o rio Xingu. Com a remoção das palafitas, a Norte Energia implantou um parque linear, com reflorestamento de margens, paisagismo e equipamentos públicos.

Os novos bairros contam com a seguinte infraestrutura: saneamento, rede de água potável, energia elétrica, iluminação pública, ruas asfaltadas, calçadas especiais para portadores de deficiência, escolas e recolhimento de lixo. Além disso, a Norte Energia entregou Unidades Básicas de Saúde (UBS) nos bairros Jatobá, São Joaquim e Laranjeiras. Houve, também, a implantação de um reassentamento rural coletivo e de um reassentamento rural individual em área remanescente que, juntos, abrigam 68 famílias.

Ainda nesse contexto, foi construído o RUC Tavaquara (antigo "RUC Pedral"), em Altamira. O bairro possui duas áreas de uso múltiplo para abrigar sedes das associações indígenas, bem como benfeitorias de uso comunitário, em especial centro tecnológico, centro cultural, barracão de barcos, mercado de peixes e feira.

No que se refere ao público Ribeirinho do reservatório da UHE Belo Monte, a Norte Energia apresentou um projeto aprimorado de reassentamento, respeitando as premissas para manutenção do modo de vida ribeirinho, e vem dialogando com Conselho Ribeirinho e Ibama a sua operacionalidade. Tal revisão teve como objetivo minimizar questões de potencial conflito fundiário entre famílias já residentes na área, que vêm pleiteando a permanência através das entidades de produtores rurais.

Importante destacar que, nesse interim, as famílias beneficiárias do projeto ribeirinho contam com o apoio de um recurso financeiro disponibilizado pela Norte Energia enquanto são discutidos os encaminhamentos para o retorno definitivo das famílias ribeirinhas para as margens do reservatório.

SAÚDE

GRI 413-1 e 2; 203; ODS 3 e 10; EP 2u

Na área de saúde pública, o grande desafio de 2020 foi o combate à pandemia da COVID-19. Nesse particular, a Norte Energia atuou em parceria com autoridades públicas de saúde, contribuindo com ações solidárias que contemplaram a compra e instalação de 10 leitos de UTI completos, incluindo camas elétricas, respiradores e monitores multiparâmetros; dois respiradores de transporte e cinco camas manuais, além de 375,7 mil equipamentos de proteção individual (EPIs); 21.905 testes rápidos para a COVID-19; e 1.500 litros de álcool em gel. A Norte Energia também financiou 1.800 diárias em hotéis de Altamira para isolamento de profissionais de saúde acometidos pela doença, a fim de que se recuperassem sem risco de transmitir o vírus a seus familiares.

A Companhia investiu, ainda, na comunicação colaborativa para exercer responsabilidade social no ambiente digital. Com a participação da comunidade, promoveu ações solidárias e criou conteúdo informativo para apoiar, de forma remota, moradores dos municípios do entorno da Usina a atravessarem esse momento delicado.

Uma parceria com as associações de moradores dos cinco bairros construídos pela Norte Energia em Altamira impulsionou o "#Tamojunto", plano de ação integrada criado pela Companhia unindo esforços do licenciamento ambiental e do projeto de responsabilidade social corporativa que ganhou ambiente próprio em rede social para divulgação das suas ações e dos conteúdos criados coletivamente.

Medidas de prevenção contra a disseminação do coronavírus, videoaulas de esportes e instrumentos musicais e assistência técnica remota para cultivo de hortas familiares foram alguns dos temas abordados na plataforma. As lideranças aportaram seu conhecimento da realidade local, sugerindo pessoas a serem entrevistadas e, ainda, conteúdos a serem trabalhados.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Além das ações no ambiente virtual, no mês de julho, por meio do “#Tamojunto”, a Norte Energia doou 5.434 kits de limpeza e higiene pessoal (água sanitária, álcool líquido e em gel 70%, detergente, sacos de lixo, sabonete, desinfetante, sabão em pó e máscaras em tecido lavável) para moradores dos cinco novos bairros e de comunidades vizinhas ao empreendimento. A entrega dos kits foi feita pelas associações de moradores e outros coletivos ligados às comunidades tradicionais da região, de áreas rurais e ribeirinhas dos municípios de Anapu, Altamira, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, no Pará.

Além de ações solidárias diretamente ligadas ao controle da pandemia, a Norte Energia investe, desde 2011, no Plano de Ação para Controle da Malária (PACM). O êxito do plano pode ser medido pela redução de 91,12% nos registros de caso da doença de 2020 em relação a 2011, nos municípios da AID Belo Monte e Pacajá.

A Norte Energia também investiu na construção e na reforma de hospitais, como o de Anapu e o de Vitória do Xingu, que foram entregues e equipados em 2015 e 2016. Foram concluídas, também, as obras do Hospital Geral de Altamira, no bairro Mutirão, com capacidade de até 100 leitos para atendimento, tanto para atendimentos básicos quanto para os de alta e de média complexidades, quando assim for definido pela gestão municipal. Além da construção do hospital, a Companhia também foi responsável por equipá-lo. Tais iniciativas são resultado de acordo entre a Companhia, secretaria de Estado de Saúde do Pará e prefeitura de Altamira.

Entre 2012 e 2020, também foram entregues 31 Unidades Básicas de Saúde nos municípios da AID da UHE Belo Monte. Cada uma das UBS tem capacidade de cobertura para 12 mil pessoas e é equipada com consultório odontológico completo. Em Altamira, foi construída uma UBS no RUC Tavaquara (Pedral) já concluída e com equipamentos adquiridos, que será entregue à gestão municipal.

SANEAMENTO BÁSICO

GRI 413-1 e 2; 303-1 e 2; 203; ODS 6 e 10; EP 2i e u

Em decorrência de seu licenciamento ambiental, a Norte Energia contratou R\$ 680.000.000,00 em projetos de saneamento básico nos municípios da área de influência direta da UHE Belo Monte. Entre as obras de saneamento realizadas, destacam-se sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário – que começaram a ser implantados pela Companhia em 2013, na cidade de Altamira, e concluídos em 2019. Foram implantadas a Estação de Tratamento de Água e a Estação de Tratamento de Esgotos Sanitários da Cidade, com capacidade de atendimento, respectivamente de 300 l/s de água tratada e 200 l/s de tratamento de esgotos da população de Altamira. A Norte Energia instalou 213 km de rede de esgoto e 189 km de rede de água potável, com oito reservatórios, bem como realizou mais de 19 mil ligações domiciliares de água e esgoto em residências e estabelecimentos comerciais e de serviços.

Ainda com relação ao saneamento de Altamira, a Companhia implantou aterro sanitário para atendimento da população do município, que se encontra em operação pela municipalidade desde 2015. Tal ação possibilitou a remediação do antigo “Lixão de Altamira”.

Na sede municipal de Vitória do Xingu, a Norte Energia concluiu, em 2014, a implantação de 29 km de rede de esgoto, além de 12 km de rede de drenagem de águas pluviais e 12,8 km de rede de água. O aterro sanitário local, também construído pela Companhia em 2014, já tem duas células em operação. Dois distritos de Vitória do Xingu também foram beneficiados pelas obras de saneamento básico: o distrito de Belo Monte, onde a empresa concluiu, em 2014, implantação de 220 metros da rede de drenagem pluvial e 2,3 km da rede de esgoto sanitário; e o distrito de Leonardo da Vinci, onde construiu, em 2014, 9,8 km de rede de esgoto, 5,6 km de drenagem pluvial, 12,8 km de rede de água tratada e 5,8 km de pavimentação.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

No município de Anapu, na comunidade de Belo Monte do Pontal, a Norte Energia concluiu, em 2014, 320 m da rede de drenagem pluvial e 4,3 km da rede de esgoto sanitário, além de dar andamento à construção de um aterro sanitário, em cumprimento à condicionante 2.10, alínea "c".

Em Senador José Porfírio, três comunidades deste município receberam obras de saneamento desde o início da construção da UHE Belo Monte. Na comunidade da Ressaca, a Norte Energia finalizou obras de 5,6 km de rede de água e 2,2 km de rede de esgoto. Na comunidade Ilha da Fazenda foram concluídas 28 fossas sépticas, 28 unidades de sumidouro e implantados três filtros biológicos. Já a comunidade Garimpo do Galo recebeu 550 metros de rede de esgoto e 483 metros de rede de água.

No curso do ano de 2020, algumas obras tiveram seus cronogramas prejudicados, em função da pandemia da COVID-19. Ainda assim, em 2020 foram concluídas obras de readequação e ampliação do Sistema de Abastecimento de Água das comunidades Ressaca, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo composto por Poços Artesianos, sistema de filtragem e reservatórios.

EDUCAÇÃO

GRI 413-1 e 2; 203; ODS 4

A Norte Energia reforçou a estrutura de educação nos cinco municípios da AID da UHE Belo Monte. Como parte do PBA do empreendimento, a Companhia concluiu 78 obras relacionadas à área de educação, entre reformas, ampliações e construção de escolas.

As obras somam 304 salas de aulas construídas, beneficiando diretamente mais de 14 mil alunos. As unidades de educação implantadas pela Norte Energia dispõem de refeitórios, banheiros, salas de leitura, laboratórios de informática, salas de apoio aos professores e quadras poliesportivas. Foram investidos nessas estruturas R\$ 150 milhões nos últimos anos.

Educação Ambiental

A Norte Energia busca conscientizar e informar a população de toda a região sobre a importância da preservação do meio ambiente, além de realizar esse mesmo tipo de trabalho junto a seus empregados e terceiros. As iniciativas de sensibilização fazem parte do Programa de Educação Ambiental (PEA), composto por uma série de ações voltadas às comunidades da área de entorno do empreendimento, como campanhas socioeducativas, cursos de formação, palestras, apresentações teatrais, oficinas e visitas às famílias.

Já as atividades voltadas para os funcionários do consórcio construtor compõem o Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores (PEAT). O projeto atende primeiramente técnicos, gestores e líderes de equipe, que, depois de receberem capacitação, multiplicam o aprendizado entre os demais colaboradores.

As campanhas socioeducativas abordam temas como as características da UHE Belo Monte, biodiversidade e sustentabilidade, uso racional dos recursos hídricos, educação sanitária e conservação de fauna e flora. Já o projeto voltado para os colaboradores do consórcio construtor realizou diversas palestras, oficinas, visitas ecológicas e campanhas de conscientização.

Também com o intuito de promover a sensibilização sobre a importância da preservação do meio ambiente, a Norte Energia instalou três Núcleos de Educação Ambiental do Xingu (Nucleax) em reassentamentos urbanos de Altamira. Além dos Nucleax, a Norte Energia construiu, no Bairro São Joaquim, o Centro Regional de Educação Ambiental do Xingu (CREAX), associação comunitária composta por 139 coletivos educadores ambientais e lideranças comunitárias dos municípios da área de influência direta da UHE Belo Monte, que ocupam esses espaços de educação ambiental nos reassentamentos.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Em 2018, o Programa de Educação Ambiental, por meio de consultoria e supervisão técnica, acompanhou o CREAX na execução de seu plano de trabalho para o período, que se desdobrou no projeto "Saneamento Básico, Cuide, Faça a Sua Parte", junto aos moradores dos 19 bairros, que receberam ligações domiciliares; e no projeto "Resíduos Sólidos e Consumo Consciente" para os moradores dos cinco Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs).

Em 2019, o PEA reestruturou as ações do Programa com base na campanha BioXingu, voltada para as comunidades da Volta Grande do Xingu e na campanha Eu Amo Meu RUC, direcionada aos moradores desses reassentamentos, alcançando 10.463 participantes nas atividades do programa.

Em 2020, as ações do PEA seguiram parâmetros metodológicos usuais até março, devido à quarentena causada pela pandemia da COVID-19. A partir daí, os procedimentos foram revisados e a estrutura alterada para o trabalho remoto, com apoio da Rede de Comunicação Popular (RCP), acionada pelo Programa de Interação Social e Comunicação (item 7.2 do PBA), que utilizou listas de transmissão de aplicativo de mensagem para manter sensibilizado o público-alvo do PEA. A ferramenta permitiu o envio de *cards* educativos sobre temáticas ambientais, com textos de apoio e áudios legendas.

Os públicos alcançados com a RCP foram: RUCs, Reassentamentos de Áreas Remanescentes (RAR), Reassentamento Rural Coletivo (RRC), Reservatório Xingu (RX), Trecho de Vazão Reduzida (TVR) e Trecho de Restituição de Vazão (TRV). As comunidades tiveram acesso a orientações educativas de distintos temas ambientais, como o de resíduos sólidos, uso consciente da água, orientações sobre o não uso do fogo, produção sustentável, compostagem, preservação de quelônios e mamíferos aquáticos e terrestres; e, ainda, orientações sobre o uso e restrições em Áreas de Preservação Permanente (APPs). Cabe destacar o convênio com CREAX, que retomou atividades de forma presencial, buscando reforçar ações socioeducativas dentro dos reassentamentos rurais, urbanos e com as comunidades ribeirinhas.

No ano de 2020, as atividades educativas do PEAT de forma presencial também foram paralisadas por conta da pandemia. Dessa forma, o programa buscou inserir educação ambiental de forma remota, visando contemplar trabalhadores diretos e indiretos da Norte Energia. Assim, foram realizadas campanhas na Plataforma de Integração Digital (PID), rede de intranet acessada por funcionários diretos da Norte Energia e alguns terceiros, que contempla cerca de 366 usuários.

Em 2020, o programa participou da 7ª edição da Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT) da Norte Energia. A programação da SIPAT contou com palestras focadas na temática principal (bem-estar físico e mental) e 10 minutos de reflexão sobre educação ambiental, promovida pelo PEAT, sobre descarte correto de lixo eletrônico, reaproveitamento de material para atividade física e uso consciente de energia elétrica.

Outro aspecto a ser destacado foi a formação de multiplicadores ambientais, no qual o PEAT realizou a formação da primeira turma com técnicos das obras do entorno e principal, com o objetivo de gerar multiplicadores ambientais para realizarem Diálogos de Meio Ambiente (DMA) nas empresas onde atuam.

SEGURANÇA PÚBLICA

GRI 413-1 e 2; 203; ODS 16

Desde o início das obras da UHE Belo Monte, a Norte Energia já investiu cerca de R\$ 134.000.000,00 em segurança pública. As ações beneficiaram 11 municípios das áreas de influência direta e indireta do empreendimento, previstas em termo cooperação técnica e financeira, firmado com o Governo do Pará, em maio de 2011.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Em 2019, a Norte Energia entregou o Complexo Penitenciário de Vitória do Xingu ao Governo do Pará, localizado na Rodovia Transamazônica, cerca de 20 km de Altamira. Com mais de 8 mil m² de área construída, os prédios contemplam três unidades: masculina (capacidade para 306 custodiados); feminina (105); e semiaberto (201).

O Termo Cooperação Técnica e Financeira trouxe outros benefícios à região, tais como:

- Construção da Delegacia Regional de Altamira;
- Compra de um helicóptero AIRBUS EC-145;
- Reforma do alojamento do 16º Batalhão da Polícia Militar em Altamira;
- Locação de 50 veículos novos para atendimento a 11 municípios – sendo cinco da Área de Influência Direta e seis da Área de Influência Indireta da Usina Belo Monte;
- Doação de 34 motocicletas, dois ônibus e um caminhão de abastecimento de aeronaves;
- Conclusão do prédio provisório do Instituto Médico Legal (IML) de Altamira;
- Implantação do Sistema de Monitoramento por meio de vídeo para Altamira com 50 câmeras, sendo que outras 10 têm sua instalação em andamento.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

GRI 413-1 e 2; ODS 3 e 11; EP 2p

Como parte do PBA, a Norte Energia realizou uma série de ações voltadas especialmente para atendimento psicossocial à comunidade interferida pela UHE Belo Monte e migrantes em situação de vulnerabilidade social e/ou risco social, por meio dos serviços do Núcleo de Atendimento Social e Psicológico, nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu.

Os serviços são prestados por equipes técnicas qualificadas, que têm em seus quadros assistentes sociais, pedagogos e psicólogos. A partir da identificação de situações de vulnerabilidade social e/ou risco social pelos programas/projetos do PBA, a equipe contratada realiza visitas domiciliares às famílias da comunidade interferida e viabiliza os encaminhamentos necessários à rede municipal socioassistencial e demais políticas setoriais (educação, saúde, habitação, trabalho, sistema de garantia de direitos, etc.).

Desde o início do projeto, mais de seis mil famílias receberam visitas de equipes especializadas. Do total, 2.993 foram encaminhadas para atendimento dos Serviços Conveniados de Altamira e Vitória Xingu, para as quais foram realizadas 18.970 visitas e 5.106 encaminhamentos. No ano de 2020, as unidades ofereceram acompanhamento regular e sistemático a 2.541 famílias em situação de vulnerabilidade.

Outra atividade complementar ao atendimento descrito acima é a ampliação de ações integradas e articuladas com políticas públicas municipais em áreas onde se concentram famílias das comunidades afetadas pela hidrelétrica. Em Altamira, foram implantados polos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em todos os reassentamentos urbanos coletivo. O SCFV é organizado em grupos de convivência, por ciclo de vida (crianças, adolescentes, jovens e idosos) e ciclos de duração (percurso), com objetivo de prevenir e proteger usuários de riscos e violações de direitos, por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários de seus participantes.

Durante o período da pandemia da COVID 19, em 2020, a assistência social foi considerada serviço essencial, tendo papel fundamental na proteção social, ampliação do bem-estar e nas medidas de cuidados integrais com a saúde da população mais vulnerável, de forma sinérgica ao Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, foram

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

adotadas medidas de prevenção de forma a garantir segurança de equipes técnicas e de usuários(as) das unidades (reorganização dos espaços físicos, estabelecimento do regime de home-office para colaboradores dos grupos de risco da doença, fornecimento de equipamentos de proteção individual e coletiva) e implementados novos fluxos e procedimentos de atendimento. Isso foi possível, a partir da definição de critérios para a adoção de teleatendimento e atendimento presencial, tanto nas unidades, como por meio de visitas domiciliares para casos excepcionais (idosos em situação de isolamento social e/ou sem condições de prover o próprio sustento; pessoas com deficiência e dificuldade de deslocamento; caso de risco social e pessoal como violência doméstica, entre outros).

Os Serviços Conveniados incorporaram, também, durante o período afetado pela pandemia, novas atividades na execução do plano integrado da Norte Energia para apoio ao enfrentamento da COVID-19. As ações abrangeram projetos de licenciamento ambiental e responsabilidades social do Belo Monte Comunidade, além da área de comunicação institucional da empresa na campanha “#Tamojunto, todos contra o coronavírus”. Equipes de serviços também se envolveram em atividades de gestões municipais para combater e mitigar avanços e impactos da pandemia nas cidades, tais como: apoio às famílias elegíveis para cadastramento e obtenção do auxílio emergencial e do Programa Renda Pará, com 923 e 657 atendimentos, respectivamente; apoio na distribuição de benefícios eventuais (cestas básicas) a idosos e pessoas deficientes reassentados nas condições estabelecidas pela Portaria nº 369 de 29.04.2020 do Ministério da Cidadania; mutirões de saúde, entre outras.

A Norte Energia promoveu, também, ações em parceria com entidades de classe de diferentes setores, a fim de aprimorar o trabalho de inclusão e reinserção social da população diretamente afetada pelo empreendimento.

RIBEIRINHOS DO TRECHO DE VAZÃO REDUZIDA

GRI 413-1 e 2; 203; ODS 1, 2 e 10; EP 2n, p, u, 5

Abaixo, estão descritas as principais realizações e os resultados em favor deste público, bem como os principais desafios para os próximos anos.

- **Principais realizações até 2020:**

- 17 campanhas do monitoramento das condições de vida das populações da Volta Grande;
- Realização de 36 monitoramentos de peixes (trimestral desde 2012);
- 23 campanhas da pesquisa de monitoramento de vetores (Instituto Evando Chagas, de 2011 a 2020);
- 26 campanhas de monitoramento navegabilidade e das condições de escoamento da produção;
- 10 pesquisas de satisfação do Sistema de Transposição de Embarcações (STE);
- 05 campanhas do Plano de Ação para Atendimento às Demandas de Navegabilidade;
- Diagnóstico sobre as condições dos acessos existentes das comunidades ribeirinhas localizadas ao longo da Volta Grande do Xingu;
- 18 oficinas participativas para a elaboração do Plano de Fortalecimento Comunitário (PFC);
- 21 Reuniões devolutivas das oficinas participativas para a elaboração do PFC.

- **Principais resultados até 2020:**

- O Sistema de Transposição de Embarcação realizou mais de 53 mil transposições de embarcações, 194 mil pessoas e nove mil toneladas. Na última pesquisa de satisfação, o STE alcançou nota média de 9,2;
- Implantação de sete bases de orientação e apoio à navegação no período de seca;

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

- Implantação de cinco bases flutuantes de apoio a navegação no Largo da Taboca quando da ocorrência de banzeiros;
 - Celebração de convênios com as prefeituras de Anapu (88,79 km) e Senador José Porfírio (62,35 km), para a execução dos serviços de melhoria dos acessos terrestres das comunidades rurais;
 - Doação de mais de 212 filtros de cerâmica para tratamento de água domiciliar;
 - 30 reuniões do Fórum de Acompanhamento Social de Belo Monte da Comissão da Volta Grande do Xingu;
 - Construção e reforma/ampliação de sete escolas;
 - Doação de 10 embarcações tipo voadeiras escolares;
 - Doação de três embarcações tipo voadeira e equipamentos para a Associação dos Moradores da Ilha da Fazenda (AMIF) e Associação dos Moradores da Ilha da Fazenda, Ressaca, Garimpo do Galo e Volta Grande Do Xingu (AMIR);
 - Doação de veículo tipo caminhão, trator e implementos agrícolas para a Associação dos Agricultores da Região Ribeirinha Rio das Pedras (ASARRRP);
 - Doação de embarcação tipo voadeira e equipamentos para a colônia de pescadores Z-77 de Anapu
 - Construção e equipagem de cinco UBS/Posto Saúde;
 - Readequação e ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) das comunidades da Ressaca, Ilha da Fazenda e do Garimpo do Galo, além da celebração do Termo de Cooperação com a Prefeitura de Senador José Porfírio para auxílio técnico-financeiro, operação e manutenção dos sistemas;
 - Três cursos de aquaviário, totalizando 237 pilotos formados;
 - 17 cursos de capacitação (artesanato, panificação, manejo de açaí, cacau e criação de aves);
 - Elaboração de Projetos de Fortalecimento das Atividades Produtivas e de Subsistência nos eixos de agricultura, fruticultura, extrativismo e criação de pequenos animais.
- **Principais desafios nos próximos anos:**
 - Continuidade da Implantação do Plano de Fortalecimento Comunitário, buscando melhorias de condições de vida das populações da Volta Grande, objetivando explorar suas potencialidades nas dinâmicas de readaptação aos fatores ambientais pós operação plena da UHE Belo Monte.

Inaugurado em 2013, na margem direita do rio Xingu, próximo à UHE Pimental, o Sistema de Transposição de Embarcações tornou-se obrigatório, após a conclusão do desvio do rio, permitindo transpor embarcações de até 35 toneladas e garantindo navegabilidade durante a operação de Belo Monte. A navegação ocorre entre a Volta Grande do Xingu e o trecho a montante (rio acima) da barragem do empreendimento.

As embarcações de maior porte são transpostas pelo STE por içamentos. Cada içamento é composto por dois elevadores de embarcações (pórticos sobre pneumáticos), que retiram e recolocam os barcos na água em cada um dos dois píeres. Já as embarcações que possuem menos de seis toneladas são movimentadas em carretas rebocadas por tratores. Os píeres são ligados por uma pista de concreto de 700 m de comprimento.

O STE é gratuito e opera 24h ininterruptamente, atendendo à condicionante número 2.17 da Licença de Operação (LO – Nº 1317/2015).

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

PESCADORES DE ALTAMIRA E REGIÃO

GRI 413-1 e 2; 203; ODS 1, 2 e 10; EP 2n, p, 5

A pesca de subsistência, comercial (incluindo peixes para alimentação e ornamentais) e esportiva constitui atividade tradicional em Altamira e na região. Alguns impactos foram previstos no EIA/RIMA que subsidiaram o licenciamento ambiental da Usina. Dessa forma, também os pescadores – por meio de suas colônias, principalmente as atuantes na Volta Grande do Xingu – são públicos elegíveis ao direito de compensação. As principais realizações em favor desse público específico, os resultados obtidos e os principais desafios para os próximos anos estão descritos abaixo:

Principais realizações e resultados até 2020:

- Implantação de estruturas para atracação e manutenção da atividade náutica em Altamira;
- Entrega de embarcações, motores e apetrechos de pesca para os pescadores;
- Ampliação do diálogo com a comunidade pesqueira por meio do Grupo de Trabalho (GT) da pesca e aquicultura;
- Constituição da Cooperativa de Pescadores de Belo Monte (COOPPBM);
- Implantação e monitoramento do sistema de transposição de peixes, visando permitir a manutenção da migração reprodutiva, trófica ou de refúgio dos peixes (em operação deste 2016).

Principais resultados até 2020:

Formalização do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) 006/2014 com o então Ministério da Pesca e Aquicultura;

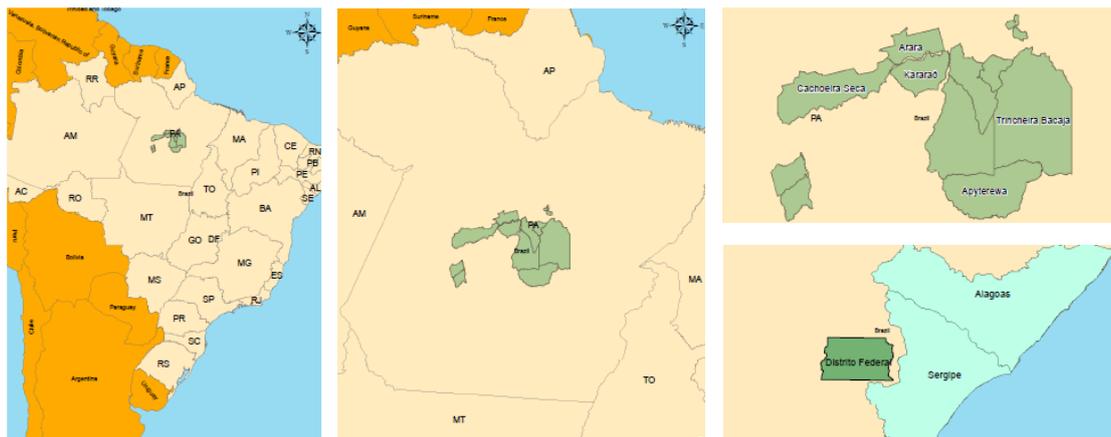
- Construção de sedes de colônias de pesca;
- Construção da sede da Associação dos Criadores e Exportadores de Peixes Ornamentais de Altamira (ACEPOAT) e Cooperativa dos Pescadores e Beneficiadores de Pescados de Altamira-Xingu (COOPEBAX);
- Construção do Centro Integrado de Pesca Artesanal (CIPAR).

COMPONENTE INDÍGENA

GRI 411-1; 413-1 e 2; 103-2 e 3; 203

As ações do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI) são executadas em 11 Terras indígenas (Trincheira Bacajá, Paquiçamba, Arara da Volta Grande, Kararaô, Arara, Cachoeira Seca, Apyterewa, Araweté do Igarapé Ipixuna, Koatinemo, Xipayá e Kuruaya) e em uma área indígena (Juruna, do quilômetro 17), além de ações junto aos indígenas em contexto urbano na cidade de Altamira e os indígenas que vivem fora de terra indígena na área da Volta Grande do Xingu. Segundo dados fornecidos pela FUNAI, as terras e a área indígena mencionadas somam aproximadamente 5 milhões de hectares, onde habitam aproximadamente 4.400 indígenas aldeados (DSEI, jul/2020), pertencentes a nove etnias e que se expressam em nove diferentes línguas indígenas.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Áreas do PBA-CI = áreas somadas dos estados de SE, AL e DF.

5,6 milhões de hectares = 5,2 milhões campos de futebol.

11 vezes o tamanho do Distrito Federal.

O Plano Básico Ambiental – Componente Indígena é composto por 12 programas e 27 projetos, além do Plano de Proteção Territorial às Terras Indígenas do Médio Xingu (PPTMX). Para a execução dos referidos programas foram investidos, até 31.12.2020, R\$ 673.000.000,43.

A gestão dos programas representa desafio de proporções incomparáveis no Brasil, dada a grande área física abrangida e a diversidade dos povos indígenas, suas culturas e diferentes tempos de contato com a sociedade envolvente de cada grupo étnico.

PROGRAMA DE GESTÃO (PG-PBA-CI)

GRI 411-1; 413-1 e 2; EP 2n, 4, 5

- **Principais realizações e resultados até 2020:**
 - Gerência de Assuntos Indígenas (GAI) com equipe técnica especializada;
 - Implantação de Sistema de Atendimento ao Indígena para registro das demandas e acompanhamentos pela equipe técnica;
 - Implantação do Sistema de Gestão de Insumos (SGEI), que permite aprimoramento do processo de aquisições e entregas de equipamentos e insumos;
 - Reuniões internas e externas, com foco na gestão integrada e estratégica do PBA-CI, com destaque para as reuniões com a FUNAI e com empresas contratadas para implementação do PBA-CI nas rotas mencionadas da área de abrangência do empreendimento;
 - Reportes periódicos aos órgãos licenciadores e intervenientes sobre a execução do PBA-CI;
 - Construção de espaços de diálogos estruturados e contínuos entre a Norte Energia, FUNAI, povos e organizações indígenas para tratar questões relacionadas ao licenciamento ambiental – componente indígena, no contexto da pandemia da COVID-19;
 - Ampliação no diálogo com governo e terceiro setor;
 - Pactuação da retomada parcial da execução do PBA-CI, em campo, no contexto de Pandemia, com plano de trabalho aprovado em reuniões tripartites, promovidas num processo de corresponsabilidade entre os envolvidos.

Na sequência, serão apresentadas realizações até 2020 e principais desafios dos Programas do Componente Indígena, que deverão ser executados ao longo de todo o período de concessão.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL INDÍGENA (PGTI)

GRI 411-1; 413-1 e 2; ODS 10; EP 2p, s, 5

O PGTI tem como objetivo promover junto aos povos indígenas da área de influência do empreendimento condições para gestão plena de seus territórios. Conta com os seguintes projetos:

- Projeto de Planejamento Territorial e Apoio à Gestão Socioambiental Compartilhada,
- Projeto de Monitoramento Territorial,
- Projeto de Conservação Territorial.
- **Principais realizações até 2020:**
 - Realização de 18 oficinas de Monitoramento Territorial e Estabelecimento de Acordos de uso do território;
 - Consolidação do Etnozoneamento e Plano de Uso Sustentável para as 11 terras indígenas da área de abrangência (25 oficinas realizadas);
 - Realização de 31 oficinas de Ocupação Territorial Indígena;
 - Realização de dois Intercâmbios de Referência em Gestão Territorial;
 - Realização de 16 Monitoramentos de Uso e Ocupação do Solo;
 - Realização de 135 Monitoramentos de Focos de Calor;
 - Realização de quatro Campanhas de Monitoramento de Fitofisionomias da vegetação nas terras indígenas da Volta Grande do Xingu;
 - Realização de 60 Monitoramentos participativos de caça nas terras indígenas da Volta Grande do Xingu;
 - Realização de 32 Monitoramentos participativos de caça na terra indígena Trincheira Bacajá ;
 - Realização de 72 Monitoramentos participativos de pesca nas terras indígenas da Volta Grande do Xingu;
 - Realização de 20 Monitoramentos participativos de pesca na terra indígena Trincheira Bacajá ;
 - Realização de 15 Oficinas de Manejo sustentável de áreas restauradas;
 - Publicação e lançamento do Plano de Gestão Territorial Indígena da Volta Grande do Xingu;
 - Publicação e lançamento do Guia de Plantas da Volta Grande do Xingu;
 - Realização de 16 Oficinas sobre DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) e levantamento de indígenas agricultores com tal declaração;
 - Realização de duas Reuniões sobre Gestão Socioambiental Compartilhada entre as comunidades;
 - Realização de uma Oficina sobre Vigilância Territorial;
 - Realização de 19 oficinas participativas para Produção e Plantio de mudas de interesse;
 - Implementação de 18 viveiros de mudas;
 - Implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF) em 19,98 ha de áreas degradadas nas terras indígenas a jusante do empreendimento (Trincheira Bacajá, Paquiçamba, Arara da VGX e Juruna do Km 17);
 - Integração interinstitucional (FUNAI, Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade -ICMBio-, Polícia Federal, Força Nacional).
- **Principais resultados até 2020:**
 - Construção do Plano de Gestão Territorial da VGX;
 - Consolidação do Etnozoneamento e Plano de Uso Sustentável para as 11 terras indígenas e uma Área Indígena que compõem a área de abrangência;
 - Possibilitar espaços de diálogo para discussões sobre legislação ambiental;

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

- Celebração de acordos internos de uso dos territórios;
- Produção de conhecimento relacionado ao uso e ocupação do solo das Terras Indígenas e do entorno;
- Mapeamento do desmatamento e de focos de calor nas Terras Indígenas da área de abrangência.

PLANO DE PROTEÇÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DO MÉDIO XINGU³ (PPTMX)

GRI 411-1; 413-1 e 2; ODS 16; EP 2p, s, 5

O PPTMX é consubstanciado por dois programas:

- Programa de Proteção Territorial e Ambiental,
- Programa de Monitoramento Territorial e Ambiental

A Norte Energia executa o PPTMX desde 2015, o que já garantiu construção e equipagem de oito Unidades de Proteção Territorial (UPTs), onde a empresa também contratou, e mantém, mão de obra de monitoramento territorial. Outras três UPTS encontram-se pendentes de instalação por questões de segurança nas Terras Indígenas, atribuição do Poder Público. Tal fato é reconhecido e tratado junto à FUNAI.

- **Principais realizações até 2020:**
 - Construção e entrega de equipamentos (mobiliário, radiotransmissores, ferramentas caminhonetes motocicletas e voadeiras), de oito UPTs, sendo seis bases operacionais e dois postos de vigilância, além de mais três UPT por construir;
 - Contratação e capacitação de 56 profissionais, 11 deles, indígenas, para atuação continuada nas UPT (duas operam em conjunto com a Força Nacional);
 - Instalação e implementação do Centro de Monitoramento Remoto (CMR) na sede da FUNAI, em Brasília e Altamira, com *hardwares*, *softwares*, imagens orbitais por meio de sensoriamento remoto, bem como a implementação do Portal do CMR (cmr.funai.gov.br);
 - Contratação de nove profissionais especializados para operar o CMR no período de janeiro/2016 a dezembro/2020.
- **Principais resultados até 2020:**
 - Estabelecimento de estrutura física/humana/tecnológica para o Estado brasileiro monitorar e atuar na proteção dos territórios indígenas do Médio Xingu;
 - Contribuição da Companhia para as ações do Estado na proteção das Terras Indígenas de todo o país por meio do CMR;
 - Monitoramento das TIs da Área de Influência Direta e Área de Influência Indireta da UHE Belo Monte e TIs da Amazônia Legal Brasileira;
 - De maio/2018 a março/2020, além das TIs da AID/AII e TIs da Amazônia Brasileira, houve monitoramento de todas as TIs do Brasil (aproximadamente 1.235.691 km²), com imagens de alta resolução espacial, sendo:
 - TIs da AID/AII (56.253,62 Km²) - mapas de uso e ocupação do solo, com imagens SPOT de alta resolução (1,5m e Plêiades 0,5m);
 - TIs da Amazônia Brasileira (1.158.980,66 Km²) - imagens geradas com resolução espacial de 30m;

³ PPTMX instituído pelo Termo de Cooperação nº 316/2015

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

- TIs fora da Amazônia Brasileira (20.457,32 Km²) - mapas de uso e ocupação do solo, com imagens SPOT de alta resolução (1,5m e Plêiades 0,5m).
- Manutenção das atividades do PPTMX, considerado serviço essencial frente à Portaria nº 419/PRES, de 17/03/2020.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA (PEEI)

GRI 411-1; 413-1 e 2; ODS 4; EP 2p, s

O Programa de Educação Escolar Indígena tem como objetivo criar e apoiar a implementação de uma política regional de educação escolar indígena para os povos e TIs da região do Médio Xingu -Pará, em articulação com as secretarias municipais de Educação (em especial a de Altamira), Secretaria Estadual de Educação do Pará, FUNAI, Ministério de Educação (MEC) e outros órgãos e instituições, distribuídos em três projetos:

- Projeto de Estabelecimento de Política de Educação Escolar Indígena para a Região do Médio Xingu,
- Projeto de Estruturação das Escolas Indígenas de Ensino Básico, que incluem ensino Fundamental e Médio e contribuição com os cursos de formação em nível superior e técnico,
- Projeto de formação de professores indígenas, elaboração de materiais didáticos e estruturação de projetos demonstrativos.
- **Principais realizações até 2020:**
 - Construção de 21 escolas indígenas (mais 13 por construir);
 - Realização de 12 intercâmbios de experiências educativas com povos indígenas de outras regiões;
 - 21 Projetos Políticos Pedagógicos elaborados e/ou revisados;
 - Realização de 16 Oficinas de Formação Continuada para professores indígenas;
 - 29 materiais didáticos elaborados por professores indígenas;
 - Apoio para realização das Reuniões do Território Etnoeducacional do Médio Xingu (TEEMX), conduzidas pelo MEC;
 - Realização de reuniões de articulação com órgãos afetos a educação escolar indígena;
 - Realização de oficinas de orientação técnica para os indígenas participarem dos Conselhos de Educação Indígena.
- **Principais resultados até 2020:**
 - **Escolas instaladas e em atividade, e materiais didáticos produzidos;**
 - Apoio para consolidação do Território Etnoeducacional do Médio Xingu - TEEMX;
 - Participação dos professores indígenas na articulação com governos municipais, estadual e federal para consolidação de uma política educacional na região;
 - Aproximadamente 60 professores indígenas com interesse em ingressar no ensino superior;
 - Contribuição ao processo de empoderamento dos professores indígenas no processo de discussão e proposição de uma política escolar indígena para a região.

PROGRAMA INTEGRADO DE SAÚDE INDÍGENA (PISI)

GRI 411-1; 413-1 e 2; ODS 3, EP 2p, s

O Programa Integrado à Saúde Indígena do PBA-CI possui como um de seus principais objetivos a promoção do fortalecimento da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena/Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, na área de abrangência do empreendimento, divididos em 4 projetos:

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

- Projeto de Incentivo à reestruturação da atenção à Saúde Indígena,
 - Projeto de Vigilância em Saúde,
 - Projeto de Educação em Saúde,
 - Projeto de Sistemas Indígenas de Saúde.
-
- **Principais realizações até 2020:**
 - 31 Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI) construídas e equipadas (mais três por construir);
 - Implementação do Programa Regional de Combate à Malária;
 - Formação de Agentes Indígenas de Saúde e de Agentes Indígenas de Saneamento: apoio a 40 cursos, 34 temas abordados, para 35 Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e 37 agentes indígenas de saneamento (AISAN);
 - Realização de 14 oficinas, total de 560 horas, para 402 profissionais da saúde indígena do DSEI/CASAI, Hospital Municipal, Hospital Regional e SESP, para atendimento diferenciado aos povos indígenas;
 - Doação de 16 veículos ao DSEI;
 - Contratação de dez profissionais de saúde para o DSEI durante crise epidêmica de H1N1, no período de maio a julho de 2016;
 - Contratação temporária em 2018 de dois técnicos de enfermagem para atuar nas UBIs construídas na TI Paquiçamba;
 - Apoio logístico a sete reuniões e a quatro formações/capacitações, desde 2016, para o CONDISI (Conselho Distrital de Saúde Indígena). Participação média de 200 indígenas, prestadores de serviços, profissionais do DSEI e convidados. Em quatro anos, apoio a aproximadamente 1.400 participações em reuniões e capacitações;
 - Manutenção do aluguel e energia elétrica da Casa de Saúde Indígena (CASAI) em Altamira desde setembro de 2015, e internet desde 2019;
 - Doação de equipamento para teleconsulta;
 - Contratação de 152 profissionais de saúde para apoio ao DSEI, do total de 170 previstos, como técnicos de enfermagem, agentes indígenas de saúde, agentes indígenas de saneamento, motoristas, dentre outros;
 - Doação de 2.500 testes rápidos para o DSEI para apoio no diagnóstico ao Coronavírus.
 - Instalação de internet na UBSI da Aldeia Boa Vista;
 - Implementação de Telemedicina para atendimento à população indígena, com realização de projeto-piloto na UBSI da Aldeia Boa Vista por meio da contratação de uma plataforma digital que conecta usuários e profissionais de saúde. O atendimento médico remoto neste projeto piloto teve duração de 60 dias, com a realização de 89 atendimentos e cerca de 60% da população da comunidade atendida.
-
- **Principais resultados até 2020:**
 - Alto percentual de recuperação da COVID 19, em 2020, entre indígenas da região (com dois óbitos em 0,2% dos casos confirmados, sendo a menor taxa entre DSEIs)
 - Fortalecimento do serviço de atenção à saúde indígena no Médio Xingu por meio de:
 - entrega de 31 UBSI equipadas;
 - condição operacional para a sede provisória da CASAI;
 - capacitação de gestores do DSEI, CASAI, hospital municipal;

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

- melhoria do acesso aos serviços de saúde com a aberturas e reformas de estradas e pistas de pouso;
- ampliação da frota de veículos do DSEI/Altamira;
- disponibilidade do serviço de Telemedicina;
- Fortalecimento do controle social por meio do apoio às capacitações e reuniões dos conselheiros distritais do Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI);
- Capacitação de Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN);
- Redução dos casos de malária entre os povos indígenas na região a partir de 2012, com estabilização abaixo de 0,5 casos por 1000 indígenas, desde de 2015;
- Melhoria das condições de saneamento básico nas terras indígenas por meio das construções de sistemas de abastecimento de água e das melhorias sanitárias domiciliares;
- Satisfação dos indígenas da Aldeia Boa Vista com adoção da telemedicina. Entre os entrevistados, 93% aprovaram a ação e 100% dos que realizaram consulta recomendam a utilização do atendimento pela plataforma digital.

PROGRAMA DE ATIVIDADES PRODUTIVAS (PAP)

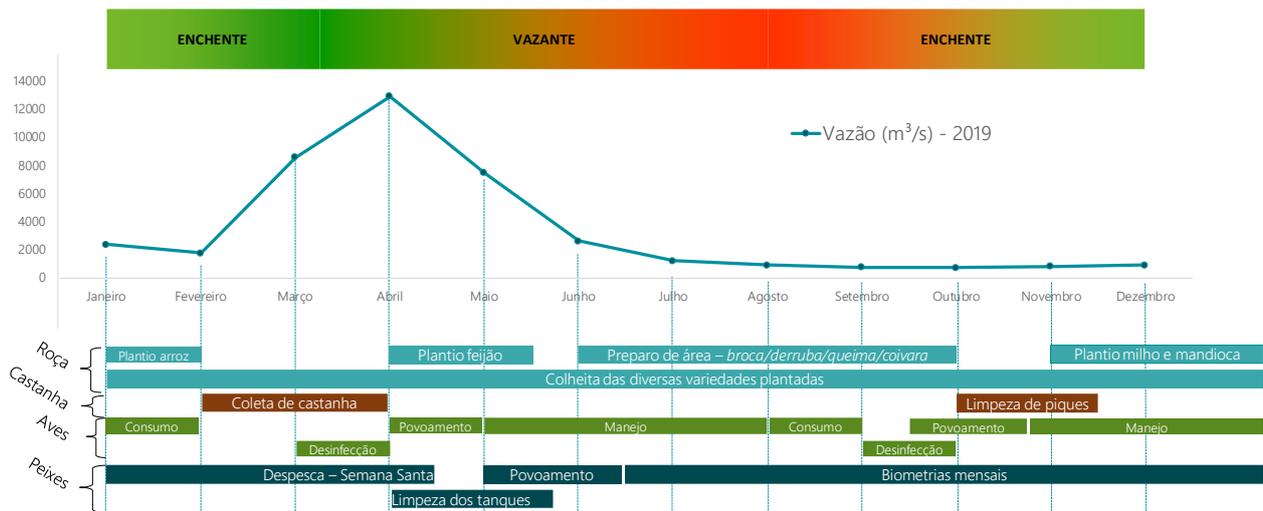
GRI 411-1; 413-1 e 2; 203; ODS 2, 8, 10, 12, 15; EP 2n, o, p, s, 5

O PAP tem como objetivo fortalecer atividades produtivas dos povos indígenas da área influência do empreendimento, visando sua segurança alimentar e geração de renda para melhoria da qualidade de vida destas comunidades. É composto pelos seguintes projetos:

- Projeto de Subsistência Indígena,
- Projeto de Desenvolvimento de Atividades Produtivas e Comercialização.
- **Principais atividades produtivas:**
 - Criação de gado, aves e peixes em tanque rede;
 - Cultivo e manejo de cacau, pimenta do reino, urucum e frutíferas como banana e açaí;
 - Pesca para comercialização;
 - Coleta e comercialização de castanha do brasil, látex, óleo de babaçu;
 - Comercialização de farinha de mandioca.

As atividades produtivas indígenas devem seguir seu calendário cultural, que – com pequenas variações entre etnias – contam com o seguinte cronograma anual:

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



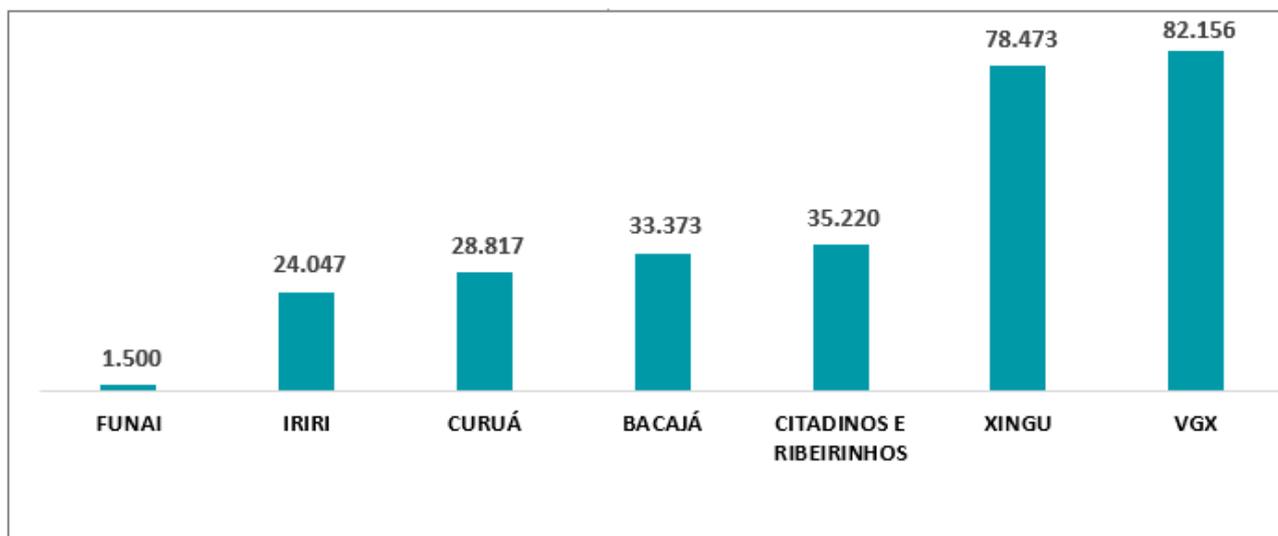
- **Entregas em 2020:**

- Atividades x número de entregas em 2020 (quantidade):

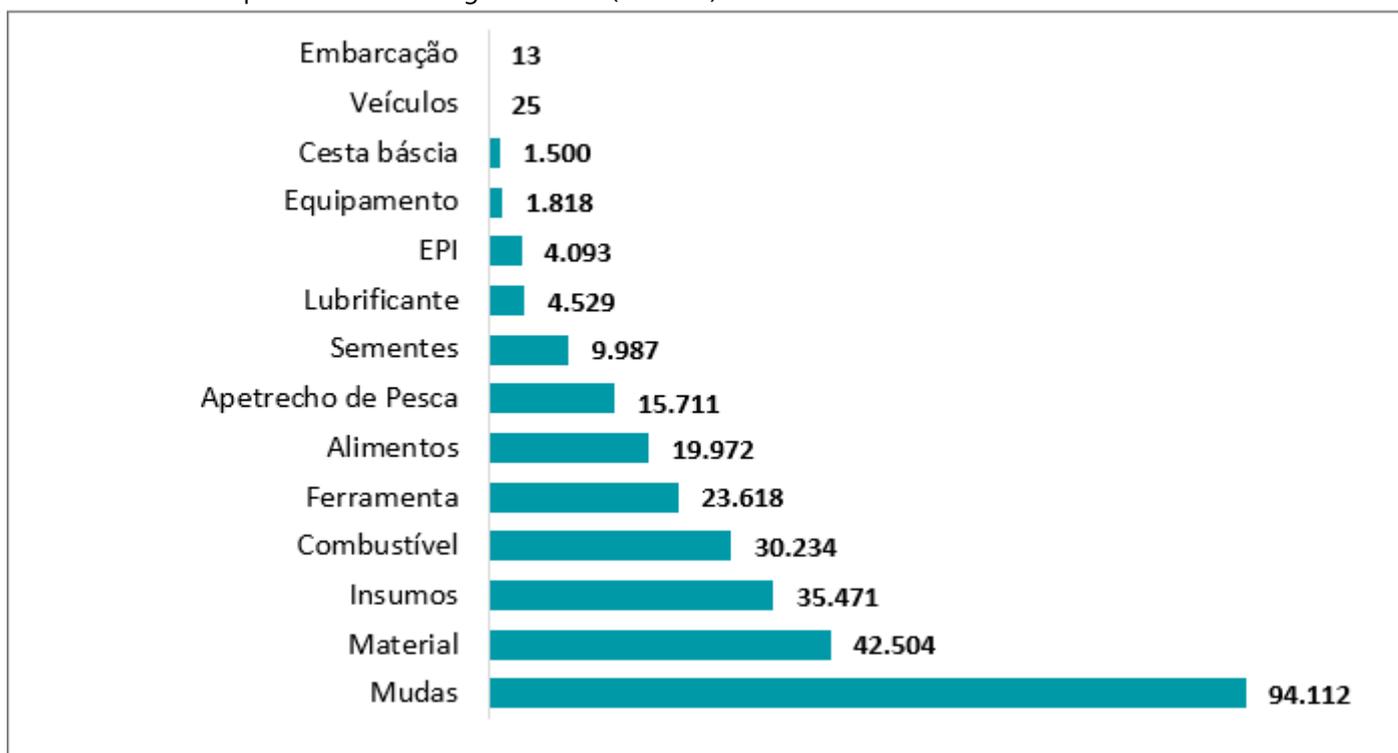
Fabricação de Canoa	15
Criação de Gado	17
Produção de Farinha	26
Apoio Logístico	270
Criação de Aves	629
Cultivo de Hortaliças	1.442
Cesta Básica	1.500
Criação de Peixes em...	4.664
Exploração de Babaçu	6.510
Pesca de Subsistência	19.650
Apoio às Cantinas...	19.972
Cultivo de Frutíferas	31.012
Coleta de Castanha	36.752
Cultivo de Roças Anuais	67.472
Cultivo de Cacau	93.656

- Entregas por rota em 2020:

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



- Grupo de itens x entrega em 2020 (número):



- **Principais realizações até 2020:**

- Realização de assistências técnicas contínuas;
- Estimativa de 721, 96 ha cultivados;
- Entregues 7.697 kg de sementes;
- Entregues 4.967 sacos de ração (124.175 kg de ração);
- Colhidos 856.75 kg de produção agrícola;
- Entrega de 94.112 mudas de cacau e frutíferas
- Entrega de 1.500 cestas básicas de 80 kg

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

- **Principais resultados até 2020:**

- Suporte às atividades de subsistência e renda indígenas relacionadas a:
 - Criação de gado;
 - Criação de aves em sistema semiextensivo;
 - Criação de peixes em tanque rede e canal de igarapé;
 - Cultivo e manejo de cacau;
 - Cultivo e manejo de pimenta do reino;
 - Pesca para comercialização;
 - Comercialização de farinha de mandioca;
 - Cultivo e manejo de banana;
 - Coleta e comercialização de Produtos Florestais Não Madeireiros – Castanha do Brasil, Látex, Óleo de Babaçu;
 - Cultivo e manejo de urucum;
 - Cultivo de frutíferas;
 - Cultivo e manejo de açaí;
 - Construção de canoas;
 - Fortalecimento de cantinas comunitárias.
 - Contribuição na promoção da segurança alimentar por meio de apoio ao desenvolvimento das atividades produtivas voltadas para a subsistência indígena;
 - Contribuição na geração de renda das comunidades indígenas por meio de apoio ao desenvolvimento das atividades produtivas voltadas para a comercialização;
 - Celebração de Termos de Cooperação Técnico Financeira com as Associações AIMA, KIRINAPÃ e TAKURARÊ, para a execução de projetos voltados a geração de renda.

PROGRAMA DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL (PPCMI)

GRI 411-1; 413-1 e 2; ODS 4 - meta 4.7; EP 2n, s, t, 5

O PPCMI tem como objetivo proteger e fortalecer o patrimônio cultural dos povos indígenas, que poderão sofrer interferência em suas bases de reprodução física e cultural, como forma de garantir produção e transmissão de saberes tradicionais destes povos em contexto de transformação social. É composto pelos seguintes projetos:

- Projeto de Apoio à Produção Artística e Cultural,
- Projeto de Formação em Patrimônio Cultural,
- Projeto de Reestruturação do Museu do Índio de Altamira.

- **Principais realizações até 2020:**

- Realização de 42 intercâmbios culturais;
- Realização de três oficinas de etnoarqueologia;
- Realização de 147 oficinas de transmissão de saberes;
- Realização de um Festival de Cultura;
- Treinamento para aproximadamente 200 indígenas como videoastas;
- Aquisição de 24 kits de filmagem (composto por 14 equipamentos);

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

- Apoio para participação de indígenas em três feiras de artesanato (participação dos povos Juruna, Arara da Volta Grande, Xikrin, Parakanã, Kararaô, Arara, Xipayá e Kuruaya);
 - Apoio na realização de festas tradicionais;
 - Produção de materiais audiovisuais pelos indígenas;
 - Apoio para construção de edificações tradicionais.
- **Principais resultados até 2020:**
 - Valorização da cultura material e imaterial;
 - Valorização das identidades indígenas;
 - Maior visibilidade de culturas/identidades indígenas do Médio Xingu;
 - Apoio à comercialização de artefatos culturais (artesanatos).

PROGRAMA DE SUPERVISÃO AMBIENTAL (PSA)

GRI 411-1; 413-1 e 2; 304; ODS 12, 15; EP 2b, d, n, s, 5

O PSA estabelece interfaces entre os temas tratados no PBA geral e o PBA-CI para contribuir com a compreensão dos efeitos ambientais da implantação da Usina. É composto pelos seguintes projetos:

- Projeto de Coordenação da Supervisão Ambiental,
 - Projeto de Acompanhamento do Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres,
 - Projeto de Acompanhamento do Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos,
 - Projeto de Acompanhamento do Plano de Gestão dos Recursos Hídricos,
 - Projeto de Acompanhamento do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu.
- **Principais realizações até 2020:**
 - Acompanhamentos participativos por indígenas Arara e Juruna da VGX:
 - 50 campanhas do Projeto de Salvamento e Resgate de Ictiofauna do PBA-Geral;
 - Quatro campanhas do Projeto de Monitoramento da Ictiofauna do PBA-Geral;
 - Duas campanhas do Projeto de Pesquisa sobre Ecologia de Quelônios do PBA-Geral;
 - Uma campanha de Módulos RAPELDS do PBA-Geral;
 - 12 campanhas do Projeto de Monitoramento da Qualidade da Água Superficial do PBA-Geral;
 - Um acompanhamento do Sistema de Transposição de Embarcações (STE).
 - Acompanhamentos participativos por indígenas Xikrin da Trincheira Bacajá:
 - Uma campanha do Projeto de Monitoramento da Ictiofauna do PBA-Geral.
 - Divulgação dos Resultados dos Monitoramentos do PBA-Geral para indígenas Arara e Juruna da VGX:
 - 23 encontros para divulgação dos resultados dos monitoramentos do PBA.
 - Divulgação dos Resultados dos Monitoramentos do PBA-Geral para indígenas Xikrin da Trincheira Bacajá:
 - 69 encontros para divulgação dos resultados dos monitoramentos do PBA.
 - Outras reuniões com indígenas Arara e Juruna da VGX:
 - Sete reuniões para apresentação do Plano Geral de Comunicação às Populações Indígenas (PGCPI), no âmbito do Plano de Enchimento dos Reservatórios da UHE Belo Monte (PERBM);

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

- 11 Reuniões do Comitê do TVR entre 2013 e 2020, sendo: uma Reunião criação do Comitê; uma Reunião Informativa; sete Reuniões Ordinárias; e duas Reuniões Extraordinárias.
- Outras reuniões com indígenas Xikrin da Trincheira Bacajá:
 - Oito reuniões para apresentação do Plano Geral de Comunicação às Populações Indígenas (PGCPI), no âmbito do Plano de Enchimento dos Reservatórios da UHE Belo Monte (PERBM).
- **Principais resultados até 2020:**
 - Acesso das comunidades indígenas às informações dos monitoramentos dos programas do PBA;
 - Crescente integração dos dados e metodologias utilizadas nos monitoramentos participativos realizados na VGX pelo PBA-CI e pelas equipes do PBA geral.

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL (PFI)

(GRI 411-1; 413-1 e 2; ODS 10 – meta 10.2; EP 2n, p, s, 5)

O PFI tem como objetivo estimular associações e demais organizações indígenas para atuar, de maneira efetiva e qualificada, na consecução de seus objetivos de defesa dos direitos e melhoria da qualidade de vida dos povos que representam.

- **Principais realizações até 2020:**
 - Criação, regularização e ou fortalecimento de 32 Associações Indígenas (apenas quatro associações já existiam antes do PBA-CI);
 - Realização de quatro capacitações para dirigentes de 20 associações (informática básica e secretariado);
 - Serviço de contabilidade para as 32 associações, consultoria técnica e regularização dos CNPJs, e apoio a realização das assembleias;
 - Realização de 76 capacitações para diagnóstico, desenvolvimento de projetos, captação de recursos e prestação de contas;
 - Realização de 74 oficinas para elaboração dos Planos de Vida;
 - Elaboração de nove Planos de Vida;
 - Realização de 22 oficinas de apoio à implementação dos Planos de Vida por aldeia e por TI.
 - Apoio a estruturação de sedes de sete associações (Aima, Kirinapa, ABEX e AKANEMÂ, Pyjahyry, TATO'A, Takurarê);
 - Assessoria contábil e jurídica contínua às associações;
 - Regularização jurídica em 2020 das Associações AIMA, Tubyá, Takurarê, Kirinapan e Inkuri.
- **Principais resultados até 2020:**
 - Associações indígenas fortalecidas por meio de capacitação e assessoria contínua, formação de associações e estruturação de sedes;
 - Planos de Vida elaborados;
 - Associações com projetos elaborados e aprovados por meio do PDRSX;
 - Apoio ao Projeto Menire (voltado para as mulheres \ está correto?) sob gestão das associações indígenas do povo Xikrin .

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA (PIE)

GRI 411-1; 413-1 e 2; ODS 3, 4, 6, 7, 10, 12; EP 2h, n, p, s, 5

O PIE visa implantar infraestrutura de acessibilidade, mobilidade e de redes de saneamento básico – abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial e fornecimento de energia elétrica nas Terras Indígenas.

O programa de Infraestrutura foi desenhado de forma a reunir a totalidade das obras de engenharia previstas no PBA-CI e demais termos de cooperação assumidos para todas as terras e áreas indígenas contempladas, bem como para indígenas não aldeados e cidadãos. O quadro a seguir especifica o estágio de cada família de obras.

Relação de obras para os indígenas		Previsto	Contrat	Executado		Em construção	
				Quant.	% do Global previsto	Quant.	% em andamento
Acordos/Termos de Cooperação	Casas de moradia em alvenaria	874	0	332	38%	0	0,00%
	Casas de moradia em madeira	466	0	447	96%	0	0,00%
	Reforma casas de moradia	171	0	0	0%	0	0,00%
	Construção sede da Funai	1	1	1	100,00%	0	0,00%
	Reforma casa do índio	1	1	1	100,00%	0	0,00%
	Bases operacionais	7	6	6	75,00%	0	0,00%
	Postos de vigilância	4	2	2	66,00%	0	0,00%
PBA-CI	Melhorias Sanitárias Domiciliares - Banheiros	763	354	354	46,40%	0	0,00%
	UBSI e Alojamento	34	32	31	53,00%	1	2,94%
	Escolas	34	25	21	62,00%	4	11,76%
	Sistema de abastecimento de Água	34	30	29	85,00%	1	2,94%
	Casas de farinha	40	40	40	100,00%	0	0,00%
	Estradas de acesso (km)	615,5	518	518	84,00%	0	0,00%
Pista de pouso	23	17	17	74,00%	0	0,00%	

PROGRAMA DE REALOCAÇÃO E REASSENTAMENTOS (PRR)

GRI 411-1; 413-1 e 2; EP 2n, p, r

O PRR tem como objetivo reduzir impactos sociais decorrentes da implantação da UHE Belo Monte, apresentando soluções que considerem expectativas e demandas da população indígena moradora de Altamira e indígenas ribeirinhos da Volta Grande do Xingu, incluídos no cadastro socioeconômico, em conformidade com as normas e legislação quanto ao direito à moradia adequada. É composto pelos seguintes projetos:

- Projeto de Cadastramento das Famílias Indígenas Inclusas no PRR
- Projeto de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural
- Projeto de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Urbana

- **Principais realizações até 2020:**
 - Diagnóstico socioeconômico - 558 famílias na Área Urbana;
 - Diagnóstico socioeconômico - 78 famílias na Área Rural, reservatório até o sítio Pimenta;
 - Diagnóstico socioeconômico do TVR - 98 famílias;
 - Negociações com 36 famílias indígenas residentes em palafitas na lagoa do Jardim independente I, executadas no âmbito do PBA geral, concluídas em setembro de 2019;
 - Visitas para escolha das casas pelos optantes pelo Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) Tavaquara para início das obras de compensação (muro e varanda): 21 casas para indígenas;
 - Reoferta do RUC Tavaquara a famílias indígenas (início em outubro 2019);

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

- Realização de 24 reuniões do GT Pedral/Tavaquara.
- **Principais resultados até 2020:**
 - Interlocução específica com público indígena que vive fora de terra indígena;
 - Valorização das identidades/especificidades culturais, históricas e étnicas dos indígenas em contexto urbano, que foram realocados no RUC Tavaquara;
 - Construção do RUC Tavaquara destinado especialmente a esse público.

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO PARA NÃO INDÍGENAS (PCNI) E PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO PARA INDÍGENAS (PCI)

GRI 411-1; 413-1 e 2; EP 2n, p, s, t, 5, 6

O PCI assegura participação ativa das comunidades nas discussões para definir as ações que serão executadas em seus territórios. Com esse diálogo direto e permanente, a Norte Energia vem assegurando protagonismo dos indígenas. O Sistema de Radiofonia implantado possui, atualmente, 88 estações de rádio instaladas nas aldeias. Já o PCNI tem como objetivo capacitar profissionais que atuam nas ações estruturantes do PBA-CI para a adequada convivência com os povos indígenas.

- **Principais realizações do PCNI e PCI até 2020:**
 - 593 capacitações realizadas para profissionais não indígenas (PCNI);
 - 3.556 profissionais capacitados para entrada em terra indígena (PCNI);
 - Ampliação de 32 para 88 Estações de Rádio Instaladas. Antes da implantação do PCI, havia apenas 15 estações, com uso restrito sobretudo para atenção à saúde. O aumento das estações de rádio acompanhou a ampliação do número de aldeias, considerando a dinâmica indígena.
- **Principais resultados até 2020:**
 - Uma das maiores redes privadas de radiofonia indígena da Amazônia brasileira instalada e em operação (PCI);
 - Média de 353 mensagens/mês (ano 2020);
 - Ambiente e equipe acolhedores aos indígenas em Altamira, sendo um programa reconhecido pelos principais *stakeholders*;
 - Profissionais capacitados com informações referentes aos povos indígenas e processo de licenciamento (PCNI);
 - Acompanhamento rígido do controle vacinal de cada trabalhador para solicitação de entrada em terra indígena à FUNAI (PCNI).

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

ECONOMIA**DESEMPENHO ECONÔMICO**

GRI 201

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E VALOR ECONÔMICO DIRETO GERADO E DISTRIBUÍDO

GRI 201-1

(Em milhares de reais)

	2020	2019
Receita operacional bruta	5.137.831	4.895.925
<hr/>		
Insumos adquiridos de terceiros:		
Custo com energia elétrica	(1.369.170)	(893.609)
Material	(2.921)	(4.141)
Serviços de terceiros	(75.363)	(74.905)
Outros insumos	(349.435)	(210.609)
<hr/>		
Retenções:		
Depreciação e amortização	(1.696.055)	(1.121.301)
<hr/>		
Valor adicionado recebido em transferência:		
Receitas financeiras	159.418	51.962
Outros resultados operacionais	33	591
<hr/>		
Valor adicionado a distribuir	1.804.338	2.643.913
<hr/>		
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal e encargos (com remuneração dos administradores)	56.238	55.988
<hr/>		
Impostos, taxas e contribuições:		
Dedução à receita operacional	536.629	512.877
Taxa de fiscalização	37.557	25.322

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Utilização de recursos hídricos	160.998	143.245
Imposto diferido	(155.707)	945
Remuneração de capitais de terceiros:		
Aluguéis	3.539	4.305
Despesa financeira	2.025.477	1.691.603
Lucros retidos (prejuízos) do exercício	(860.393)	209.628
Valor adicionado distribuído	1.804.338	2.643.913

DESEMPENHO OPERACIONALGRI EUs Específicos do Setor Elétrico**CAPACIDADE INSTALADA DO SISTEMA**GRI EU-1

Em 2020, a capacidade instalada do complexo foi plenamente constituída, com 11.000 MW nas turbinas da UHE Belo Monte e 233,1MW na UHE Pimental.

PRODUÇÃO LÍQUIDA DE ENERGIAGRI EU-2

O quadro a seguir traduz a geração líquida (energia ativa) por Casa de Força.

Casa de Força	MWh
UHE Belo Monte	27.432.740
UHE Pimental	1.221.931

Comprimento das linhas de transmissão (GRI EU-4)

Linha de Transmissão	Comprimento (km)
LT 230kV Altamira –Pimental	63,17
LT 500KV Belo Monte – Xingu circuito 01	13,17
LT 500KV Belo Monte – Xingu circuito 02	13,14
LT 500KV Belo Monte – Xingu circuito 03	12,99
LT 500KV Belo Monte – Xingu circuito 04	12,88
LT 500KV Belo Monte – Xingu circuito 05	12,76

Disponibilidade e confiabilidade de energia elétrica (GRI EU-6)

Casa de Força	ID – Índice de disponibilidade anual
---------------	--------------------------------------

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

UHE Belo Monte	99,44%
UHE Pimental	94,09%

As perdas na transmissão da UHE Belo Monte (GRI EU-12)

Casa de Força	Perdas (% da capacidade instalada)
UHE Belo Monte	0,62%
UHE Pimental	2,98%

Fator de disponibilidade média da Usina (GRI EU-30)

Casa de Força	FID – Fator de disponibilidade
UHE Belo Monte	1,024
UHE Pimental	1,012

IMPLICAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS RISCOS E OPORTUNIDADES DECORRENTES DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

GRI 201-2

EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE)

GRI 201-2; 305-1 a 4; ODS 15; EP 2j e 10

A Norte Energia deu início em 2020 ao monitoramento de suas emissões de gases de efeito estufa, a fim de realizar inventário estruturado e em modelo compatível com o *GHG Protocol Brasil*. A despeito de não possuir ainda tal levantamento, o fato de ser uma geradora cujo ativo é um complexo hidrelétrico de grande porte, a fio de água, traz indicativos de que o balanço de emissões da Companhia seja positivo, em face principalmente de emissões evitadas a partir de fontes térmicas, as que mais contribuem para emissões totais do Setor Elétrico Nacional.

Do ponto de vista de mudanças climáticas, as emissões próprias e indiretas de gases de efeito estufa pela operação da UHE Belo Monte não têm representatividade em volume e intensidade de emissão, pelas características do projeto.

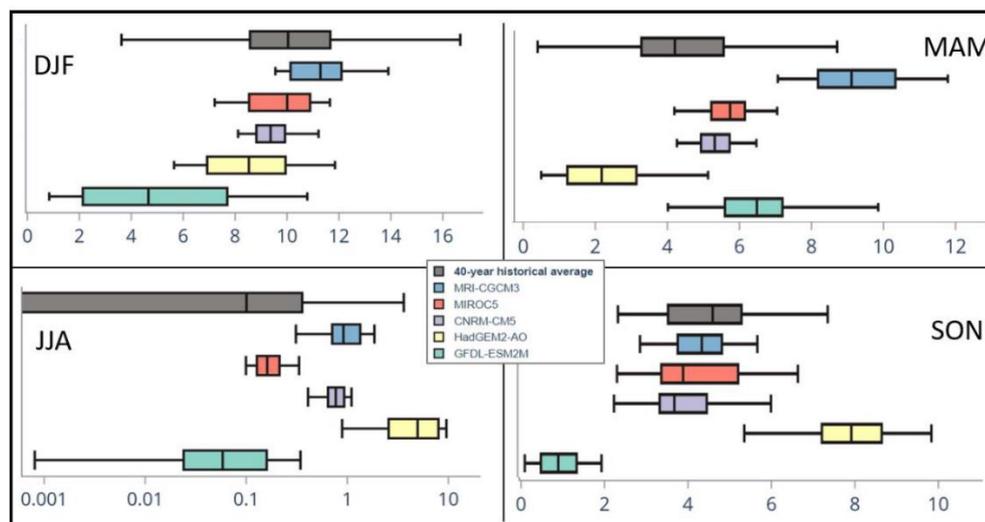
Pode-se dizer que Belo Monte contribui para “limpar” a matriz energética brasileira. Sua capacidade firme de geração é de 4.571 MW médios (garantia física). Considerando, grosso modo, que cada 1 MW médio de geração térmica equivale a emissão de 202 toneladas de dióxido de carbono (CO₂), conclui-se que a geração média de Belo Monte é capaz de promover o *offset* de 923.342 toneladas de CO₂ por mês, o que corresponde a mais de 11 milhões de toneladas de CO₂ por ano.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

RISCOS E OPORTUNIDADES RELACIONADOS COM ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

GRI 201-2; ODS 15; EP 2j e 10

Boxplots da precipitação (em mm dia-1) - comparação de cinco modelos do CMIP5/IPCC com a série histórica da Bacia do Rio Xingu



Fonte: Camargo. M.G.P. (2019)

Nota-se que, desses cinco modelos (GFDL-ESM2M dos EUA; CNRM-CM5 da França; HadGEM2-AO da Grã Bretanha e os japoneses MIROC5 e MRI-CGCM3), apenas o último "projeta a possibilidade de aumento de disponibilidade de água no Rio Xingu, devido principalmente às vazões nas estações de seca"⁴. No outro extremo, o modelo norte-americano GFDL-ESM2M projeta reduções de até 50% das chuvas na bacia, em anos que apresentem anomalias negativas associadas, como os *mega-El Niño*. No geral, quatro dos cinco modelos apresentariam redução da disponibilidade de água entre 20% e 30%.

OPORTUNIDADES LOCAIS E REGIONAIS – PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

GRI 201-2; 305-1 a 4

A Norte Energia vem estabelecendo parcerias e realizando chamadas públicas a centros de pesquisas, *startups*, universidades e empresas de tecnologia, visando ampliar a geração renovável do seu site, bem como estabelecer modais de consumo de energia elétrica em substituição a motores que consomem combustíveis fósseis. Nessa linha, merecem destaque:

- Chamada externa 001/2020 para seleção de propostas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) na área de segurança de barragens - lançada em 27 de janeiro de 2020;
- Chamada externa 002/2020 para seleção de propostas de P&D a área de manutenção e operação - lançada em 21 julho de 2020;

⁴ Camargo. M.G.P., 2019. *Variabilidade da vazão do Rio Xingu na região da UHE Belo Monte sob cenários de projeções multimodelo de mudança climática (Dissertação de Mestrado)*. São Paulo, Instituto de geociências, Universidade de São Paulo.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

- Chamada externa 003/2020 para seleção de propostas de P&D na área socioambiental - lançada em 21 julho de 2020;
- Chamada externa 004/2020 para seleção de propostas de P&D para arranjos e tecnologias de plantas fotovoltaicas flutuantes - lançada em 08 de outubro de 2020;
- Chamada de projeto estratégico nº 22/2018 da ANEEL - "Sistema Inteligente de Gestão Eficiente de Modalidade Elétrica Multimodal", para desenvolvimento de sistema de gestão integrado para múltiplos modais, como barco e ônibus elétricos e híbridos, que servirão de suporte para implementação de modelos de negócio na região, em parceria com Universidade Federal do Pará (UFPA), Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), e as empresas ABB e BYD Energy do Brasil Ltda. Já estão em operação ônibus elétricos (rodoviário e urbano) para uso circular interno no campus Guamá da UFPA, em Belém, e entre os campi Guamá e Castanhal. Próxima etapa de projeto prevê barcos elétricos equipados com painéis fotovoltaicos e autonomia de até seis horas. Um deles será um catamarã solar, com capacidade para receber até 20 passageiros.

TRIBUTOS

GRI 207

ABORDAGEM TRIBUTÁRIA

GRI 207-1

A gestão e o planejamento tributário são sem dúvida tópicos materiais e estratégicos para a Norte Energia, uma vez que estão intrinsecamente relacionados tanto com o impacto social na comunidade quanto no resultado financeiro e econômico da companhia.

Neste sentido, a Norte Energia, em consonância com valores e princípios que a norteiam, atende com total transparência e tempestividade os diversos órgãos fiscalizadores. A conformidade fiscal é extremamente relevante e estratégica para a companhia e o atendimento às suas obrigações acessórias e principais devem ser cumpridas de acordo com a legislação vigente. Ao mesmo tempo, também em linha com seus propósitos empresariais, a Companhia busca, por meio de planejamento tributário lícito, redução da sua carga tributária, a fim de tornar-se mais eficiente e gerar melhores resultados tanto para os seus acionistas, quanto para as demais partes interessadas, com mais investimentos na região de influência do empreendimento.

Diante da magnitude do projeto da UHE Belo Monte e sua localização, os impactos sociais provenientes da gestão tributária são muito representativos para a região. Na tabela abaixo evidenciamos o valor que a Norte Energia recolheu para cada ente federativo no ano de 2020, seja pelo pagamento de tributos retidos na fonte dos seus fornecedores, seja por meio de tributos próprios da companhia.

Recolhimento de Tributos per Capita - 2020			
Localidade	Tributos	Habitantes	Recolhimento per capita
VITÓRIA DO XINGU	16.338.720	15.279	R\$ 1.069,36
ALTAMIRA	7.647.505	115.969	R\$ 65,94
SENADOR PORFIRIO	121.843	11.480	R\$ 10,61
ANAPU	142.140	28.607	R\$ 4,97
PARÁ	35.508.226	8.690.745	R\$ 4,09
UNIÃO	184.880.490	211.355.563	R\$ 0,87
PORTO DE MOZ	16.337	41.801	R\$ 0,39
DISTRITO FEDERAL	711.523	6.110.298	R\$ 0,12

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

PLACAS	2.365	31.659	R\$ 0,07
BRASIL NOVO	495	14.983	R\$ 0,03
URUARA	834	45.435	R\$ 0,02
TOTAL	245.370.478		

Quanto ao planejamento tributário, o principal incentivo fiscal da companhia é o do lucro da exploração, concedido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), conforme nota explicativa 25 das demonstrações financeiras. Desde a sua concessão em 2018 a companhia já obteve economia de R\$ 184.088.000,00. Ainda neste tópico, a Norte Energia se compromete a seguir dispositivos legais e acompanha de perto as diversas mudanças nas normas e na jurisprudência. No entanto, a adoção de novos procedimentos é realizada apenas após extenso escrutínio interno e de seus assessores legais, a fim de garantir seu dever social de contribuição fiscal justa e atendimento à legislação.

GOVERNANÇA, CONTROLE E GESTÃO DE RISCO FISCAL

GRI 207-2

A Norte Energia possui uma robusta estrutura de governança e controle fiscal, iniciando pelo seu Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, órgãos de controle externos à administração que realizam acompanhamentos periódicos das ações da Companhia, inclusive aqueles relacionados à gestão e planejamento tributário. Mais informações sobre a estrutura de ambos podem ser encontradas na seção de Governança deste relatório.

No âmbito da administração, a gestão e o planejamento tributário são realizados pela Diretoria Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores e suas ações são auditadas e controladas pelas Superintendência de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, bem como pela de Auditoria Interna.

A Superintendência de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, dentro do seu papel de identificação, avaliação e monitoramento, realiza acompanhamento periódico dos riscos tributários corporativos e operacionais. Ainda nesse sentido, a Norte Energia criou diversos controles de visão a mitigação dos possíveis riscos identificados, mensalmente monitorados e validados por aquela Superintendência.

Ademais, os valores recolhidos de cada tributo, bem como a economia tributária obtida, estão disponíveis a cada mês para todos os acionistas da Companhia, de forma a garantir transparência nas ações da Norte Energia no que se refere à gestão tributária.

Além dos controles internos mencionados, os processos e o resultado das atividades da área fiscal (recolhimento e obrigações acessórias, por exemplo) são auditados anualmente por auditores externos e periodicamente por empresas de auditoria e consultoria tributária, a fim de garantir conformidade fiscal.

ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS E GESTÃO DE SUAS PREOCUPAÇÕES QUANTO A TRIBUTOS

GRI 207-3

Diante da magnitude da operação da Norte Energia e do montante de suas transações e tributos recolhidos, a Companhia encontra-se entre os "maiores contribuintes", tanto em âmbito nacional quanto estadual, o que implica em constante contato e monitoramento dos órgãos fiscalizadores. Neste sentido, a Norte Energia atende a todas as demandas das autoridades fiscais de maneira tempestiva e com total transparência.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

MEIO AMBIENTE

ENFOQUE DE GESTÃO

GRI 103-2 e 3

A preservação do meio ambiente baliza todas as ações da Norte Energia. Constatado o cumprimento de projetos previstos no PBA e nas condicionantes ambientais das licenças Prévia e de instalação, a Companhia recebeu, em novembro de 2015, a licença de operação (LO – Nº 1317/2015), emitida pelo Ibama.

Com a LO, a Norte Energia procedeu com etapa crucial do empreendimento, que foi o enchimento dos dois reservatórios da Usina. A UHE Belo Monte iniciou a geração de energia ainda no primeiro semestre de 2016 e vem dando sequência à operação comercial nos anos subsequentes.

Como contrapartida e na mitigação de seus impactos, a Norte Energia já investiu mais de R\$ 6.300.000.000,00 em ações socioambientais e segue atendendo aos compromissos definidos pelo PBA.

INSUMOS E ENERGIA

GRI 301; 302-1 e 2; 413-1 e 2; ODS 7, 8, 12 e 13; EP 2h

A Norte Energia, em sua fase de operação, utiliza a água como seu insumo propulsor para geração elétrica. Contudo, pelas características de desenho do projeto, toda a água utilizada é devolvida ao rio.

Dessa forma, os únicos insumos efetivamente significativos, influentes em temas considerados materiais pelos *stakeholders* da Companhia são os combustíveis fósseis utilizados para a geração auxiliar, dentro e fora da empresa, nos transportes terrestres e aéreos de empregados e terceiros, bem como no consumo fora das operações, especialmente os associados aos vários projetos socioambientais da Norte Energia.

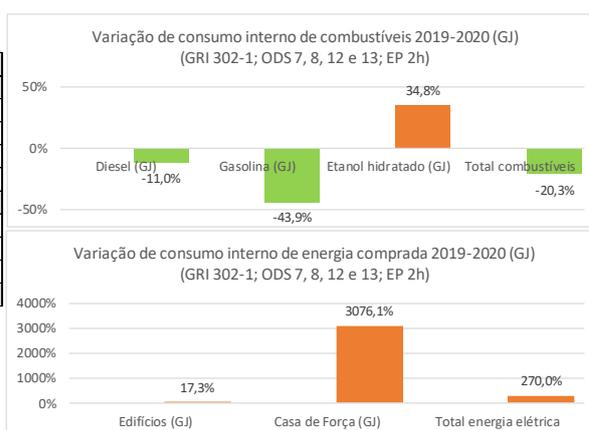
Os quadros a seguir fazem o balanço dos últimos dois anos de consumo desses combustíveis, contemplando a variação entre os exercícios de 2019 e 2020, tanto internamente quanto externamente à empresa.

Consumo Interno de Energia (GJ) (GRI 301; 302-1; ODS 7, 8, 12 e 13; EP 2h)

Combustível, por tipo	2019	2020	Varição
Diesel (GJ)	23.068	20.532	-11,0%
Gasolina (GJ)	10.706	6.001	-43,9%
Etanol hidratado (GJ)	680	917	34,8%
Total combustíveis	34.454	27.450	-20,3%
Energia elétrica comprada			
Edifícios (GJ)	2.730	3.202	17,3%
Casa de Força (GJ)	246	7.810	3076,1%
Total energia elétrica	2.976	11.012	270,0%
Consumo total de energia (GJ)	37.430	38.462	2,8%

Combustíveis (diesel, gasolina, etanol e GNV) – Abrange frota própria/alugada.

Geração Hidráulica – Considera-se combustíveis do consumo de geradores auxiliares na operação das usinas, de máquinas operatrizes da construção civil e de máquinas e embarcações utilizados para operações e atendimento de pessoal próprio.



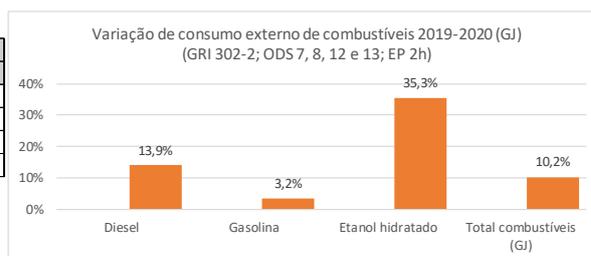
Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Consumo Externo de Energia (GJ) (GRI 301; 302-2; 413-1 e 2; ODS 7, 8, 12 e 13; EP 2h)

	2019	2020	Variação
Combustível, por tipo			
Diesel	28.263	32.194	13,9%
Gasolina	17.674	18.243	3,2%
Etanol hidratado	677	917	35,3%
Total combustíveis (GJ)	46.614	51.354	10,2%

Combustíveis (diesel, gasolina, etanol e GNV) – doações para comunidades e instituições externas

Considera-se combustíveis do consumo de motogeradores das comunidades atendidas, de veículos, embarcações máquinas e ferramentas doadas a comunidades e instituições nos Programas Socioambientais



Importante observar que, com a pandemia da COVID-19, dispêndios com combustíveis foram expressivamente reduzidos nas operações, a despeito da manutenção da distribuição para os vários programas socioambientais do PBA e PBA-CI – cujos consumos superam os das operações, tanto em diesel quanto em gasolina. Deve-se salientar, também no que se refere aos programas socioambientais que, na impossibilidade de registro do consumo pela efetiva combustão, consideram-se como consumidos (convertidos em GJ pelos respectivos fatores de conversão) todos os combustíveis distribuídos que foram faturados dentro do ano civil.

ÁGUA E EFLUENTES

GRI 303-1 e 2; ODS 6, 10 e 15; EP 2e, l e p

ÁGUA COMO UM RECURSO COMPARTILHADO – GESTÃO DAS VAZÕES DE JUSANTE

GRI 303-1; 303-2; 103-2 e 3

Para assegurar a integridade de áreas indígenas e a conservação das condições ecológicas e dos modos de vida na Volta Grande do Xingu, o projeto de Belo Monte foi revisado e passou a contar com dois reservatórios interligados por um Canal de Derivação. Tal condição estabeleceu um TVR em aproximadamente 100 km do rio Xingu

Com o intuito de conciliar o uso da água do rio Xingu para a manutenção dos aspectos socioambientais neste trecho com a geração de energia, foi proposta, ainda em 2009, na fase de Estudo de Impacto Ambiental de Belo Monte, a adoção de um regime de vazões chamado de Hidrograma

Após a anuência do Ibama e da ANA, o referido Hidrograma passou a fazer parte da Licença Prévia da Usina, emitida em fevereiro de 2010, sendo mantido nas licenças ambientais de Instalação e de Operação do empreendimento.

As vazões médias mínimas a serem liberadas mensalmente para o TVR compõem as tabelas, que configuram os Hidrogramas "A" e "B", que se revezam ano a ano. Os Hidrogramas "A" e "B" foram construídos a partir de estudos hidráulicos criteriosos, baseados nas vazões históricas do rio Xingu anotadas desde 1931. O quadro a seguir resume as vazões (em m³/s) que compõem os dois hidrogramas.

Hidrograma	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
A	1100	1600	2500	4000	1800	1200	1000	900	750	700	800	900
B	1100	1600	4000	8000	4000	2000	1200	900	750	700	800	900

Ainda conforme o licenciamento ambiental, tal regime de vazões deve ser submetido a um período de testes (seis anos após o início da operação de todas as Unidades Geradoras) e é acompanhado por robusto plano de monitoramento que assegura sustentabilidade do compartilhamento do recurso hídrico.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

QUALIDADE DA DE ÁGUA NOS RESERVATÓRIOS E DESCARTES

GRI 303-4

A Norte Energia desenvolve contínuo trabalho de monitoramento da qualidade da água do rio Xingu. Desde o início das obras, foram coletadas 68.446 amostras de água superficial para análise dos parâmetros físico-químicos e bacteriológicos, desde a montante do Reservatório Xingu, até a jusante de Belo Monte, no rio e Reservatório Xingu, assim como no canal de derivação, no reservatório intermediário e no rio Bacajá. Além disso, um total de 2.886 amostras foram coletadas nos igarapés de Altamira.

Desde 2012, foram realizadas 8.655 medições de níveis de água subterrânea em poços e cacimbas em 101 pontos diferentes. Também, foram realizadas 1.950 coletas de amostras para monitoramento da qualidade da água subterrânea.

O rio Xingu mantém sua classificação como um corpo de água de Classe 2, antes, durante e após o enchimento dos reservatórios, podendo ser utilizado para os seus devidos usos segundo a classificação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA 357/2005).

BIODIVERSIDADE

GRI 304

IMPACTOS EM ÁREAS NATURAIS

GRI 304-2

SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO DURANTE AS OBRAS

GRI 304-2; 306-1 a 5

O processo de supressão vegetal nas áreas das obras civis e dos reservatórios da UHE Belo Monte foi concluído em 2015. Essa ação, acompanhada por trabalhos de resgate de alguns grupos de plantas e também afugentamento e resgate de animais, evita que a vegetação alagada gere gases de efeito estufa, já que as plantas submersas emitem gás carbônico durante a decomposição.

Ao todo, a Norte Energia suprimiu 22.470,82 ha de vegetação, sendo 5.785,34 ha para obras civis e infraestrutura, 5.133,97 ha no reservatório principal do rio Xingu e 11.551,51 ha no reservatório intermediário. Durante o processo de supressão, o Ibama emitiu autorizações com a delimitação de polígonos para os locais de trabalho da Companhia.

Desde o início das obras, a Norte Energia desenvolveu programa específico para a destinação adequada da madeira originada da supressão vegetal. As árvores extraídas foram divididas em três grupos: madeira aproveitável para serraria, resíduos grossos (raízes e galhos grossos) e resíduos finos (galhos finos e folhas das copas).

A Companhia instalou duas serrarias para a produção de tábuas, vigas e pranchas, bem como estabeleceu contrato para aproveitamento com fins energéticos dos resíduos vegetais (como toras com alta tortuosidade e galhos) e das toras não aproveitáveis. No caso das madeiras protegidas por lei, que não podem ser comercializadas, como a castanheira, por exemplo, a Norte Energia vem doando a madeira serrada às

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

prefeituras, comunidades indígenas e outras instituições beneficiárias, além de utilizá-la na obra principal e nas obras sociais promovidas pelo empreendimento.

Em relação aos resíduos finos, que não têm valor comercial, gerados nas áreas dos reservatórios, a Norte Energia desenvolveu pesquisa para definir a melhor destinação, simulando cenários diferentes: um deles considerando o aterramento do material e outro envolvendo queima do resíduo e aterro das cinzas nas ilhas alagadas. A segunda opção foi considerada a de menor impacto ao meio ambiente, por gerar menor quantidade de gás carbônico. Ao comprovar, por meio de estudos, que a queima era o método menos prejudicial, a Norte Energia obteve licença do Ibama para aplicá-la. O processo evitou que os resíduos finos fossem transportados por embarcações, das ilhas até as margens do Xingu.

HABITATS PROTEGIDOS OU RESTAURADOS

GRI 304-1; 304-3

Áreas de Preservação Permanente

Como medida compensatória para a formação dos reservatórios, ficou estabelecido que o entorno dos trechos inundados deve formar uma faixa de Área de Preservação Permanente (APP) com largura média de 500 metros. Isso equivale a aproximadamente 26 mil ha, área significativamente superior à supressão de vegetação ocorrida para a implantação da Usina.

Desde 1970, essa área do entorno dos reservatórios passa pelo processo de desmatamento, entre outros fatores, devido à ocupação por assentamentos rurais, o que resultou na supressão de grandes áreas da floresta nativa da região. As áreas da APP, já cobertas na maior parte por vegetação nativa, estão sendo reflorestadas, onde necessário, pela Norte Energia, de modo a manter e recuperar a biodiversidade original. O resultado será a formação de corredores ecológicos, considerados extremamente importantes dado o alto valor de biodiversidade das florestas da região.

As diretrizes para o uso dos reservatórios e do seu entorno são contempladas no Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais (Pacuera) e no Plano de Uso dos Reservatórios, ambos elaborados de acordo com os requisitos da ANA e da legislação ambiental.

Em paralelo, em atendimento à legislação de compensação ambiental, a Norte Energia está investindo R\$ 135.000.000,00 para a viabilização de Unidades de Conservação novas e apoio às existentes na região amazônica, disponibilizando tais recursos ao ICMBio e ao Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio), vinculado à Secretaria de Estado e Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS). O montante será destinado principalmente à regularização fundiária, elaboração de planos de manejo e a investimentos na infraestrutura dessas UCs.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Unidades de Conservação da Natureza selecionadas para receberem recursos da Compensação Ambiental de Belo Monte (GRI 304-3)

Gestor	Nome da UC	Tipo	Área da UC (ha)	Bacia hidrográfica	Estado
Iderflor-Bio	Refúgio da Vida Silvestre Tabuleiro do Embaubal	refúgio da vida silvestre	4.034	Xingu	PA
Iderflor-Bio	UC de proteção integral na região da Terra do Meio	a definir	n.d.	Xingu	PA
Iderflor-Bio	UC de proteção integral na região da Volta Grande do Rio Xingu	refúgio da vida silvestre	8.404	Xingu	PA
Iderflor-Bio	Parque Estadual Charapucu	parque estadual	65.182	Amazonas	PA
Iderflor-Bio	Parque Estadual Monte Alegre	parque estadual	3.678	Amazonas	PA
Iderflor-Bio	Reserva Biológica Maicuru	reserva biológica	1.151.761	Paru e Jari	PA
Iderflor-Bio	Estação Ecológica Grão-Pará	estação ecológica	4.245.819	Trombetas, Cuminá e Curuá	PA
ICMBio	Parque Nacional do Juruena	parque nacional	1.958.014	Juruena, São Manoel, Tapajós e Sucunduri	AM/MT
ICMBio	Estação Ecológica da Terra do Meio	estação ecológica	3.373.175	Iriri e Xingu	PA
ICMBio	Parque Nacional da Amazônia	parque nacional	1.084.896	Tapajós	PA/AM
ICMBio	Parque Nacional da Serra do Pardo	parque nacional	445.413	Xingu	PA
ICMBio	Parque Nacional do Jamanxim	parque nacional	862.895	Jamanxim (Tapajós)	AM
ICMBio	Parque Nacional do Rio Novo	parque nacional	538.157	Novo e Crepori (Tapajós)	PA
ICMBio	Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo	reserva biológica	342.196	Curuá e Iriri (Xingu)	PA

Recuperação de áreas degradadas

Devido à necessidade de recuperação ambiental das áreas utilizadas para a implantação das obras (tais como canteiros, alojamentos, áreas de empréstimo/bota-fora, taludes, acessos, etc.), a Companhia desenvolve o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) no âmbito do PBA, tendo como principais objetivos recomposição paisagística das áreas utilizadas e a reabilitação gradual das suas funções ecológicas. Nesse programa, são aplicadas técnicas adequadas a cada situação encontrada, por meio das etapas de preparo do terreno, plantio, monitoramentos e manutenções necessárias.

A etapa de preparo do terreno inclui sua conformação, implantação de sistemas de drenagem, abertura de covas e adubação. A produção de mudas arbóreas nativas inclui a coleta de sementes e as atividades de viveiro. Os plantios são feitos com essas espécies arbóreas e também com espécies herbáceas, contando ainda com implantação de refúgios para a fauna.

A área já recuperada perfaz 1.607 ha, sendo que essa atividade envolveu até dezembro de 2020 a produção de 1.723.660 mudas de espécies nativas.

ESPÉCIES INCLUÍDAS NA LISTA VERMELHA DA UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DOS RECURSOS NATURAIS (IUCN) E EM LISTAS NACIONAIS DE CONSERVAÇÃO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA

GRI 304-4

O quadro a seguir indica o número de espécies ameaçadas da flora e da fauna, por categoria, identificadas na área de influência de Belo Monte, segundo monitoramentos ambientais empreendidos desde o início da implantação.

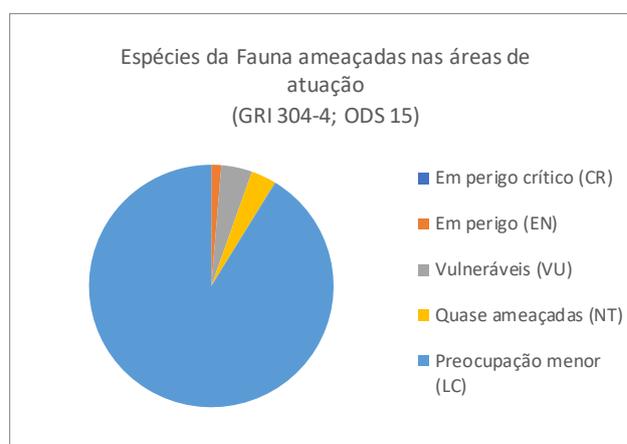
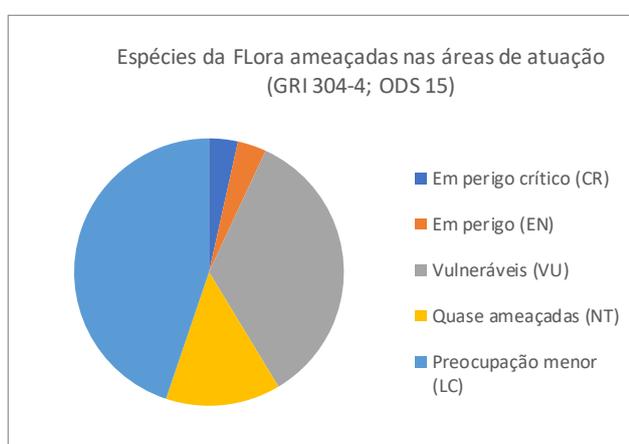
Relatório da Administração/comentário do Desempenho

NÚMERO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS NAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

GRI 304-4; ODS 15

Categorias da Lista Vermelha da IUCN e das listagens nacionais e regionais	Flora	Fauna
<i>Em perigo crítico (CR)</i>	1	0
<i>Em perigo (EN)</i>	1	9
<i>Vulneráveis (VU)</i>	10	28
<i>Quase ameaçadas (NT)</i>	4	23
<i>Preocupação menor (LC)</i>	13	625

Fonte: Monitoramentos ambientais da Norte Energia



Resgate de fauna

As iniciativas nesse campo estão todas previstas no PBA, desenvolvido pela Companhia desde o início do projeto da UHE Belo Monte, em 2011. No âmbito do Programa de Conservação dos Ecossistemas Terrestres, por exemplo, uma das ações executadas foi o resgate de animais e plantas durante a supressão vegetal e o enchimento dos reservatórios.

O resgate da fauna envolveu mais de 150 profissionais, entre técnicos e biólogos, que trabalharam diariamente durante a supressão de vegetação em uma área de 224km² e durante o enchimento dos reservatórios que, juntos somam uma área de 478km², sem contar o canal de derivação. Do começo das obras até o início da operação comercial, foram resgatados mais de 390 mil animais silvestres. Os animais saudáveis (98%) foram devolvidos ao habitat natural, enquanto os demais foram encaminhados a instituições científicas e de conservação da biodiversidade após serem mantidos sob os cuidados de uma equipe de médicos veterinários e biólogos no Centro de Estudos Ambientais da Norte Energia. Cerca de 78% dos animais resgatados eram répteis e anfíbios.

Para avaliar as condições do meio biótico para a soltura e evitar a superpopulação de determinadas espécies, técnicos mapeavam áreas com a ajuda de aparelhos de geolocalização e imagens georreferenciadas e definiram o local de soltura de acordo com as características ecológicas de cada espécime resgatado.

Quanto ao monitoramento da fauna terrestre, o PBA da UHE Belo Monte já acumula 18 campanhas de campo até o ano de 2020, com o monitoramento de abelhas, anfíbios, répteis, aves, mamíferos de médio e grande

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

porte e morcegos nos módulos de amostragem pelo método RAPELD (levantamentos rápidos com pesquisas ecológicas de longa duração) implantados pela Norte Energia e nos pedrais do leito do rio Xingu.

De fato, as espécies de fauna, especialmente aquelas de valor econômico e alimentar na cultura das populações tradicionais, vêm sendo objeto de monitoramento continuado e de ações de repovoamento controlado pela empresa.

Quelônios

A população de quelônios, como tartarugas, tracajás (espécie de tartarugas) e pitiús, é monitorada e manejada desde o ano de 2011 pela Norte Energia. Até o ano de 2017, a Companhia utilizou um sistema de monitoramento via satélite para acompanhar 10 tartarugas-da-amazônia na região do Tabuleiro do Embaubal e 20 tracajás no Trecho de Vazão Reduzida e no Reservatório do Xingu. Cada um desses animais foi cadastrado e carregou em seu casco aparelho para rastreamento via satélite e análise dos hábitos de vida e de migração. Outros 70 quelônios estão sendo monitorados desde o ano de 2020 com o principal objetivo de mapear as áreas de alimentação e reprodução desses animais.

Devido ao monitoramento da Norte Energia, constatou-se que muitas das tartarugas-da-amazônia deslocam-se por grandes distâncias. Elas saem da Ilha de Marajó e do município de Almeirim, no Pará, e também das proximidades da foz do Rio Tapajós, para desovar no Tabuleiro do Embaubal. Já os tracajás são residentes da região do Xingu e reproduzem-se nas praias e nos barrancos próximos aos locais de alimentação.

A Norte Energia havia protegido, até dezembro de 2020, quase 5 milhões de filhotes de tartarugas-da-amazônia, pitiús e tracajás nascidos nas praias do Refúgio de Vida Silvestre Tabuleiro do Embaubal e Volta Grande do Xingu, por meio de seu projeto de conservação e manejo de quelônios, executado no âmbito do PBA da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

Ictiofauna

O Programa de Conservação da Ictiofauna, obrigação decorrente do licenciamento ambiental de instalação e de operação da UHE Belo Monte, tem como principal objetivo acompanhar as alterações na estrutura das populações de peixes, bem como a produção de dados que apoiem a atividade pesqueira no rio Xingu.

Metodologias inéditas para monitoramento da ictiofauna em hidrelétricas foram implementadas pela empresa, como o monitoramento em ambientes de Praias e Pedrais com método *BRUV* (*Baited Remote Underwater Video*) e o estudo de ecologia trófica utilizando-se avaliação de isótopos estáveis.

O Sistema de Transposição de Peixes (STP) da UHE Belo Monte possui 1.200 metros de extensão. A Norte Energia realiza o monitoramento do STP utilizando cinco metodologias distintas, sendo considerado o monitoramento mais completo do Brasil e certamente um dos mais abrangentes do mundo.

Dois laboratórios voltados à conservação dos peixes foram implantados pela Norte Energia no *Campus* da Universidade Federal do Pará, em Altamira: o Laboratório de Ictiologia de Altamira (LIA), que realiza estudos dos peixes da bacia do rio Xingu, e o Laboratório de Aquicultura de Peixes Ornamentais do Xingu (LAQUAX), considerado importante centro de pesquisas de peixes ornamentais do Brasil.

A Norte Energia realizou centenas de ações de resgate e salvamento da ictiofauna, totalizando mais de 227.000 kg de peixes resgatados e soltos no rio Xingu e seus tributários. Mais de 223.000 exemplares, distribuídos em 448 espécies, foram catalogados e incorporados principalmente aos acervos das coleções ictiológicas de Altamira (LIA-UFGA), do Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG), e do Grupo de Ecologia Aquática da UFPA (Belém), tratando-se, do ponto de vista de uma investigação taxonômica, do resultado mais importante. O referido material já faz parte do patrimônio científico nacional, atualmente disponível para pesquisa da

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

comunidade científica. Do total de exemplares catalogados, 43 espécies de peixes foram identificadas como endêmicas para a bacia do rio Xingu. Dezessete espécies foram descritas com participação direta ou indireta de pesquisadores envolvidos no monitoramento, dentre as quais, 13 são endêmicas do Xingu. Adicionalmente, seis espécies não descritas estão em avançado estágio de descrição e três outras espécies tiveram seus estudos taxonômicos iniciados em 2020.

O monitoramento do desembarque pesqueiro abrange trecho de rio com aproximadamente 1.000 km de extensão. A Norte Energia cadastrou mais de 3.700 pescadores e 3.100 embarcações nos portos de desembarque de pescado, sendo registrados mais de 70.000 desembarques de peixes de consumo e comercialização de mais de 865.000 unidades de peixes ornamentais.

CONFORMIDADE AMBIENTAL

GRI 307

NÃO CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS AMBIENTAIS

GRI 307-1; EP 3

A despeito da precaução na condução de seus compromissos ambientais e na obediência às leis e regulamentos que regem a matéria, a Norte Energia recebeu, ao longo de 2020, multas e sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e/ou regulamentos ambientais da forma que se segue:

<i>Orgão</i>	<i>Data</i>	<i>Descrição da penalidade</i>	<i>Esfera</i>	<i>Valor (R\$)</i>	<i>Situação</i>
<i>Secretaria Estado MA</i>	<i>19/06/2020</i>	<i>Multa Simples</i>	<i>Administrativa</i>	<i>R\$ 26.813,25</i>	<i>Recurso Administrativo</i>
<i>Secretaria Estado MA</i>	<i>19/06/2020</i>	<i>Multa Simples</i>	<i>Administrativa</i>	<i>R\$ -</i>	<i>Recurso Administrativo</i>
<i>IBAMA</i>	<i>29/12/2020</i>	<i>Multa Simples</i>	<i>Administrativa</i>	<i>R\$ 1.001.000,00</i>	<i>Recurso Administrativo</i>

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

ÍNDICE REMISSIVO

GRI (102-55):

TEMA		LOCAL NO RELATO		EQUIVALÊNCIA	
Padrão GRI	Conteúdo	Página ou URL	Omissão	ODS	Princípios do Equador
GRI 102 - CONTEÚDOS GERAIS - INFORME ESSENCIAL					
GRI 102 - PERFIL DA ORGANIZAÇÃO	102-1 Nome da Organização	p. 19			
	102-2 Atividades, Marcas, Produtos e Serviços	p. 19			
	102-3 Localização da sede da organização	p. 19			
	102-4 Local de operações	p. 19			
	102-5 Natureza da propriedade e forma jurídica	p. 20			
	102-6 Mercados atendidos	p. 20			
	102-7 Porte da organização	p. 20			EP 1
	102-8 Informações sobre empregados e outros trabalhadores	p. 48			
	102-9 Cadeia de fornecedores	p. 27			
	102-10 Mudanças significativas na organização e em sua cadeia de fornecedores	p. 27, p. 29			
	102-11 Princípio ou abordagem da precaução	p. 44			
	102-12 Iniciativas externas	p. 29			
	102-13 Participação em associações	p. 29			
GRI 102- ESTRATÉGIA	102-14 Declaração do mais alto executivo	p. 3			
	102-15 Principais impactos, riscos e oportunidades	p. 3		ODS 12 (meta 12.6)	EP 2a, b, c
GRI 102 - ÉTICA E INTEGRIDADE	102-16 Valores, princípios, normas e códigos de comportamento	p. 6		ODS 12 (meta 12.6)	
	102-17 Mecanismos para orientações e preocupações referentes a ética	p. 6		ODS 12 (meta 12.6)	EP 5; EP 6
GRI 102 - GOVERNANÇA	102-18 Estrutura de governança	p. 32			
	102-19 Delegação de autoridade	p. 32			
	102-20 Responsabilidade de cargos e funções de nível executivo por tópicos	p. 35			

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

econômicos, ambientais e sociais				
102-21 Consulta a stakeholders sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais	p. 36			EP 5; EP 6
102-22 Composição do mais alto órgão de governança e dos seus comitês	p. 32, p. 36			
102-23 Presidente do mais alto órgão de governança	p. 36			
102-24 Seleção e nomeação para o mais alto órgão de governança	p. 37			
102-25 Conflitos de interesse	p. 37			
102-26 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na definição de propósito, valores e estratégia	p. 37			
102-27 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	p. 38			
102-28 Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	p. 38			
102-29 Identificação e gestão de impactos econômicos, ambientais e sociais	p. 38		ODS 12 (meta 12.6)	
102-30 Eficácia dos processos de gestão de risco	p. 39		ODS 12 (meta 12.6)	EP 6
102-31 Análise de tópicos econômicos, ambientais e sociais	p. 44		ODS 12 (meta 12.6)	
102-32 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade	p. 45			
102-33 Comunicação de preocupações cruciais	p. 39		ODS 12 (meta 12.6)	
102-34 Natureza e número total de preocupações cruciais	p. 39		ODS 12 (meta 12.6)	
102-35 Políticas de remuneração	p. 45			
102-36 Processo para determinação da remuneração	p. 45			

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

	102-37 Envolvimento dos stakeholders na remuneração	p. 47			EP 5; EP 6
	102-38 Proporção da remuneração total anual	p. 53			
	102-39 Proporção do aumento percentual na remuneração total anual	p. 53			
GRI 102 - ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS	102-40 Lista de grupos de stakeholders	p. 9 , p. 11			EP 6
	102-41 Acordos de negociação coletiva	p. 56			EP 5; EP 6
	102-42 Identificação e seleção de stakeholders	p. 9			EP 5; EP 6
	102-43 Abordagem para engajamento de stakeholders	p. 10			EP 5; EP 6
	102-44 Principais preocupações e tópicos levantados	p. 10			EP 5; EP 6
GRI 102 - PRÁTICA DE RELATO	102-45 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	p. 16			
	102-46 Definição do conteúdo do relatório e dos Limites de tópicos	p. 11		ODS 12 (meta 12.6)	EP 5
	102-47 Lista de tópicos materiais	p. 12		ODS 12 (meta 12.6)	EP 5
	102-48 Reformulações de informações	p. 17			
	102-49 Alterações no relato	p. 17			
	102-50 Período coberto pelo relatório	p. 18			
	102-51 Data do relatório mais recente	p. 18			
	102-52 Ciclo de emissão de relatórios	p. 18			
	102-53 Contato para perguntas sobre o relatório	p. 18			EP 5; EP 6
	102-54 Declarações de relato em conformidade com as Normas GRI	p. 18		ODS 12 (meta 12.6)	NA
	102-55 Sumário de conteúdo da GRI	p. 95		ODS 12 (meta 12.6)	NA
	102-56 Verificação externa	p. 100			EP 7; EP 9
TEMAS MATERIAIS - CONFORME MATRIZ DE MATERIALIDADE E/OU RELEVÂNCIA MÁXIMA PARA O NEGÓCIO					
GRI 200 - ECONOMIA	GRI EU Energia - Temas específicos setoriais	p. 41, p. 59, p. 80, p. 81		ODS 7; 9 (meta 9.1)	EP 2h
	GRI 201 Valor Direto gerado e distribuído	p. 80, p. 81, p. 82		ODS 9 (metas 9.1 e 9.3)	EP 1

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

	GRI 203 Programas/Investimentos Socioambientais	p. 59, p. 60, p. 61, p. 62, p. 64, p. 65, p. 66, p. 67, p. 68, p. 71		ODS 1,2, 3, 4, 6, 8,10, 12, 15, 16	EP 2n, 2o, 2p, 2s, 2u, 2i, EP 4, EP 5
	GRI 203-2 Impactos econômicos indiretos	p. 38			
	GRI 205-1 a 3 Combate à corrupção	p. 42		ODS 16 (meta 16.5)	
GRI 300 - MEIO AMBIENTE	GRI 303-1 e 2 Disponibilidade e compartilhamento de água	p. 10, p. 38, p. 41, p. 61, p. 88		ODS 6; 10; 11; 15	EP 2a, b, d, e, i; EP 4; EP 5; EP 6
	GRI 304 Biodiversidade e Conservação Natural	p. 77, p. 89- 92.		ODS 15	EP 2a, b, d, e, v
	GRI 305 Mudanças Climáticas	p. 41, p. 83, p. 84		ODS 13; 15	EP 2j; EP 10
	GRI 307 Conformidade Ambiental	p. 10, p. 38, p. 41, p. 59, p. 94		ODS 16 (meta 16.10)	EP 2c, i; EP 3; EP 8
GRI 400 - SOCIEDADE E PESSOAS	GRI 401 - Emprego	p. 48		ODS 5; 8	EP 2q
	GRI 403 - Saúde e Segurança no Trabalho	p. 10, p. 41, p. 53		ODS 5; 8	EP 2m
	GRI 411 Direitos Humanos (indígenas e populações tradicionais)	p. 67-80		ODS 2; 3; 4; 6; 7; 10; 11; 12 (meta 12.6); 15 (meta 15.1); 16	EP 2a, b, d, e, l, n, o, p, s; EP 4; EP 5; EP 6
	GRI 413; EU20 e EU22 Relações com as Comunidades	p. 29, p. 38, p. 59, p. 60, p. 61, p. 62, p. 63, p. 64, p. 65, p. 67, p. 68, p. 69, p. 70, p. 71, p. 72, p. 73, p. 76, p. 77, p. 78, p. 79, p. 80		ODS 2; 3; 4; 6; 7; 10; 11; 12 (meta 12.6)	EP 2a, b, d, e, l, n, o, p, r, s, t, u; EP 4; EP 5; EP 6
	GRI 419 - Conformidade legal econômica e social	p. 10, p. 41		ODS 16 (meta 16.10)	EP 2c; EP 3; EP 8

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

VERIFICAÇÃO EXTERNA

GRI 102-56

A Ernst & Young Auditores Independentes S.A. (EY) foi contratada para realizar os seguintes serviços: (a) Auditoria externa do balanço patrimonial dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, bem como a emissão de relatórios sobre as demonstrações financeiras da Norte Energia S.A. ("Companhia") e emissão de relatório sobre as informações financeiras intermediárias da empresa dos trimestres relativos a cada exercício social acima mencionado; (b) Relatório sobre a aplicação de procedimentos previamente acordados referente às Demonstrações Contábeis Regulatórias a findarem-se em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020; (c) Emissão de relatório sobre a Aplicação de Procedimentos Previamente Acordados conforme determinado no Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria do Relatório de Controle Patrimonial (RCP) para os anos de 2018, 2019 e 2020; e (d) Emissão de relatórios destinados a aprimorar os controles internos e processos.

A JGP Consultoria e Participações Ltda foi contratada para realizar auditorias trimestrais das atividades socioambientais e de governança desde janeiro de 2013, com emissão de relatórios consolidados a cada vistoria, que são encaminhados ao BNDES e à Caixa;

Seguem-se as declarações dos auditores independentes:

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Norte Energia S.A.
Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Norte Energia S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperação do valor de ativos intangíveis e imobilizados (impairment)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) e IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Companhia é responsável, para cada período de reporte, por avaliar se existe alguma

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

indicação de que ativos imobilizados e/ou intangíveis de vida útil definida, possam ter seus saldos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação no uso normal de suas operações. Uma vez que foram detectados indicadores, o teste de recuperabilidade desses ativos foi requerido, através da determinação do seu valor recuperável em uso. Conforme as notas explicativas 2.18, 3.1.3, 8 e 9 às demonstrações financeiras, os saldos de ativos imobilizado e intangível em 31 de dezembro de 2020, cujos valores totais montam em R\$ 42.083.938 mil, foram sujeitos ao teste de valor recuperável (impairment). Devido ao significativo julgamento profissional envolvido na definição das premissas para cálculo do valor recuperável da unidade geradora de caixa, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos com o apoio de especialistas: (i) avaliamos a aderência da metodologia empregada pela Administração da Companhia para o cálculo do valor recuperável com relação aos requerimentos do CPC 01 (R1) e IAS 36; (ii) avaliamos as premissas utilizadas pela Administração da Companhia na determinação do valor recuperável em uso; (iii) realizamos recálculo independente, sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (iv) avaliamos se as divulgações associadas relevantes foram efetuadas às demonstrações financeiras conforme aquelas requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e contingências passivas

Conforme divulgado nas notas explicativas 2.10 e 14 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de naturezas cíveis, fiscais, trabalhistas, bem como arbitrais, decorrentes do curso normal de suas atividades. Algumas leis e regulamentos no Brasil possuem grau de complexidade elevados, e, portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e contingências, relativos aos processos, requer significativo julgamento profissional da Administração da Companhia, mesmo com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos. Essa situação pode resultar em mudanças substanciais nos saldos de provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo e/ou administrativamente. Devido à complexidade e relevância envolvidos no processo de mensuração das Provisões, probabilidade de desembolso futuro e determinação das respectivas divulgações, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos: (i) obtivemos a listagem dos assessores jurídicos que apoiam a Companhia nos processos judiciais e administrativos e confrontamos as informações de natureza contingencial e o passivo para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas utilizadas pela Companhia com àquelas conduzidas pelos advogados internos e externos e com as informações contábeis, incluindo as classificações com relação as estimativas de perda; (ii) avaliamos a adequação da mensuração, suficiência e reconhecimento da provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas por meio de amostragem e análise dos dados e informações históricas; e (iii) avaliamos se as divulgações associadas relevantes foram efetuadas às demonstrações financeiras conforme aquelas requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões de natureza socioambientais

Conforme divulgado nas notas explicativas 2.10, 3.1.4 e 17 às demonstrações financeiras, a Companhia possui registrada provisão de natureza socioambiental proveniente da implantação do empreendimento UHE Belo Monte. O reconhecimento, mensuração e divulgação dos projetos de natureza socioambientais são relevantes e complexos e requerem significativo julgamento profissional da Administração da Companhia, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos de provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os compromissos foram sendo assumidos perante terceiros. Devido à complexidade e relevância envolvidos no processo de identificação, mensuração e divulgação das Provisões de natureza socioambientais, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos: (i) obtivemos o entendimento da política de reconhecimento dos projetos de natureza socioambientais e da mensuração dos desembolsos prováveis futuros; (ii) obtivemos a composição dos projetos socioambientais e com o apoio de especialistas em sustentabilidade avaliamos o respectivo compromisso assumido e presente da Companhia, por meio de amostragem; (iii) com o apoio de especialistas, avaliamos a adequação da mensuração e suficiência da provisão socioambiental, por meio de amostragem, quanto às premissas utilizadas pela Companhia nos cálculos efetuados e os respectivos registros contábeis; e (iv) avaliamos se as divulgações associadas relevantes foram efetuadas às demonstrações financeiras conforme aquelas requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ênfase

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 30 às demonstrações financeiras, atualmente encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns acionistas da Companhia e determinados executivos desses acionistas. Neste momento, não é possível prever todos os desdobramentos futuros que poderão decorrer desses processos de investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia, além daqueles já mencionados na nota explicativa acima referida. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de

relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 28 de janeiro de 2021.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Wagner dos Santos Junior
Contador CRC-1SP216386/O-T

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações gerais

Constituída em 21 de julho de 2010, a Norte Energia S.A. (“Companhia” ou “Norte Energia”) é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital aberto. Em 14 de setembro de 2020 a Norte Energia obteve o registro de emissor de valores mobiliários de acordo com a Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), na categoria “A”.

A Companhia é controlada em conjunto (“*joint venture*”) por meio de Acordo de Acionistas (“Acordo”), do qual todos os acionistas são signatários, conforme disposto no artigo 118 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas constituíram a Companhia com propósito específico de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará, e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora. A sede da Companhia está localizada no SEPS 702/902, torre B, 3º andar, edifício General Alencastro, Asa Sul, Brasília - DF.

Em 26 de agosto de 2010, a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 001/2010 com a União, através do MME - Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. De acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada será destinada ao mercado regulado (“ACR”), 10% aos autoprodutores (“APE”) e 20% ao mercado livre (“ACL”).

Em 6 de junho de 2011, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”) concedeu Licença de Instalação (“LI”), contemplando as atividades a serem desenvolvidas dentro dos sítios construtivos de Belo Monte, Pimental, do Canal e Bela Vista, compreendendo a construção de barragens, diques, casas de força, canal de derivação, vertedouro, tomada d’água principal, sistema de transposição de embarcações e sistema de transposição de peixes.

A LI acima mencionada compreende, ainda, as seguintes atividades associadas ao empreendimento, conforme Relatório do Processo de Licenciamento: implantação das linhas de transmissão para fornecimento de energia aos quatro sítios construtivos; linhas de transmissão que escoarão a energia a ser gerada pelas casas de força principal e complementar até as subestações Xingu e Altamira, respectivamente; canteiro de obras dos sítios Pimental, Bela Vista, Belo Monte e do Canal; jazidas minerais e áreas de bota-fora associadas à construção das obras principais; e estradas secundárias de acesso aos canteiros e às frentes de obra da usina.

A Companhia obteve a emissão da Licença de Operação (“LO”), em 24 de novembro de 2015, junto ao IBAMA com vigência de seis anos, para viabilizar o enchimento do reservatório da usina. A Companhia tem mantido gestões junto ao IBAMA, ANA, IPHAN e FUNAI comprovando a continuidade do cumprimento das condicionantes exigidas, no entanto, em função de manifestações de representações de comunidades, liminares judiciais, invasões e greves na região da construção do empreendimento, a Companhia encaminhou à ANEEL o pedido de “Excludente de Responsabilidade”, solicitando que sejam levadas em consideração todas as paralisações e eventos ocorridos que impactaram efetivamente a execução do cronograma originalmente estabelecido do empreendimento. De acordo com o Contrato de Concessão, o início das operações da Usina dar-se-ia em 28 de fevereiro de 2015.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações gerais – continuação

Em 21 de setembro de 2015, a Companhia obteve decisão judicial liminar que determinou à ANEEL: “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, que se abstenha de (a) aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto incluindo aquelas previstas na Resolução Normativa da ANEEL nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME-UHE Belo Monte”.

Com base nessa liminar e na avaliação de riscos de perda caracterizado como “possível” pelos assessores jurídicos da Companhia, foram suspensos todos os registros e as provisões contábeis inerentes ao cumprimento das determinações do Contrato de Concessão, sendo que o valor estimado de eventual perda para a Companhia gira em torno R\$ 2.407.000, composto pela soma de potenciais valores de penalidade por insuficiência de lastro e potência na entrega de energia elétrica referente as competências de maio a dezembro de 2016 e de janeiro a março de 2017 impostas pela CCEE, pagamento de encargos de uso do sistema de transmissão, recontabilização financeira do Mercado de Curto Prazo e acertos financeiros com compradores de energia referentes ao período de vigência da Liminar.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos prospectivamente nas informações contábeis da Companhia.

Com o andamento dos serviços das obras civis e montagem, que possibilitaram a realização dos testes das Unidades Geradoras (“UG”) de Pimental e de Belo Monte sincronizadas ao Sistema Interligado Nacional, foram colocadas em operação comercial as UGs:

Ano	Belo Monte	Pimental
2016	1,2,3	1,2,3,4
2017	4,5,6,7	5,6
2018	8,9,10,11,12	
2019	13, 14, 15, 16, 17 e 18	

Em 27 de novembro de 2019, foi inaugurada a UG 18 de Belo Monte em evento que simbolizou a conclusão da usina.

De acordo com o Contrato de Concessão, a UHE Belo Monte gera um volume de energia elétrica com uma capacidade instalada total de 11.233,1 MW. A garantia física da usina, para efeito comercial, é de 4.571 MW médios sendo 4.418,9 MW médios referentes à UHE Belo Monte, a qual foi atingida com a entrada em operação comercial da Unidade Geradora 8 (UG 8) em fevereiro de 2018, e 152,1 MW médios referentes à UHE Pimental, com a operação comercial de todas as unidades geradoras.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações gerais – continuação

Em 31 dezembro de 2020, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 160.351 e ainda despenderá quantias em projetos previstos pelo Contrato de Concessão, mesmo após a conclusão da construção e plena operação da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE Belo Monte, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

Os dados não financeiros incluídos nesta demonstração financeira, tais como, geração de energia em MW e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram auditados/revisados pelos auditores independentes.

A Lei de nº14.052/2020, de 8 de setembro de 2020 alterou a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, no sentido de estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico a ser suportado pelas empresas de geração de energia elétrica. A Lei prevê a possibilidade de compensação financeira às geradoras de energia elétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), pelos motivos não hidrológicos presentes no GSF desde 2012, devido ao deslocamento hidrelétrico por geração fora da ordem de mérito e importação sem garantia física, além dos impactos causados pelas usinas estruturantes decorrentes da antecipação da garantia física e de atrasos ou restrições de transmissão associadas as instalações destinadas ao escoamento da energia dessas usinas. Os efeitos a serem compensados, serão realizados por meio de extensão de prazo de concessão.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), regulamentou o tema por meio da Resolução Normativa nº 895, de 1 de dezembro de 2020, e determinou para a CCEE o prazo de até 90 dias a contar da data de publicação da resolução, para divulgar os valores calculados objeto do montante financeiro da compensação. A Companhia aguarda a conclusão dos cálculos pela CCEE e a abertura do prazo para manifestação do pedido de extensão da outorga nos termos da referida Resolução.

2. Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Standards Board (“IASB”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”),

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

2. Base de preparação e resumo principais políticas contábeis – continuação

2.1. Base de preparação - continuação

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. As questões de maior complexidade e que requerem nível de julgamento mais elevado, nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 28 de janeiro de 2021.

2.2. Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando de outra forma indicado.

2.3. Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação e resumo principais políticas contábeis – continuação

2.3. Classificação circulante e não circulante - continuação

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e títulos privados de instituições financeiras de primeira linha, de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias, e com risco insignificante de mudança de valor. Estão mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.5. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os recursos são aplicados em títulos e valores mobiliários com vencimento de longo prazo (superior a 90 dias) e apesar destas datas de vencimento, a Companhia possui programa de investimento de curto prazo para utilização desses recursos antes do vencimento.

2.6. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores provenientes da venda de energia elétrica e valores liquidados quando da entrega dessa energia. Como o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante (nota 5). São mensurados ao custo amortizado.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis – continuação

2.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

Os custos subsequentes serão incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os bens do imobilizado, incluindo as UGs que entraram em operação comercial, estão sendo depreciados de acordo com suas estimativas de vidas úteis previstos na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitados ao prazo da concessão (notas 3 e 8).

2.8. Intangível

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os montantes relacionados ao Uso do Bem Público (UBP) foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico. A amortização iniciou-se em conjunto com a obrigação do pagamento (nota 9).

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para torná-los prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis – continuação

2.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no exercício de até 12 meses. Elas são, inicialmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente e trazidas a valor presente, quando aplicável.

2.10. Provisões

i) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

ii) Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

As provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas, relacionada a processos judiciais e administrativos, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou presumida, como resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A avaliação da probabilidade de perda, inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia da legislação, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos (nota 14).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis – continuação

2.11. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação.

2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.13. Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições normais de mercado, contendo valores, prazos e taxas usuais conforme definidos em contrato (nota 16).

2.14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo total e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, ou capitalizados (conforme o caso), utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, caso a Companhia tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos, diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que requeira um tempo significativo para ser concluído para fins de uso, são capitalizados de forma líquida como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no exercício em que ocorrerem. Custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade em conexão ao empréstimo.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis – continuação

2.15. Outras contas a pagar

Outras contas a pagar são passivos exigíveis reconhecidos quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são apresentadas no balanço patrimonial e na demonstração de resultado. Esta rubrica compreende, principalmente, os tributos e contribuições a recolher e obrigações estimadas da folha de pagamento.

2.16. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Quando requerido, os elementos de ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

2.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis fiscais, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriadas, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, assim como sobre as diferenças temporárias (quando aplicável), decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis – continuação

2.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido – continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando tais impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com impostos administrados pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributadas ou diferentes entidades tributadas, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

2.17.1. Incentivos fiscais

O incentivo fiscal do imposto de renda e, adicionais não restituíveis, são apurados e registrados no resultado do período como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e IAS 20. A parcela do lucro decorrente de incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro, denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos. A Companhia goza deste incentivo fiscal, o qual está discriminado na nota 19.2.2.

2.18. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa o valor líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências forem identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

2.19. Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. O resultado básico por ação equivale ao resultado por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo emitido pela Companhia.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis – continuação

2.20. Informações por segmento

A Companhia tem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio da exploração da Usina Hidrelétrica Belo Monte e seu sistema de transmissão associado, localizada no rio Xingu, entre os municípios de Vitória do Xingu e Altamira, no estado do Pará, sob o regime de produção independente, nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão. A Administração revisa, regularmente, as informações financeiras da Companhia, de maneira a alocar os recursos e analisar o desempenho. Desta forma, a informação por segmento não é utilizada em suas análises.

2.21. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

2.22. Reconhecimento de receitas

A receita operacional é proveniente da atividade de geração de energia, a qual é comercializada no mercado regulado (ACR e APE) e no mercado livre (ACL) nas proporções definidas no contrato de concessão.

A receita é reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. A receita é reconhecida: quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

2.23. Normas contábeis emitidas ou revisadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis – continuação

2.23. Normas contábeis emitidas ou revisadas – continuação

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

i) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

Com base em premissas, a Administração da Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. A incerteza envolvida no tema poderia levar a resultados que requeressem ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Assim, a preparação das informações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As questões de maior complexidade e que requerem nível de julgamento mais elevado, nas quais as premissas e estimativas são significativas para as informações contábeis são:

- Vida útil do ativo imobilizado (nota 8)
- Provisões para créditos de liquidação duvidosa (nota 5);
- Teste de *impairment* e contratos de natureza onerosa;
- Provisões socioambientais (nota 17);
- Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (nota 14);
- Valor justo de instrumentos financeiros (nota 26); e
- Ativos e passivos fiscais diferidos (nota 25.b).

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Estimativas e julgamentos contábeis – continuação

3.1. Estimativas de maior relevância

3.1.1. Depreciação e Unitização do ativo imobilizado

Conforme nota 01, as UGs entraram em operação comercial de forma gradual e em períodos diferentes. As taxas de depreciação e o início da depreciação dos bens ocorrem por UG, sendo a depreciação contabilizada proporcionalmente à geração de energia comercializada, calculada em conformidade com as quotas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), tendo por base suas vidas úteis ou o prazo de concessão, dos dois o menor, uma vez que o contrato de concessão não prevê indenização ao término da concessão.

Até o ano de 2019, os reservatórios e outros bens de uso comum entre as UGs, os quais não entraram em operação de forma parcial, obedecendo aos conceitos de geração de benefícios econômicos, representado pelo princípio da confrontação de receitas e despesas, a taxa de depreciação foi determinada de forma proporcional à curva de ativação das UGs até conclusão de todas as unitizações.

3.1.2. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

O CPC 48 / IFRS 9, adotado inicialmente no exercício de 2018, substitui o modelo de 'perdas incorridas' da IAS 39 por um modelo de 'perdas de crédito esperadas'. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38 / IAS 39. Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 aumentem e tornem-se mais voláteis.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito do Grupo e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato do Grupo estão divulgadas na nota 5. Em 31 dezembro de 2020, a Companhia possui registrado como provisão para créditos de liquidação duvidosa, o valor de R\$ 4.419 que reflete a perda esperada sobre a carteira de recebíveis.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Estimativas e julgamentos contábeis – continuação

3.1. Estimativas de maior relevância - continuação

3.1.3. Provisão para Redução do Valor Recuperável de Ativos não financeiros

A Companhia adota variáveis e premissas em teste de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável desses ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, grupo de ativos ou unidade geradora de caixa que podem, eventualmente, não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada de seus ativos de longa duração, que representa as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens.

A Administração elaborou estudos buscando assegurar que os ativos da Companhia estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Assim, um ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo.

O ativo caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas, conforme as normas contábeis CPC 01 (R1) e IAS 36, requer que a entidade reconheça um ajuste para perdas por desvalorização. Os estudos foram realizados na data base de 31 de outubro de 2020 e não indicaram necessidade de provisão para redução ao valor recuperável de ativos. O cálculo realizado para testar a recuperabilidade dos ativos levou em consideração o modelo econômico-financeiro da Companhia, projetado de forma nominal e mensal ao longo do prazo da concessão, para tanto o fluxo de caixa projetado foi descontado à taxa de 6,99% calculada pelo modelo WACC (*Weighted Average Cost of Capital*), bem como utilizada a alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social (após estudo de recuperação fiscal).

No cálculo do fluxo de caixa, foram ainda considerados os estudos de gestão tributária e curvas de PLD mais aderentes a realidade atual da geração. De forma geral o modelo de cálculo levou em consideração as seguintes premissas: metodologia de fluxo de caixa descontado – abordagem da receita; período de projeção de novembro de 2020 a setembro de 2045; taxa de desconto WACC; volume físico de energia; tarifas; custos e despesas (projetado por IPCA); entre outras medidas intrínsecas ao negócio. A Administração da Companhia realizou ao final do exercício de 2020 a revisão do valor recuperável do ativo imobilizado e do intangível e concluiu pela não existência de perda a ser contabilizada. Não há indicativos adicionais de *impairment* neste exercício com relação aos ativos não financeiros.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Estimativas e julgamentos contábeis – continuação

3.1. Estimativas de maior relevância – continuação

3.1.4. Provisão socioambiental

A Companhia registra a provisão socioambiental de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015, a qual prevê que os valores referentes às condicionantes socioambientais incorporem o custo dos reservatórios principal e intermediário da usina. Até 2020, esses ativos foram unitizados, portanto registrada a provisão com base no disposto no OCPC 05, itens 119 e 120, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Cabe ressaltar que a referida orientação possibilita o ajuste futuro da provisão em contrapartida ao imobilizado em serviço, pois há complexidade em estimar gastos futuros com total certeza.

A Companhia reavalia os compromissos assumidos com diversos órgãos e fornecedores a fim de sempre apresentar com a melhor estimativa possível os valores envolvidos na provisão, inclusive com a contratação de consultoria técnica externa. Atualmente, a provisão monta R\$ 1.149.272 conforme demonstrado na nota 17.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Recursos em banco e em caixa	264	98
Depósitos bancários de curto prazo		
Renda fixa	<u>1.105.895</u>	<u>194.049</u>
	<u><u>1.106.159</u></u>	<u><u>194.147</u></u>

Compreendem valores em caixa ou equivalentes, aplicados em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, com ratings de crédito atribuídos pelas agências internacionais de rating, com alta liquidez, resgatáveis em qualquer momento sem perda efetiva.

Os recursos disponíveis para aplicação investidos em títulos de renda fixa e operações compromissadas com rentabilidade média de 102% do CDI (86% do CDI em 2019). Os compromissos financeiros assumidos pela Norte Energia exigiam liquidez imediata.

Notas Explicativas**Norte Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2020				31/12/2019	
	Vincendos		Vencidos		Total	Total
	Faturados	Não Faturados	Até 180 dias	Mais de 180 dias		
Suprimento (a)	354.823	131.295	10.530	-	496.648	615.384
Energia Elétrica de Curto Prazo (b)	1.786	18.286	-	3.022	23.094	28.715
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (c)	-	-	-	-	(4.419)	(5.506)
	356.609	149.581	10.530	3.022	515.323	638.593

- (a) Em 31/12/2020, é composto de fornecimento não faturado no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") no valor de R\$ 86.115 (R\$320.315 em 31/12/2019), não faturado a Autoprodutor de Energia Elétrica ("APE") no valor de R\$ 45.180 (R\$83.334 em 31/12/2019), faturamento do ACR no valor de R\$ 359.447 (R\$211.735 em 31/12/2019) e faturamento a Autoprodutor de Energia Elétrica ("APE") no valor de R\$ 5.906 (R\$ 0 em 31/12/2019).

Os valores faturados da venda de energia estão sendo recebidos conforme contrato, por meio de boleto bancário e/ou depósito em conta corrente.

- (b) Faturamento líquido de provisão no Mercado de Curto Prazo (CCEE) no valor de R\$ 23.094 em 31/12/2020 (R\$ 28.715 em 31/12/2019).
- (c) Em 31/12/2020 a Companhia efetuou o registro de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 4.419 (R\$ 5.506 em 31/12/2019) considerando o coeficiente de inadimplência obtido no cálculo de perda esperada.

A seguir a movimentação de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa em 31 dezembro de 2020:

Saldo em 31/12/2018	(1.664)
(Provisão) / Reversão	(3.842)
Saldo em 31/12/2019	(5.506)
(Provisão) / Reversão	1.087
Saldo em 31/12/2020	(4.419)

Notas Explicativas**Norte Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Tributos a recuperar

Composição:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
ICMS (a)	7.568	136.868
IR/CS	1.264	1.180
PIS a recuperar (b)	15.338	26.120
COFINS a recuperar (b)	69.046	118.667
Outros tributos	9.921	10.244
	<u>103.137</u>	<u>293.079</u>
Circulante	101.432	190.280
Não circulante	1.705	102.799

- (a) Saldos de 2019 substancialmente representados por créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, compensáveis à razão de 1/48 por mês, conforme Lei Complementar nº 102/2000. Em 2020 houve a recomposição dos créditos originados no imobilizado, restando apenas os créditos de ICMS antecipados.
- (b) Os débitos de PIS e COFINS gerados na venda de energia estão sendo compensados com os créditos acumulados de exercício anteriores e correntes, de acordo com a legislação vigente.

7. Despesas antecipadas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prêmios de seguros	47.538	46.602
Circulante	47.538	44.863
Não circulante	-	1.739

Refere-se ao prêmio de seguros pagos antecipadamente decorrente de risco operacional e responsabilidade civil. Os seguros foram capitalizados ao custo da obra do empreendimento durante o período de construção. Com a entrada em operação da última UG em dezembro 2019, não houve capitalização de seguros no exercício de 2020.

Notas Explicativas**Norte Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8. Imobilizado

Descrição	Depreciação anual (%)	Custo	Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
				Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço		45.330.755	(3.986.255)	41.344.500	39.481.422
Geração	3,70% a.a.	45.304.082	(3.971.577)	41.332.505	39.468.888
Administração	7,43% a.a.	26.673	(14.678)	11.995	12.534
Imobilizado em curso		328.447	-	328.447	3.374.632
Geração		327.126	-	327.126	3.374.632
Administração		1.321	-	1.321	-
		45.659.202	(3.986.255)	41.672.947	42.856.054

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8. Imobilizado – continuação

	Saldos em 31/12/2018	Movimentações			Saldos em 31/12/2019	Movimentações			Saldos em 31/12/2020	Taxa Média Depreciação % a.a.
		Adições	Baixa	Transferências		Adições	Baixa	Transferências		
Geração em Serviço										
Terrenos (a)	882.737	-	-	3.441	886.178	-	-	1.134	887.312	3,67%
Reservatório, barragens e adutoras	15.225.772	806.067	-	706.437	16.738.276	-	-	320.609	17.058.885	3,68%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.647.957	-	-	1.680.649	4.328.606	-	-	316.766	4.645.372	3,72%
Máquinas e equipamentos	10.357.146	2.196	-	9.446.464	19.805.806	2.513	-	2.895.680	22.703.999	3,71%
Veículos	5.694	399	-	334	6.427	787	-	729	7.943	9,63%
Móveis e utensílios	198	109	-	66	373	197	-	-	570	5,20%
	29.119.504	808.771	-	11.837.391	41.765.666	3.497	-	3.534.918	45.304.081	
(-) Depreciação Acumulada										
Terrenos	(28.170)	(24.405)	-	-	(52.575)	(32.521)	-	-	(85.096)	
Reservatório, barragens e adutoras	(499.717)	(439.472)	-	-	(939.189)	(627.673)	-	-	(1.566.862)	
Edificações, obras civis e benfeitorias	(126.805)	(116.161)	-	-	(242.966)	(172.629)	-	-	(415.595)	
Máquinas e equipamentos	(538.396)	(520.112)	-	-	(1.058.508)	(841.183)	-	-	(1.899.691)	
Veículos	(2.656)	(842)	-	-	(3.498)	(765)	-	-	(4.263)	
Móveis e utensílios	(23)	(19)	-	-	(42)	(28)	-	-	(70)	
	(1.195.767)	(1.101.011)	-	-	(2.296.778)	(1.674.799)	-	-	(3.971.577)	
Geração em curso										
Terrenos (a)	1.529	3.441	-	(3.441)	1.529	1.107	-	(1.107)	1.529	
Reservatório, barragens e adutoras	697.531	5.127	-	(583.607)	119.051	32.784	-	(149.518)	2.317	
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.717.765	217.571	-	(1.670.606)	264.730	58.766	-	(316.648)	6.848	
Máquinas e equipamentos (b)	9.461.050	907.122	-	(8.152.989)	2.215.183	205.717	-	(2.410.634)	10.266	
Veículos	-	694	-	(334)	360	297	-	(657)	-	
Móveis e utensílios	-	67	-	(67)	-	-	-	-	-	
A ratear (e)	225.569	170.142	-	(305.391)	90.320	164.895	-	(221.315)	33.900	
Adiantamento a fornecedores (d)	1.262.162	333.807	-	(1.120.956)	475.013	21.978	-	(273.819)	223.172	
Estudos e projetos (c)	161.390	-	-	-	161.390	-	-	(161.390)	-	
Material em depósito	-	233	-	-	233	2.044	-	-	2.277	
Depósitos judiciais (f)	47.329	(506)	-	-	46.823	(5)	-	-	46.818	
	13.574.325	1.637.698	-	(11.837.391)	3.374.632	487.583	-	(3.535.088)	327.127	
Administração em Serviço										
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.004	-	-	-	1.004	-	-	-	1.004	3,31%
Máquinas e equipamentos	18.355	1.235	-	-	19.590	872	(134)	170	20.498	8,09%
Veículos	-	275	-	-	275	172	-	-	447	12,91%
Móveis e utensílios	4.101	260	-	-	4.361	461	(98)	-	4.724	4,94%
	23.460	1.770	-	-	25.230	1.505	(232)	170	26.673	
(-) Depreciação Acumulada										
Edificações, obras civis e benfeitorias	(261)	(33)	-	-	(294)	(34)	-	-	(328)	
Máquinas e equipamentos	(8.820)	(1.934)	-	-	(10.754)	(1.657)	-	-	(12.411)	
Veículos	-	-	-	-	-	(58)	-	-	(58)	
Móveis e utensílios	(1.389)	(259)	-	-	(1.648)	(233)	-	-	(1.881)	
	(10.470)	(2.226)	-	-	(12.696)	(1.982)	-	-	(14.678)	
Administração em Curso:										
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	455	-	-	455	
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	547	-	-	547	3,58%
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	319	-	-	319	
	-	-	-	-	-	1.321	-	-	1.321	
	41.511.052	1.345.002	-	-	42.856.054	(1.182.875)	(232)	-	41.672.947	

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8. Imobilizado – continuação

- (a) Em 2020, foi realizada a unitização dos terrenos das áreas afetadas pelo projeto da Usina de Belo Monte e que foram objeto de aquisição durante a construção. Assim, o saldo em curso foi transferido para serviço acumulando o montante de R\$887.312 (R\$886.178 até 31 de dezembro de 2019).. A Companhia calcula e registra a amortização dos gastos com os terrenos, pelo prazo da concessão, considerando que ao final do contrato não ocorrerão quaisquer indenizações dos investimentos realizados pela Companhia na UHE Belo Monte (R\$85.096 até 31/12/2020 e R\$52.575 até 31/12/2019).
- (b) Durante o ano de 2020 a Companhia reavaliou a expectativa de compensação dos créditos de ICMS sobre Ativo Permanente e reclassificou o montante de R\$ 127 milhões para o ativo imobilizado (vide nota 6).
- (c) Refere-se, substancialmente, aos investimentos iniciais, nas fases de gastos com estudos de engenharia, inventário e viabilidade realizados na UHE Belo Monte, considerados como custo da obra, estabelecidos no contrato de concessão, em consonância com as regras contábeis, societárias e regulatórias em vigor. Estes custos foram rateados no total da usina após a conclusão da obra e unitização da última UG, unitizados em janeiro de 2020.
- (d) Parte dos valores classificados na rubrica de “Geração em curso” refere-se a adiantamentos feitos para os fornecedores à época IMPSA - Wind Power Energia S.A. e Consórcio ELM, para fornecimento de equipamentos eletromecânicos e para o Consórcio CCBM, responsável pela obra civil da construção da Usina. Devido à incerteza nas inversões de tais valores, em 2014 foi provisionado para perda o montante de R\$255.841 referente a: i) R\$3.955 do contrato dos equipamentos hidromecânicos com a “IESA Projetos Montagens e Equipamentos S.A.”, que está em recuperação judicial, em razão do não cumprimento de cláusulas e marcos contratuais, sendo que a Companhia foi relacionada no processo como credora; e ii) R\$251.886 do contrato com o Consorcio IMPSA Belo Monte que, por razões do não cumprimento de cláusulas e marcos contratuais por parte do Contratado, que impactariam na conclusão do fornecimento e comprometeriam o empreendimento, o contrato foi rescindido unilateralmente pela Norte Energia. Foi revertido da mencionada provisão, em 2015, o valor de R\$21.207, e em 2016 o valor de R\$696, em razão da entrega de materiais naquele ano. Adicionalmente, em outubro de 2017 foi recebido o valor de R\$42.494 a título de indenização securitária, em razão da apólice de seguro contratada com a Zurich.

Em 2019 foi proferida a Sentença Arbitral Final do Procedimento Arbitral nº 03/2015, que confirmou os valores da condenação imposta ao Consórcio IMPSA, com base em laudo de perito técnico designado para apurar os valores dos ativos recebidos. A referida sentença condenou a Wind Power e a Inverall solidariamente, ao pagamento de R\$35.126 a título de multa contratual e ao ressarcimento de R\$58.512 devidos em razão de pagamentos feitos pela Norte Energia e cujos materiais não foram entregues, totalizando o montante de R\$93.638. Em decorrência da sentença arbitral foi realizado ajuste do saldo atual da provisão de R\$230.236 para R\$58.512, para adequação do custo do ativo imobilizado, de acordo com o referido laudo. A reversão da provisão no montante líquido de R\$171.724 foi registrada na demonstração do resultado do exercício de 2019, na rubrica de despesas operacionais.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8. Imobilizado – continuação

- (e) A rubrica “A ratear” destina-se ao reconhecimento dos custos incorridos em benefício da obra que não sejam passíveis de alocação direta ao respectivo bem ou direto pelo sistema de Ordem de Imobilização (ODI). A partir de julho de 2016, com o início do processo contábil de unitização, o saldo da rubrica “A ratear” foi transferido para a composição do custo das unidades geradoras no ativo imobilizado. Em 2019, ocorreram o 13º, 14º, 15º, 16º e 17º ciclos de unitização. Houve a entrada em operação da última UG em dezembro de 2019, por essa razão, o saldo da conta “a ratear” do grupo de Geração foi alocado para as turbinas durante o ano de 2020. O saldo remanescente é referente a estudos de viabilidade de novas operações (R\$ 482) e provisões para contingências referentes a contratos em fase de encerramento.

Composição da rubrica “A ratear”	31/12/2020	31/12/2019
Mobilização e canteiro de obras	-	4.730
Projetos e consultorias de engenharia	482	79.055
Contingências de contratos	33.418	-
Outros	-	6.895
	33.900	90.320

- (f) A rubrica destina-se ao reconhecimento dos depósitos efetuados para fins de emissão de liminar de posse, em ações de desapropriação de áreas destinadas às imobilizações em curso, pelo sistema de Ordem de Imobilização (ODI).

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitados ao prazo da concessão. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vida útil e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados, sendo que os bens que possuem vida útil superior ao período da concessão deverão ser ajustados para que a mesma se limite ao prazo desta.

Em 31 dezembro de 2020 bem como em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

Como a Companhia tomou emprestados recursos específicos para obter um ativo qualificável particular, os custos dos empréstimos e financiamentos são diretamente atribuíveis ao ativo, que podem ser identificados prontamente. Dessa forma, a Companhia determinou o montante dos custos dos empréstimos e financiamentos elegíveis à capitalização como sendo aqueles efetivamente incorridos sobre tais empréstimos e financiamentos, menos qualquer receita financeira decorrente de investimentos temporários dos recursos tomados. As referidas capitalizações tiveram início em julho de 2011. Até 31 de dezembro de 2019 foram capitalizados R\$ 8.366.311 (sendo R\$ 550.693 no exercício de 2019). Os custos de empréstimos e financiamentos relacionados às unidades em operação foram alocados no resultado do período (R\$ 1.652.561 em 2019). Em 2020 não houve capitalização devido a plena operação da UHE Belo Monte.

A Administração da Companhia realizou ao final do exercício de 2020 a revisão do valor recuperável do ativo imobilizado e concluiu pela não existência de perda a ser contabilizada. Não há indicativos adicionais de *impairment* neste exercício.

Notas Explicativas**Norte Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Intangível**9.1. Composição**

Descrição	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido 31/12/2020	Valor líquido 31/12/2019
Intangíveis em serviço		474.260	(68.635)	405.625	418.082
Geração		454.900	(51.887)	403.013	416.826
Uso do Bem Público (UBP)	3,59% a.a.	452.352	(51.787)	400.565	416.826
Servidão	3,91% a.a.	2.548	(100)	2.448	-
Administração		19.360	(16.748)	2.612	1.256
Licença de uso de software	5,51% a.a.	19.329	(16.748)	2.581	1.225
Marcas e patentes		31	-	31	31
Intangível em curso		5.366	-	5.366	5.788
Geração		319	-	319	2.867
Servidão		-	-	-	2.548
Depósitos judiciais		319	-	319	319
Administração		5.047	-	5.047	2.921
Licença de uso de software		5.047	-	5.047	2.921
		479.626	(68.635)	410.991	423.870

Notas Explicativas
Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Intangível – continuação

9.2. Movimentação

	Saldos em	Movimentações	Saldos em	Movimentações		Saldos em
	31/12/2018	Adições	31/12/2019	Adições	Transf.	31/12/2020
Intangível em serviço:	468.190	1.139	469.329	766	4.165	474.260
Uso do Bem Público (UBP)	452.353	-	452.353	-	-	452.353
Marcas e patentes	31	-	31	-	-	31
Licença de uso de software	15.806	1.139	16.945	766	1.617	19.328
Servidão	-	-	-	-	2.548	2.548
(-) Amortização acumulada	(34.207)	(17.040)	(51.247)	(17.388)	-	(68.635)
Intangível em curso:	4.442	1.346	5.788	3.743	(4.165)	5.366
Licença de uso de software	1.575	1.346	2.921	3.743	(1.617)	5.047
Servidão	2.548	-	2.548	-	(2.548)	-
Depósitos judiciais	319	-	319	-	-	319
	438.425	(14.555)	423.870	(12.879)	-	410.991

A Administração da Companhia realizou ao final do exercício de 2020 a revisão do valor recuperável do ativo intangível e concluiu pela não existência de perda a ser contabilizada. Não há indicativos adicionais de *impairment* neste exercício.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Intangível – continuação

9.3. Uso do Bem Público

A Companhia paga à União o valor anual de R\$ 16.617, em parcelas mensais equivalentes a 1/12, a partir da operação comercial da primeira unidade geradora da UHE, atestada pela fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto do CCEAR, o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão, conforme cláusula 6ª do Contrato de Concessão. Esta obrigação está reconhecida no passivo circulante e não circulante no montante de R\$ 91.671 e R\$ 274.651, respectivamente, totalizando R\$ 366.322 em 31 dezembro de 2020 (R\$ 420.332 em 31 de dezembro de 2019), em contrapartida do ativo intangível (R\$ 404.630 em 31 dezembro de 2020 e R\$ 416.826 em 31 de dezembro de 2019).

O saldo da obrigação é atualizado pela variação do IPCA anualmente e descontado a valor presente pelo componente Modelo de Precificação de Ativos Financeiros (CAPM) do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) real. Em 2015 foram pagas duas parcelas que totalizaram R\$ 3.651, cujo pagamento posterior foi suspenso por força de liminar judicial. Em outubro de 2017, reiniciou-se o pagamento do UBP e por consequência o ativo intangível reconhecido como contrapartida dessa obrigação começou a ser amortizado. Vide abaixo a movimentação da UBP registrada no passivo exigível:

Movimentação do passivo:

Em 31 de dezembro de 2018	<u>434.031</u>
Atualizações no exercício	13.739
Pagamentos no exercício	<u>(27.438)</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u>420.332</u>
Atualizações no período	13.431
Ajuste a valor presente	(38.834)
Pagamentos no período	(28.607)
Em 31 dezembro de 2020	<u>366.322</u>
Circulante	91.671
Não circulante	274.651

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Depósitos judiciais e cauções

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caução CEF (a)	368.616	373.948
Depósito Judicial – Tributário (b)	24.454	23.397
Depósito Judicial – Cíveis (c)	150.041	143.500
Depósito Judicial – Trabalhistas	1.604	6.677
	<u>544.715</u>	<u>547.522</u>

- (a) Substancialmente representado por: (i) Contrato de caução firmado com o Operador nacional do sistema – ONS para utilização do sistema de transmissão, (ii) Conta reserva e garantias em Letras Financeiras para atender as exigências previstas no contrato de financiamento do BNDES e (iii) conta reserva para atender as exigências previstas no contrato de O&M.
- (b) Substancialmente representado por exigência jurídica vinculada a ação movida pelo CCBM, onde a Norte Energia é parte interessada, contra Prefeitura Municipal de Altamira, referente a recolhimento mensal do ISS. Discussão pertinente a incidência de ISS sobre inclusão na base de cálculo dos valores vinculados a materiais aplicados e serviços de terceiros contratados, pelos serviços tomados junto ao CCBM. Em setembro de 2014, foi registrado o resgate dos alvarás emitidos para a Prefeitura Municipal de Altamira referente à parte incontroversa (nota 13, item a).
- (c) Em 04 de Abril de 2016, a Companhia teve uma ação civil pública intentada pelo Estado do Pará e Ministério Público Federal, que pleiteia o imediato depósito do valor referente a compensação ambiental o qual foi realizado em 27 de abril de 2016 e atualizado, no valor de R\$ 124.974 (nota 12). O restante do saldo, no valor de R\$ 25.067, refere-se a outros depósitos judiciais cíveis.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Outros créditos

Composição:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Adiantamentos a pessoal	11	33
Adiantamentos a fornecedores	4.037	8.945
Títulos a receber	1.883	1.404
Estoque	823	338
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	17.998	19.305
Direito de uso	4.406	3.351
Credores diversos	4.259	6.487
	<u>33.417</u>	<u>39.863</u>
Circulante	26.425	34.702
Não circulante	6.992	5.161

12. Fornecedores

Composição:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Consórcio Construtor de Belo Monte (a)	4.018	28.090
Instituto Chico Mendes (b)	124.974	124.974
Outros fornecedores de investimento (c)	270.740	246.822
Créditos cedidos - operação de <i>confirming</i> (d)	-	138.374
Compra de energia	127.238	-
Encargo da transmissão, conexão e distribuição	61.237	80.387
Outros fornecedores materiais e serviços	442	1.405
	<u>588.649</u>	<u>620.052</u>
Circulante	557.714	619.857
Não circulante	30.935	195

(a) A redução observada é relativa ao término das obras na UHE Belo Monte, o saldo remanescente se deve às medições que estão em andamento para liquidação de contrato, inclusive de desmobilizações.

(b) Em 2016, foi determinado que o valor referente a compensação ambiental fosse depositado em juízo, ficando o valor em aberto na conta do fornecedor até a conclusão do processo judicial (nota 10).

(c) O aumento em 2020 é decorrente principalmente do acordo arbitral feito junto a Andritz no montante de R\$ 77 milhões (nota 14). Por outro lado houve a redução dos saldos referentes aos contratos de investimento devido ao término das obras na UHE Belo Monte.

(d) Em 2019 foi negociado com os fornecedores Andritz, GE, Voith e Consórcio CCBM, postergação dos vencimentos de faturas, para 30/10/2020, no montante de R\$ 135.084, ao custo de 9,99% a.a. A postergação não altera as características comerciais pactuadas na transação original com os fornecedores, pois não há alterações significativas no preço e demais condições negociadas anteriormente. A operação foi integralmente liquidada no último trimestre de 2020.

Notas Explicativas**Norte Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

13. Outras contas a pagar

Composição:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Tributos retidos na fonte	4.308	5.493
Tributos a recolher:		
ISS (a)	26.139	26.897
INSS	3.935	4.058
PIS/COFINS/CSLL (b)	54.920	81.850
ICMS	3.137	18.603
Outros tributos a recolher	537	918
Obrigações trabalhistas	16.854	17.760
CFURH (c)	4.323	8.761
P&D (c)	66.807	50.459
Passivo de arrendamentos	5.023	3.351
Outros	4.283	8.158
	<u>190.266</u>	<u>226.308</u>
Circulante	166.989	205.112
Não circulante	23.277	21.196

(a) Conforme nota 10, item (b), a parte controversa do recolhimento mensal do ISS retido do CCBM no Município de Altamira está sendo depositado em juízo, totalizando R\$16.148.

(b) A variação observada decorre da redução da receita do mês de dezembro de 2020 comparado ao mesmo período de 2019.

(c) Refere-se a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH e a Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, conforme estabelecido pela ANEEL.

Notas Explicativas**Norte Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas**i) Causas prováveis**

	Provisões Cíveis	Provisões Trabalhistas	Total
Em 31 de dezembro de 2018	5.186	6.003	11.189
Revertida durante o exercício	(196)	(3.902)	(4.098)
Constituída durante o exercício	12.207	6.874	19.081
Em 31 de dezembro de 2019	17.197	8.975	26.172
Revertida durante o exercício	(73.921)	(5.915)	(79.836)
Constituída durante o exercício	86.587	17.277	103.864
Em 31 dezembro de 2020	29.863	20.337	50.200

A constituição de provisão cível no valor de R\$ 86.587 refere-se, principalmente, ao procedimento arbitral no âmbito da Câmara de Comércio Internacional referente a suposto não cumprimento contratual por parte de Norte Energia S.A. em relação a Andritz Hydro S.A., empresa parte dos consórcios responsáveis por montagem e fornecimento de equipamentos, no valor de R\$ 72.910, que foi capitalizado. Ainda em 2020, foi celebrado acordo entre as partes para o pagamento, pela Companhia, do montante de R\$ 77.000, sendo R\$ 15.400 em dezembro de 2020 e o restante em parcelas mensais até janeiro de 2023 (nota 12). O restante do saldo é referente, principalmente, a atualizações e outros processos de menor valor no montante de R\$ 12.993.

A constituição de provisão trabalhista no valor de R\$ 17.277, refere-se, principalmente, a processos em que a Norte Energia foi citada como responsável subsidiária e atualizações de valores. No período, as reversões de provisões montam R\$ 5.915.

Em 04 de abril de 2016, a Companhia teve uma ação civil pública ajuizada pelo Estado do Pará e Ministério Público Federal que, também envolve o IBAMA, ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que tem por causa pedir a suposta nulidade parcial da decisão, proferida pelo Comitê de Compensação Ambiental Federal, que deliberou acerca da destinação dos recursos previstos na compensação ambiental decorrente da implantação da UHE Belo Monte. Em sede de antecipação parcial dos efeitos da tutela, foi determinado o depósito judicial do valor de R\$124.974 que seria destinado ao Estado de Mato Grosso, o que foi prontamente atendido pela Norte Energia em 27 de abril de 2016 (Notas 10.c e 12.a).

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas – continuação

ii) Causas possíveis – não provisionadas

Existem ainda, ações nas quais a Companhia é parte envolvida, que com base em análises preparadas pela Administração e seus assessores jurídicos possuem prognóstico de **perda possível**:

- (a) Ações referentes a indenizações pela desocupação, avaliações de benfeitorias em propriedades desapropriadas, indenizações diversas e outras ações cíveis no valor estimado de R\$ 220.602. Há também processos de cunho administrativo em decorrência de procedimentos junto a Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA, que não estão inseridos no item “f” e “g” abaixo, por supostas infrações no valor estimado de R\$ 266.
- (b) Procedimento arbitral no âmbito da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional em que o valor atualizado dos pedidos da contraparte é de R\$640.168 (valor atualizado pelo índice IPCA-E) referente a supostos não cumprimentos contratuais por parte da Norte Energia S.A. em relação ao Consórcio Montador de Belo Monte (CMBM) (nota 29.c). Em 08 de julho de 2020, a Companhia apresentou laudo técnico de engenharia elaborado pela HKA e laudo econômico-contábil elaborado pela assessoria Figueiredo Associado. Com base nos referidos laudos o valor estimado de possível perda na arbitragem é de R\$ 116.230. A estimativa, embora embasada em laudos técnicos, depende de confirmação por sentença arbitral, a qual não está sob o controle da Companhia.
- (c) Ações trabalhistas onde a Norte Energia foi incluída no polo passivo na qualidade de responsável subsidiária e direta, nos valores estimados de R\$ 78.792 e R\$ 50, respectivamente. A Companhia possui também autuações trabalhistas no valor total estimado de R\$ 565.
- (d) Processo Administrativo sobre a Taxa de Fiscalização de Utilização de Recursos Hídricos, instituído pelo Governo do Estado do Pará, no valor estimado de R\$ 145.408. Há ainda, outras autuações tributárias no valor total estimado de R\$ 350.
- (e) Liminar com efeito de suspensão da penalidade por insuficiência de lastro na entrega de energia elétrica referente as competências de maio a dezembro de 2016 e janeiro a março de 2017 impostas pela CCEE. A suspensão abrange valores referentes a EUST (Encargos de Utilização do Sistema de Transmissão), liquidações financeiras do Mercado de Curto Prazo e valores a serem pagos a autoprodutores que possuem, junto à insuficiência de lastro, o valor estimado de R\$ 2.407.000.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas – continuação

ii) Causas possíveis – não provisionadas - continuação

- (f) A Companhia foi autuada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (“IBAMA”) em relação a possíveis descumprimentos de condicionantes da Licença Ambiental de Instalação (“LI”) e da Licença de Operação (“LO”) da UHE. O valor estimado total destes casos com prognóstico de perda Possível é de R\$ 39.104. Não compõe esta soma os Processos Administrativos com imposição de multa diária administrativa. Como se trata de multa diária é necessária decisão do IBAMA que consolide o valor da multa e indique o período de aplicação. Todos os procedimentos administrativos cabíveis estão sendo aplicados, inclusive interposição de recursos administrativos.

O assunto não implica qualquer suspensão das referidas licenças, que continuam válidas, e, por isso, a operação da usina segue seu curso normal. Vale ressaltar que o próprio IBAMA, nos documentos que embasam a autuação, destacou que as desconformidades apontadas não implicam “reflexos ambientais negativos”.

- (g) A Companhia possui ainda outras autuações pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (“IBAMA”) e Órgãos Estaduais e Municipais por outras supostas infrações no valor estimado de R\$ 70.947. Não compõe esta soma os Processos Administrativos junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará – SEMAS, os quais não foram fixadas multas, sendo necessário aguardar as decisões administrativas em 1ª instância para arbitramento pelo órgão.
- (h) Ainda está em apuração inicial os impactos financeiros acerca das negociações junto ao IBAMA pela aplicação do novo hidrograma, o qual trata da vazão da UHE Belo Monte ao Rio Xingu. A Companhia produziu estudos adicionais demonstrando que os impactos ambientais na “Volta Grande do Xingu”, identificados no EIA/RIMA original do edital do leilão que deu origem ao nosso contrato de concessão, ainda permanecem inalterados.

Como determina o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e IAS 37 – *Provisions Contingent Liabilities and Contingent Assests*, não foram reconhecidas quaisquer provisões sobre as demandas descritas anteriormente, haja visto que a avaliação da Administração é de que a probabilidade da Companhia incorrer em desembolsos é possível e, mesmo vindo a ser julgadas procedentes, em nenhuma hipótese os valores iniciais serão mantidos, constituindo-se os tais em mero exercício dos autores, sem qualquer fundamentação legal.

Notas Explicativas**Norte Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	31/12/2020	31/12/2019
Financiamento – BNDES	28.264.432	27.772.266
Debêntures	667.755	-
Nota Promissória	-	306.606
	28.932.187	28.078.871
Circulante	712.029	2.860.815
Não circulante	28.220.158	25.218.056

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data das informações contábeis. Até 2019, os referidos encargos eram apropriados, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa, no ativo imobilizado, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação. Em virtude da conclusão da construção da usina ao final do exercício de 2019, os encargos financeiros do exercício de 2020 foram integralmente registrados no resultado financeiro do exercício (nota 24).

Empréstimos e financiamentos – BNDES

Em 2011 ocorreu a primeira captação do empréstimo ponte (parcela direta) com o BNDES e de nota promissória com o Banco BTG Pactual. Em 2012 ocorreu a segunda captação do empréstimo ponte (parcela indireta) com o BNDES, através dos repasses da CEF - Caixa Econômica Federal e do Banco ABC Brasil, e de nota promissória com o Banco BTG Pactual.

No dia 21 de novembro de 2012, o BNDES aprovou um financiamento de R\$22.500.000, sendo R\$3.685.300 relativos à linha de crédito FINAME – PSI e R\$18.814.700 à linha de crédito do FINEM. Esse valor será repassado da seguinte forma: R\$9.814.700 serão repassados diretamente pelo BNDES, R\$7.000.000, pela Caixa Econômica Federal e outros R\$2.000.000, pelo Banco de Investimentos BTG Pactual.

Dos R\$ 22.500.000 aprovados, R\$ 2.000.000 relativos aos subcréditos A2, B2, C2 e D2 estavam condicionados a apresentação de Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVEs) celebrados no Ambiente de Contratação Livre (ACL) de 2019 a 2042. Como a Norte Energia não apresentou os contratos, os agente financiadores BNDES, CAIXA e BTG decidiram por suprimir tais subcréditos no aditamento dos contratos de financiamento. Conforme detalhado a seguir:

Notas Explicativas**Norte Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures – continuaçãoEmpréstimos e financiamentos – BNDES – Continuação

Financiamento de Longo Prazo	Empréstimo Aprovado (em Milhões de R\$)	Encargos (a.a.)	Garantias
BNDES - FINEM - parcela direta	8.614,7	TJLP + 2,25%	Fiança Corporativa; Penhor e Recebíveis (*)
BNDES - FINEM - parcela indireta:			
Banco BTG	1.822,2	TJLP + 2,65%	Fiança Corporativa; Penhor e Recebíveis (*)
Banco CEF	6.377,8	TJLP + 2,65%	Fiança Corporativa; Penhor e Recebíveis (*)
	8.200,0		
BNDES - PSI - parcela direta	3.685,3	5,50%	Fiança Corporativa; Penhor e Recebíveis (*)
	20.500,0		

(*) Os recebíveis serão oferecidos como garantias após a entrada em operação da UHE Belo Monte.

O crédito foi destinado à implantação da UHE Belo Monte, Sistema de transmissão associado e Investimentos do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu. O contrato está dividido nos seguintes subcréditos e prazos de amortização:

Descrição	Encargos (a.a.)	Início da liberação	Início de pagamento	Término do pagamento
Parcela direta – FINEM				
Subcrédito A	TJLP + 2,25%	dez/12	fev/17	jan/42
Subcrédito B	TJLP + 2,25%	dez/12	dez/17	jan/42
Subcrédito C	TJLP + 2,25%	Mar/14	out/18	jan/42
Subcrédito D	TJLP + 2,25%	dez/14	out/19	jan/42
Parcela indireta – FINEM				
Subcrédito A	TJLP + 2,65%	jan/13	fev/17	jan/42
Subcrédito B	TJLP + 2,65%	jan/13	dez/17	jan/42
Subcrédito C	TJLP + 2,65%	jun/14	out/18	jan/42
Subcrédito D	TJLP + 2,65%	dez/14	out/19	jan/42
Parcela direta – PSI				
Subcrédito A	5,50%	dez/12	mai/17	mar/41
Subcrédito B	5,50%	set/15	out/19	mar/41

O crédito foi posto à disposição, parceladamente, em função das necessidades para a realização do projeto.

A liberação do empréstimo teve início em 2012 no valor de R\$3.137.882. Durante o exercício de 2013 foram liberadas 3 parcelas, segregadas em 5 liberações nos meses de janeiro, maio, junho, agosto e dezembro totalizando o valor de R\$6.680.281.

No primeiro trimestre de 2014 foi liberada uma parcela no valor total de R\$1.215.000, no segundo trimestre foram liberadas duas parcelas, de R\$58.045 e R\$1.400.000, no terceiro trimestre foi liberada a sétima parcela no valor de R\$1.400.000 e no quarto trimestre foi liberada a oitava parcela no valor de R\$1.500.000, totalizando R\$5.573.045 no ano.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures – continuação

Empréstimos e financiamentos – BNDES – Continuação

No primeiro trimestre de 2015, foi liberado o valor total de R\$941.853, no segundo trimestre foi liberado o valor total de R\$2.167.317, no terceiro trimestre R\$1.500.000 e no quarto trimestre R\$501.197 totalizando R\$5.110.367 no ano. Nos anos de 2016 a 2020, não ocorreram novas liberações do BNDES.

A movimentação dos créditos do BNDES está demonstrada na tabela abaixo:

Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2018	27.829.855
Total encargos no exercício	2.191.026
Total de pagamentos no exercício	(2.248.615)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	27.772.266
Total encargos no exercício	1.893.219
Total de pagamentos no exercício	(1.401.053)
Saldo em 31 dezembro de 2020	28.264.432

Diante do cenário atual de crise gerada pela pandemia do COVID-19, o BNDES lançou um pacote de medidas emergenciais de apoio à manutenção de capacidade produtiva, emprego e renda, oferecendo a seus clientes a possibilidade de suspensão de juros remuneratórios e principal por 6 meses nas operações. A Norte Energia aderiu ao programa obtendo a suspensão do pagamento da Parcela Direta – FINEM de junho a novembro de 2020, e da Parcela Indireta de julho a dezembro de 2020, tendo como contrapartida a não distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório (25% do lucro líquido ajustado) em 2020.

O contrato possui cláusula restritiva (*covenant*) que determina a manutenção durante todo o exercício do financiamento, do índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 15% e da manutenção de índice financeiro ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) mínimo de 1,2, calculado a partir da entrada em operação da UHE e a consequente amortização das parcelas de financiamento, iniciado em fevereiro de 2017 com obrigatoriedade de divulgação no final do exercício, quando deverá, inclusive, ser auditado. Em decorrência do *standstill* concedido pelo BNDES, as cláusulas restritivas estão suspensas até o término do exercício de 2021.

O cálculo será realizado da seguinte forma:

$$ICSD = (A)/(B)$$

Sendo:

(A) Geração de caixa

(+) EBITDA

(-) Imposto de renda

(-) Contribuição social

(B) Serviço da dívida

(+) Amortização de principal

(+) Pagamento de juros

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures – continuação

15.1. Empréstimos e financiamentos - continuação

Empréstimos e financiamentos – BNDES – continuação

Até a data de aprovação destas informações contábeis, a Companhia estava adimplente com todas as obrigações contratuais.

Cronograma geral de vencimentos

Os vencimentos das parcelas do financiamento estão atualizados até 31 dezembro de 2020 e distribuídos como segue:

	<u>Valor</u>
2021	711.038
2022	691.436
2023	738.008
2024	787.742
A partir de 2025	25.336.208
	<u>28.264.432</u>

Em fevereiro de 2017, iniciou-se a amortização das parcelas de financiamento do BNDES, sendo que até 31 dezembro de 2020 foi amortizado o montante de R\$ 5.985.434 (R\$ 4.584.381 até dezembro de 2019) referente ao principal e juros.

	<u>Valor</u>
Direto	3.560.164
Principal	768.546
Juros	2.791.619
Indireto	2.425.269
Principal	386.378
Juros	2.038.892
Total pago no exercício	<u>5.985.434</u>

Notas Explicativas**Norte Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures – continuaçãoNota Promissória

Em 27 de agosto de 2019 a Companhia concluiu a sua 3ª emissão pública de notas promissórias comerciais, em série única da espécie quirografia, no valor de R\$300.000. Foram emitidas (2) duas notas promissórias, com valor unitário de R\$150.000, sem previsão de resgate antecipado facultativo. O prazo de vigência das notas promissórias é de 5 meses, contados da data de emissão, sendo o vencimento em 23 de fevereiro de 2020, com a remuneração à taxa de CDI + 1,95% ao ano. Para a estruturação das notas promissórias a Companhia desembolsou R\$2.656 referente a comissões ao emissor. No dia 20 de fevereiro de 2020, as notas promissórias foram renovadas ao custo de CDI + 1,95% e prazo de vencimento prorrogado para 2 de junho de 2020. Como custo de estruturação dessa nova operação foram pagos R\$1.951. Os recursos captados por meio da emissão serão destinados para atendimento às necessidades de caixa da Companhia. Com a emissão das Debêntures ocorreu a liquidação das Notas Promissórias no dia 02 de junho de 2020.

Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2019	306.606
Total encargos no exercício	8.130
Total de pagamentos no exercício	(314.736)
Saldo em 31 dezembro de 2020	-

Debêntures

Em 15 de maio de 2020 a Companhia concluiu a sua 1ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória por fiança bancária até 31 de dezembro de 2021, em série única.

Foram emitidas 700.000 debêntures, totalizando R\$ 700.000. O prazo de vigência das debêntures é de 10 anos, sendo o vencimento em 15 de maio de 2030, com remuneração à taxa de IPCA + 7,25% ao ano. O pagamento dos juros remuneratórios será semestralmente nos meses de maio e novembro, sendo o primeiro em 15 de novembro de 2020, e a amortização ocorrerá em 12 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela devida em 15 de novembro de 2024 e a última na data de vencimento.

Os recursos captados serão integralmente utilizados para pagamentos futuros e/ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas aos investimentos para a construção, operação e manutenção do projeto.

Composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Principal	700.000	-
Juros incorridos	29.497	-
Custos de transação	(61.742)	-
	667.755	-
Circulante	991	-
Não circulante	666.764	-

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures – continuação

Debêntures – continuação

A escritura possui cláusula restritiva (*covenant*) que determina a manutenção durante todo o exercício da debênture, do índice financeiro ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) mínimo de 1,2 por 3 (três) anos consecutivos ou por 4 (quatro) anos intercalados, apurados anualmente a partir das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020 e calculados na seguinte forma:

A) Geração de caixa da atividade

(+) EBITDA

(-) Imposto de Renda (Efetivamente pago)

(-) Contribuição Social (Efetivamente pago)

(+) Créditos de PIS-COFINS

B) Saldo de caixa no final do período anterior

C) Serviço da Dívida

(+) Amortização de Principal

(+) Pagamento de Juros

D) = Índice de Cobertura do Serviço da Dívida = (A+B) / (C)

O EBITDA corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

(+) Lucro líquido;

(+/-) Despesa financeira;

(+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais;

(+) Depreciações e amortizações;

(+/-) Outras despesas (receitas) líquidas não operacionais; e

(+) Perdas (lucros) resultantes de equivalência patrimonial nos resultados dos investimentos em sociedades coligadas/controladas.

(+/-) Perdas (desvalorização) por *Impairment* / Reversão de perdas anteriores

(+/-) Outros Ajustes IFRS

Cronograma de pagamentos das debêntures:

	<u>Valor</u>
2021	6.455
A partir de 2025	723.042
	<u>729.497</u>

Adicionalmente o contrato prevê as seguintes garantias compartilhadas com os contratos de financiamento do BNDES:

- Conta Reserva de Debêntures: Deverá ser formada em até 12 meses, contados da primeira data de integralização, com o valor da próxima parcela atualizada a ser liquidada.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures – continuação

Debêntures – continuação

Após 31 de dezembro de 2021:

- Penhor de (i) 79% das ações da SPE; (ii) 100% das ações da Belo Monte Participações; (iii) 100% das ações da Aliança; e (iv) 100% das ações da Amazônia;
- Recebíveis (CCEARs) e demais direitos emergentes da concessão;
- Conta Reserva de O&M;
- Conta Reserva de Debêntures no valor projetado da próxima parcela de pagamento.

O contrato ainda prevê como garantia até 31 de dezembro de 2021 fiança bancária no valor atualizado do saldo devedor das Debêntures.

16. Partes relacionadas

	31/12/2020			31/12/2019		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras (a)	1.485	-	-	845	-	-
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte (b)	-	24.521	(134.146)	-	17.742	(152.010)
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF (c)	-	13.253	(85.335)	-	11.030	(109.925)
Siderúrgica Norte Brasil S.A. - SINOBRAS (d)	5.906	-	69.173	5.717	-	66.595
	7.391	37.774	(150.308)	6.562	28.772	(195.340)

- (a) Refere-se a despesas administrativas incorridas pela Companhia para atendimento a requerimentos de *compliance* do acionista e que serão objeto de reembolso.
- (b) Refere-se a contas a pagar do serviço de comunicação entre Brasília e Altamira, serviço de operação e manutenção da usina e encargo do sistema de transmissão - EUST, os preços e condições da prestação de serviço mencionada estão definidos e acordados em contrato específico com vigência até o prazo da concessão da Norte Energia S.A., o contrato possui atualização anual pelo IPCA. A ELETRONORTE participa do quadro de Acionista da Companhia, com 19,98%.
- (c) Refere-se a contas a pagar do serviço de encargo do sistema de transmissão - EUST para a Companhia Hidrelétrica do São Francisco. O EUST é regulado pela ANEEL (IN 161/14) e é devido pela disponibilização de linhas de transmissão para escoamento da produção de energia, os valores envolvidos são definidos segundo a norma. A CHESF participa do quadro de Acionista da Companhia, com 15%.
- (d) Refere-se à venda de energia elétrica a título de APE – Autoprodutores, com valores definidos em leilão, e compõe o saldo de contas a receber (nota 5). A SINOBRAS participa do quadro de Acionista da Companhia, com 1%.

Notas Explicativas**Norte Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16. Partes relacionadas – continuação

As transações com as partes relacionadas ligadas indiretamente à Companhia, nas quais os Acionistas possuem participação societária, referem-se aos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST, que é regulado pela ANEEL (IN 161/14) e pago aos agentes operadores. Existem ainda operações de venda de energia à APE – Autoprodutor de energia (Vale) e à distribuidoras de energia na modalidade ACR e ACL.

	31/12/2020			31/12/2019		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	32	(1.203)	-	37	(1.031)
Amazônia-Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	-	108	(2.064)	-	2	(2.020)
ATE III Transmissora de Energia S.A.	-	477	(6.495)	-	5	(5.014)
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	-	98	(1.318)	-	1	(1.072)
Companhia Energética de Pernambuco S.A.	29.918	-	242.941	49.631	-	234.588
Cemig Distribuição S.A.	25.154	-	225.249	24.459	-	218.155
Cemig Geração e Transmissão S.A.	-	2.348	(30.451)	-	10	(21.566)
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.	-	70	(938)	-	1	(741)
Companhia Estadual de Energia Elétrica - Distribuição	3.860	2.105	31.625	3.809	-	30.831
Companhia Estadual de Energia Elétrica - Geração e Transmissão	-	-	(25.447)	-	8	(18.036)
CTEEP-Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista	-	5.960	(74.747)	-	20	(55.646)
ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	-	256	(2.580)	-	74	(2.027)
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	-	36	(4.757)	-	36	(46.929)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	-	1.071	(8.902)	-	256	(8.026)
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.	-	93	(1.682)	-	2	(1.653)
Evrecy Participações Ltda.	-	26	(344)	-	-	(221)
Furnas-Centrais Elétricas S.A.	-	13.386	(168.776)	-	42	(119.575)
Integração Transmissora de Energia S.A.	-	590	(8.754)	-	6	(7.158)
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A.	-	70	(971)	-	1	(754)
Interligação Elétrica Pinheiros S.A.	-	86	(1.088)	-	1	(844)
Light Energia S.A.	-	9	(134)	-	-	(131)
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	-	68	(955)	-	-	(767)
Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A.	-	62	(559)	-	-	-
Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.	-	77	(675)	-	-	-
Neoenergia Biguacu Transmissão de Energia S.A.	-	66	(273)	-	-	-
Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A.	-	74	(289)	-	-	-
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.	-	122	(1.238)	-	35	(939)
São Gotardo Transmissora de Energia S.A.	-	-	(4)	-	-	(3)
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	-	712	(528)	-	274	(7.833)
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	-	4.616	(60.928)	-	80	(53.664)
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	-	125	(1.679)	-	1	(1.312)
Vale S.A.	45.180	-	678.773	77.642	-	597.418
	104.112	32.331	770.809	155.541	892	724.030

Notas Explicativas**Norte Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16. Partes relacionadas – continuação

Os gastos com a remuneração dos conselheiros de administração e fiscal e diretores executivos foram aprovados em AGO datada de 20 de maio de 2020 e estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Remuneração dos administradores e conselheiros	5.059	3.741
Encargos sociais	2.093	1.584
Benefícios	1.334	1.005
Total no período	<u>8.486</u>	<u>6.330</u>

17. Provisões socioambientais

Refere-se à provisão relacionada aos gastos futuros com os programas socioambientais, a qual foi agregada ao custo do reservatório (imobilizado).

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Físico Biótico	200.259	231.335
Investimentos sociais	696.178	827.897
PDRSX	252.835	263.847
	<u>1.149.272</u>	<u>1.323.170</u>

A Companhia registrou no passivo, nos exercícios de 2018 e 2019, constituição do valor de provisão socioambiental no montante de R\$ 955.131 e R\$ 806.067, respectivamente, baseados em estudos internos e de consultoria externa (empresa Alvarez & Marsal) e que levaram em conta os compromissos assumidos pela Companhia por meio de diversos projetos relacionados às atividades socioambientais da UHE Belo Monte. Abaixo, demonstramos quadro com a movimentação dessa provisão:

Em 31 de dezembro de 2018	<u>875.144</u>
Constituição no exercício	806.067
Realização no exercício	<u>(358.041)</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u>1.323.170</u>
Realização no período	<u>(173.898)</u>
Em 31 dezembro de 2020	<u>1.149.272</u>

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante	340.851	397.703
Não circulante	808.421	925.467

Notas Explicativas**Norte Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Provisões socioambientais – continuação

Em 2020 não houve provisão de novos valores, somente realização das provisões já registradas nos exercícios anteriores. No exercício de 2019 foi constituída provisão, em contrapartida ao ativo imobilizado, no montante de R\$ 806.067 referente aos gastos a valor presente comprometidos pela Companhia com os programas socioambientais. O complemento ocorreu em função da revisão dos compromissos assumidos com ações de infraestrutura e reflorestamento na região do empreendimento. A seguir está demonstrada a movimentação do saldo a realizar bem como o valor provisionado aberto por projeto:

	<u>31/12/2018</u>	<u>Provisão</u>	<u>Realização</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Realização</u>	<u>31/12/2020</u>
Físico Biótico	54.106	225.865	(48.636)	231.335	(31.076)	200.259
Investimentos Ambientais	537.331	580.202	(289.546)	827.987	(131.809)	696.178
PDRSX	283.707	-	(19.859)	263.848	(11.013)	252.835
Total Geral	<u>875.144</u>	<u>806.067</u>	<u>(358.041)</u>	<u>1.323.170</u>	<u>(173.898)</u>	<u>1.149.272</u>

18. Adiantamento de clientes

Em 2019, a Companhia celebrou contratos de fornecimento de energia elétrica em leilões, pelo prazo de 1º de junho de 2019 a 31 de dezembro de 2020. Os respectivos leilões consistiam em antecipação do recebimento das vendas de energia do ano de 2020. Os contratos foram integralmente liquidados ao longo do ano de 2020 conforme cronograma abaixo:

	Obrigação assumida cronograma	MW Médio	Adiantamento recebido R\$ mil
Janeiro		146	15.528
Fevereiro		146	14.527
Março		146	15.528
Abril		146	15.028
Maiο		146	15.529
Junho		146	15.028
Julho		146	15.528
Agosto		146	15.528
Setembro		146	15.028
Outubro		146	15.529
Novembro		146	15.028
Dezembro		146	15.527
Total a faturar		<u>1.752</u>	<u>183.336</u>
Faturado no período		1.752	(183.336)
Saldo em 31 dezembro de 2020		<u>-</u>	<u>-</u>

O montante acima está representado pela contraprestação adiantada por clientes, cujo reconhecimento das receitas ocorreu mediante a efetiva entrega de energia elétrica.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

No exercício de 2018, foram aprovadas as subscrições de capital no valor de R\$938.000, passando o capital subscrito de R\$12.458.000 para R\$13.396.000, sendo integralizados R\$13.010.058 que compreendem 13.010.058 ações ordinárias (R\$12.165.858, correspondente a 12.165.858 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2017), sendo que durante os anos de 2019 e 2020 não foram aprovadas novas subscrições. As integralizações de capital foram aprovadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias de Acionistas, nas seguintes datas:

Aprovados no exercício	Ano	Quantidade de ações (em lotes de mil)	Valor integralizado (em milhares de reais)
Até 31 de dezembro	2016	11.300.000	11.133.758
Aprovado no exercício	2017	1.158.000	1.032.100
Total em 31 de dezembro	2017	12.458.000	12.165.858
Aprovado no exercício	2018	938.000	844.200
Total em 31 de dezembro	2018	13.396.000	13.010.058
Integralizado no exercício	2019	-	350.600
Total em 31 de dezembro	2019	13.396.000	13.360.658
Integralizado no exercício	2020	-	2.910
Total em 30 de dezembro	2020	13.396.000	13.363.568

Em 22 de novembro de 2019, a FUNCEF integralizou o montante de R\$ 350.600 referente aos aumentos aprovados nas seguintes assembleias: 24^a, 26^a, 30^a, 32^a, 33^a, 34^a, 35^a, 36^a, 37^a, 38^a, 39^a, 40^a, 41^a, 42^a, 43^a e 44^a.

Em 16 de junho de 2016 foi elaborada uma Nota Técnica de Adimplemento da SINOBRAS e em 06 de julho de 2016 na 24^a AGE foi assinado um Termo de Confissão de Dívida da SINOBRAS para regularização do inadimplemento das integralizações. Até 31 de dezembro de 2017 foi quitado o valor total de R\$24.238 referente ao aporte atrasado e até dezembro 2020 foi integralizado R\$ 2.910.

Notas Explicativas Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Patrimônio líquido – continuação

19.1. Capital social - continuação

Em 31 dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a estrutura societária da Companhia é assim representada:

Acionista	Subscrito	31/12/2020			31/12/2019		
		Integralizado	A Integralizar	Participação	Integralizado	A Integralizar	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	2.676.521	2.676.521	-	19,98%	2.676.521	-	19,98%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A- Eletrobras	2.009.400	2.009.400	-	15,00%	2.009.400	-	15,00%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	2.009.400	2.009.400	-	15,00%	2.009.400	-	15,00%
Belo Monte Participações S.A.	1.339.600	1.339.600	-	10,00%	1.339.600	-	10,00%
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	1.339.600	1.339.600	-	10,00%	1.339.600	-	10,00%
Fundação dos Economitários Federais - FUNCEF	1.339.600	1.339.600	-	10,00%	1.339.600	-	10,00%
Amazônia Energia Participações S.A.	1.308.789	1.308.789	-	9,77%	1.308.789	-	9,77%
Aliança Norte Energia Participações S.A.	1.205.640	1.205.640	-	9,00%	1.205.640	-	9,00%
Siderúrgica Norte Brasil S.A. - SINOBRAS	133.960	101.528	32.432	1,00%	98.618	35.342	1,00%
J. Malucelli Energia S.A.	33.490	33.490	-	0,25%	33.490	-	0,25%
	13.396.000	13.363.568	32.432	100,00%	13.360.658	35.342	100,00%

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Patrimônio líquido – continuação

19.2. Reservas

19.2.1. Reserva legal

De acordo com a legislação societária, é constituída Reserva Legal correspondente a 5% do lucro líquido do exercício e após absorção do prejuízo acumulado, até o limite de 20% do capital social. O saldo constituído até 2019 de R\$ 33.546, foi absorvido para compensar parte do prejuízo apurado no exercício de 2020.

19.2.2. Reserva de incentivos fiscais

A MP nº 2.199/14 de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado no Decreto 4.212/2002, um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação. Nesse contexto, a SUDAM, reconhece o direito da Companhia à redução de 75% do Imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração na atividade de geração de energia elétrica. Conforme art. 19 da Lei 12.973/14 parágrafo 3º, a reserva de incentivos fiscais somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou pra aumento de capital. Assim, o saldo constituído até 2019 de R\$ 184.088, foi absorvido para compensar parte do prejuízo apurado no exercício de 2020.

19.2.3. Reserva especial de dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos

Considerando o lucro apurado em 2019 no montante de R\$ 209.628, a Administração da Companhia propôs a constituição de reserva especial relativo ao montante do dividendo mínimo obrigatório de R\$46.160, retidos em reserva especial de dividendos não distribuídos, em conformidade com a legislação societária, de acordo com a Assembleia Geral Ordinária (AGO), conforme disposições estatutárias e de acordo com os parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Conforme parágrafo 5º, os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 4º serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subseqüentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia. Assim, o saldo constituído até 2019 de R\$113.323, foi absorvido para compensar parte do prejuízo apurado no exercício de 2020.

19.2.4. Reserva de retenção de lucros

O lucro apurado em 2019, excedente ao dividendo mínimo obrigatório não distribuído de R\$138.478 foi destinado à constituição da Reserva de Retenção de Lucro, de acordo com a Assembleia Geral Ordinária (AGO), em conformidade com as disposições estatutárias. O saldo constituído até 2019 de R\$339.966, foi absorvido para compensar parte do prejuízo apurado no exercício de 2020.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Patrimônio líquido – continuação

19.2. Reservas - continuação

19.2.5. Dividendos

Conforme estatuto social da Companhia, após a constituição da reserva legal, 25% do lucro líquido remanescente, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, será destinado para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório devido aos acionistas. Considerando que no exercício de 2020 houve apuração de prejuízo no montante de R\$ 860.393, não houve destinação para dividendos.

19.2.6. Resultado por ação

O cálculo do resultado por ação básico é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Até 31 dezembro de 2020, a Companhia não possui títulos de dívidas conversíveis em ações, ações em tesouraria e outros instrumentos para diluição de ações. Também não há ações preferenciais.

Abaixo está demonstrado o resultado por ação:

	31/12/2020	31/12/2019
Média ponderada de ações disponíveis no exercício	13.396.000	13.396.000
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(860.393)	209.628
Lucro líquido (prejuízo) por ação ordinária no exercício – em reais	(0,0642)	0,0156

Notas Explicativas**Norte Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Receita operacional líquida

	2020	2019
Suprimento de energia elétrica (a)	4.503.941	4.315.896
Energia Elétrica de Curto Prazo	633.890	580.029
PIS	(85.716)	(80.793)
COFINS	(394.815)	(372.137)
ICMS	(12.072)	(17.802)
CFURH (b)	(160.998)	(143.245)
Outras deduções da receita	(81.583)	(67.467)
	4.402.647	4.214.481

(a) Os valores faturados da venda de energia estão sendo recebidos conforme contrato, por meio de boleto bancário e/ou depósito em conta corrente. O aumento de receita no exercício é referente a atualização dos preços de venda por índice de preços conforme contratos.

(b) Refere-se à Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH.

21. Custos de venda de energia

	31/12/2020	31/12/2019
Custo de compra de energia (a)	(245.714)	(44.388)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição (b)	(1.034.937)	(773.158)
Serviços de operação e manutenção	(88.519)	(76.063)
	(1.369.170)	(893.609)

(a) Apesar do aumento de receita com energia elétrica de curto prazo observado, o resultado obtido na comercialização dessa energia foi menor em relação ao ano anterior, pois deve-se levar em consideração que houve compra de energia em montante superior no mesmo período.

(b) O aumento nos encargos de transmissão, conexão e distribuição está alinhado à entrada em operação das turbinas, o que demanda disponibilidade das linhas de transmissão.

Notas Explicativas**Norte Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

22. Custos de operação

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(4.191)	(4.466)
Administradores	(1.892)	(70)
Serviços de terceiros	(42.261)	(39.630)
Depreciação e amortização (a)	(1.691.438)	(1.117.242)
Seguros (b)	(320.240)	(362.518)
(Provisão) / Reversões	1.088	25.269
Outros	(20.048)	(19.447)
	(2.078.982)	(1.518.104)

(a) O aumento decorre da entrada em operação das UGs 13 a 18 durante o ano de 2019. Em 2020, estas UGs estão em operação desde o início do exercício.

(b) Refere-se ao prêmio do seguro pelo repasse do risco hidrológico pago à CCEE.

23. Despesas operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(43.561)	(45.192)
Administradores	(6.594)	(6.260)
Materiais	(1.419)	(1.656)
Serviços de terceiros	(33.102)	(35.275)
Depreciação e amortização	(4.617)	(4.059)
Arrendamentos e aluguéis	(3.539)	(4.305)
Seguros	(1.109)	(1.496)
Passagens	(740)	(3.573)
Internet	(1.682)	(1.902)
Provisão	(1.730)	(11.776)
Outros (a)	(6.443)	162.940
	(104.536)	47.446

a) Em 2019, refere-se substancialmente, à reversão de provisão para perdas a adiantamento a fornecedores decorrente do contrato junto a IMPSA.

Notas Explicativas**Norte Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

24. Resultado financeiro, líquido

	31/12/2020	31/12/2019
Juros sobre aplicações financeiras	20.613	34.593
Juros e variações monetárias (a)	85.753	9.638
Outras receitas financeiras (b)	53.051	7.731
Receitas financeiras	159.418	51.962
Juros sobre empréstimos e financiamentos (c)	(1.969.576)	(2.203.254)
(-) Capitalização de empréstimo (d)	-	550.693
Outras despesas financeiras	(55.900)	(39.042)
Despesas financeiras	(2.025.477)	(1.691.603)
Resultado financeiro	(1.866.059)	(1.639.641)

(a) No período foram reconhecidos os juros e atualizações monetárias relativo a integralização em atraso de capital;

(b) Foram revertidos os ajustes a valor presente dos contratos de UBP devido a atualização das taxas de desconto (nota 9).

(c) O valor dos juros é relacionado substancialmente aos encargos dos empréstimos e financiamentos (nota 15);

(d) A capitalização dos juros sobre empréstimos e financiamentos segue o contexto econômico, alinhado à evolução gradual de ativação das turbinas, conforme CPC 20 (R1) e IAS 23, que versa sobre a cessação da capitalização destes custos quando a entidade completa a construção de um ativo qualificável em partes e cada parte pode ser utilizada durante a construção das demais. Em 2020 não há capitalização de juros devido a entrada em plena operação da UHE Belo Monte ao final do exercício de 2019.

Notas Explicativas**Norte Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

25. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda corrente e diferido é apurado conforme sistemática do lucro real com base nos resultados tributáveis, às alíquotas explicitadas na legislação vigente de 15%, adicionada de 10% sobre a base tributável que ultrapassar R\$ 240 anuais, já a contribuição social evidenciada no resultado da Companhia é obtida com base nos resultados tributáveis, através da aplicação da alíquota de 9%.

A Administração ajustou o saldo das contas de prejuízo fiscal e IRPJ diferido (ativo e passivo) pela alíquota efetiva de 6,25%, bem como começou utilizar essa alíquota para registrar novas movimentações dos tributos diferidos. Essa mudança decorre da utilização do benefício de redução de 75% do IRPJ (SUDAM – Lucro da Exploração), vigente até 2027.

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	31/12/2020		31/12/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	(1.016.100)	(1.016.100)	210.573	210.573
Alíquota do IRPJ e CSLL	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal – 34%	254.025	91.449	(52.643)	(18.952)
Efeitos tributários permanentes	(630)	(227)	(1.473)	(533)
Efeitos tributários temporários	(106.224)	(40.939)	39.607	19.489
Lucro da exploração	-	-	14.509	-
Prejuízo fiscal/Base negativa do período	(147.171)	(50.283)	-	(4)
IRPJ e CSLL correntes	-	-	-	-
Base do IRPJ e CSLL diferido	(1.013.581)	(1.013.580)	158.428	216.544
IRPJ e CSLL - 15,25%	(63.349)	(91.222)	(9.902)	(19.489)
Outros	(1.654)	518	24.617	3.829
Imposto de renda e contribuição social diferido	(65.003)	(90.704)	14.715	(15.660)
Total	(155.707)		(945)	

Notas Explicativas**Norte Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

25. Imposto de renda e contribuição social – continuação**(b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos**

	31/12/2020		31/12/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	66.270	66.270	67.358	67.358
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	22.624	22.624	20.895	20.895
Provisão de PIS/COFINS – receita não faturada	9.066	9.066	-	-
Provisão PLR folha	4.413	4.413	3.986	3.986
Provisões para compra de energia elétrica	382.225	382.225	254.985	254.985
Diferenças temporárias	484.598	484.598	347.224	347.224
Alíquota	6,25%	9%	6,25%	9%
Base de cálculo IRPJ e CSLL diferidos	30.287	43.614	21.701	31.250
Prejuízo fiscal IRPJ e Base negativa CSLL	1.049.429	1.063.311	460.745	496.280
Alíquota	6,25%	9%	6,25%	9,00%
IR e CS s/ Prejuízo fiscal e Base negativa	65.589	95.698	28.797	44.665
Total	235.188		126.413	

Movimentação do ativo fiscal diferido:

Saldo ativo em 31/12/2018	313.421
Constituição do exercício	33.784
Ajuste dos saldos pela alíquota efetiva	(171.086)
Realização do exercício	(49.705)
Saldo ativo em 31/12/2019	126.413
Constituição do período	108.941
Realização do período	(167)
Saldo ativo em 31/12/2020	235.188

Notas Explicativas**Norte Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

25. Imposto de renda e contribuição social – continuação**(c) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos**

	31/12/2020		31/12/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Juros capitalizados	(621.366)	(1.409.605)	(636.191)	(1.413.869)
Provisão energia elétrica	(98.015)	(98.015)	(397.170)	(397.170)
Diferenças temporárias passivas	(719.381)	(1.507.620)	(1.033.361)	(1.811.039)
Alíquota	6,25%	9,00%	6,25%	9,00%
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(44.961)	(135.686)	(64.585)	(162.994)
Total	(180.647)		(227.579)	

Movimentação do passivo fiscal diferido:

Saldo passivo em 31/12/2018	(413.643)
Constituição do exercício	(101.929)
Realização do exercício	96.384
Ajuste pela alíquota efetiva	191.609
Saldo passivo em 31/12/2019	(227.579)
Realização do período	46.932
Saldo passivo em 31/12/2020	(180.647)

A composição do imposto diferido ativo (passivo) líquido é apresentada da seguinte forma:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo fiscal diferido	235.188	126.413
Passivo fiscal diferido	(180.647)	(227.579)
Imposto de renda diferido ativo (passivo), líquido	54.541	(101.166)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativos) resultantes dos prejuízos fiscais e base negativa foram registrados com base na probabilidade de realização, por meio de lucros tributáveis futuros, oriundos das operações de venda de energia. Tal probabilidade baseou-se no estudo elaborado pela Administração (plano de negócios e *impairment*), de forma que a expectativa é de começar o aproveitamento fiscal dos prejuízos acumulados em 2024.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (passivos) decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que estas sejam liquidadas ou realizadas. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

25. Imposto de renda e contribuição social – continuação

(d) Cronograma de realização do imposto diferido líquido--Continuação:

	Ativo	Passivo	Valor líquido
2021	62.604	(21.289)	41.315
2022	2.259	(6.341)	(4.082)
2023	2.259	(6.341)	(4.082)
2024	5.620	(6.341)	(721)
2025 em diante	162.446	(140.335)	22.111
	235.188	(180.647)	54.541

(e) Incentivos Fiscais:

A Medida Provisória 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, estabelece que terão direito à redução do 75% do IRPJ e adicionais calculados com base no Lucro da Exploração as pessoas jurídicas que tenham projeto para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia prioritários para o desenvolvimento e estejam situadas nas regiões de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Por meio dos laudos constitutivos n.º 153/2017 e n.º 154/2017, a SUDAM aprovou o direito da Companhia ao benefício fiscal de redução de 75% do imposto sobre renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração da atividade de geração de energia elétrica, enquadrada no setor de infraestrutura, considerado prioritário para fins do benefício, conforme Decreto 4.212, de 26 de abril de 2002, para os seguintes empreendimentos:

UHE Belo Monte: Laudo Constitutivo n.º 153/2017 - Fruição do Incentivo: 2018 a 2027;

UHE Pimental: Laudo Constitutivo n.º 154/2017 – Fruição do Incentivo: 2017 a 2026.

Os pedidos de reconhecimento dos incentivos correspondentes aos Laudos Constitutivos mencionados foram protocolizados na Receita Federal do Brasil (RFB) em 20/02/2018. Em 12/09/2018, através do Despacho Decisório 0739/2018 - Diort/DRF-Brasília/DF, a Receita formalizou o deferimento do pedido de reconhecimento do incentivo de redução de imposto de renda correspondente ao Laudo Constitutivo da UHE Pimental.

No entanto, no tocante a UHE Belo Monte, em 20/06/2018, expirou o prazo de 120 dias para que a Receita Federal do Brasil notificasse a Companhia de decisão contrária ao pedido efetuado. Conforme artigo 3º §2 do Decreto 4.212/2002. Dessa forma, após expirado o prazo da RFB, a Companhia, para fins legais, encontra-se em pleno gozo da redução, para o período de fruição do incentivo. Neste contexto, a Companhia iniciou, a partir do ano-calendário 2018, o aproveitamento do incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda, vigente pelo período de 10 anos, conforme indicado em laudo constitutivo.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

26. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa ao seu fluxo normal por qualquer um dos fatores de riscos abaixo:

(a) Riscos

A Companhia iniciou sua operação comercial e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

(i) Risco de crédito

No ano de 2016 a Norte Energia iniciou sua operação comercial. Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado (leilões), de volume de venda de energia realizada com seus acionistas (autoprodutores) ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutor) entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno de capital compatível ao risco, sem concentrar sua exposição a um ente específico.

No período, a Companhia possui o saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 4.419 (provisão de R\$ 5.506 em 31/12/2019) decorrente da estimativa de perdas esperadas dos recebíveis, com base no coeficiente de inadimplência obtido pela média histórica ponderada pelo faturamento médio do período de 2016 a dezembro de 2020. (nota 5).

(ii) Risco de mercado

As receitas de energia obtidas no Ambiente de Contratação Regulada - ACR e de Autoprodutores de Energia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, com base na variação do IPCA.

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 80% de seus compromissos contratuais estão atrelados ao índice de preço (IPCA), bem como seus contratos de venda de energia são pactuados no ACR e APE conforme citado, gerando um casamento de indexadores entre receitas e custos/despesas. Além disso, a Companhia obtém receitas de venda de energia no mercado de curto prazo, onde os preços são definidos em leilão com contratos bilaterais ou por meio de liquidação a preço de mercado junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

26. Instrumentos financeiros – continuação

(a) Riscos – continuação

(ii) Risco de mercado – continuação

No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia já contratou os empréstimos para financiamento do projeto pelo BNDES, com as seguintes condições: prazo de 30 anos, taxa de juros de 5,5% a.a. (linha - PSI), TJLP + 2,25% (FINEM - Direto) e TJLP + 2,65% (FINEM - Indireto). As condições desses financiamentos são majoritariamente atreladas a juros pré-fixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

Em 15 de maio de 2020 a Companhia concluiu a sua 1ª emissão pública de debêntures, foram emitidas 700.000 debêntures, totalizando R\$ 700.000. O prazo de vigência das debêntures é de 10 anos, sendo o vencimento em 15 de maio de 2030, com remuneração à taxa de IPCA + 7,25% ao ano (nota 15).

(iii) Risco de liquidez

A principal fonte de recursos da Companhia é proveniente de sua comercialização de energia elétrica. Adicionalmente, outra origem de recursos utilizada foram os aportes de capital realizados de Acionistas. O quadro de Acionistas é formado por empresas líderes em seus respectivos setores, tais como elétrico, mineração, fundos de pensão e siderurgia. Além disso, o prazo das aplicações financeiras respeita as necessidades previstas no Plano de Negócios da Companhia e nenhum ativo investido pela Companhia extrapola a carência máxima de 90 dias.

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 160.351 em 31 de dezembro de 2020. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos para a conclusão da UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras, por aportes de acionistas e/ou captação de financiamentos bancários.

A seguir estão apresentados os vencimentos contábeis dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Valor	Fluxo	Até	1 a 2	2 a 3	3 a 4	4 a 5	Mais de
31 dezembro de 2020	Contábil	Contratual	12 meses	anos	anos	anos	anos	5 anos
BNDES Direto FINEM	12.352.521	22.834.634	1.083.066	1.083.066	1.083.066	1.083.066	1.083.066	17.419.304
BNDES Indireto	11.895.395	22.666.815	1.075.106	1.075.106	1.075.106	1.075.106	1.075.106	17.291.285
BNDES PSI	4.016.517	6.578.848	324.881	324.881	324.881	324.881	324.881	4.954.443
Debêntures	729.497	1.330.911	52.212	54.501	113.671	180.597	197.728	732.202
Total	28.993.930	53.411.208	2.535.265	2.537.554	2.596.724	2.663.650	2.680.781	40.397.234

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

26. Instrumentos financeiros – continuação

(a) Riscos – continuação

(iv) Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia é proveniente da produção por usina hidrelétrica, a qual depende de reservatório. Caso haja períodos prolongados de escassez de chuva resultando em redução do volume de água do reservatório da usina, a Companhia incorrerá em custos maiores para aquisição de energia de outras fontes, como a térmica, por exemplo. Além disso, pode haver redução de receita.

Com vistas a mitigar esse risco a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico nos termos da Resolução Normativa nº 684/2015 emitida pela ANEEL, por meio do produto de repactuação SPR 100 que protege os 70% de sua energia destinada ao Ambiente de Contratação Regulada. O risco hidrológico, constituído pela insuficiência de geração do MRE, passou a ser transferido aos consumidores a partir de janeiro de 2018 até o final do período de concessão, no montante de 10% do preço da energia nos contratos regulados. O risco possui como contrapartida o pagamento de prêmio, consubstanciado em uma fórmula que leva em consideração o montante da energia repactuada, o produto de repactuação que confere proteção ao risco hidrológico é da classe SPR. A Norte Energia transfere ao consumidor a energia secundária e o risco de redução da garantia física. A Companhia não suportará risco de insuficiência de geração.

(b) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os Acionistas.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Notas Explicativas**Norte Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

26. Instrumentos financeiros – continuação**(c) Hierarquia de valor justo**

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 - Instrumentos Financeiros – Evidenciação e IFRS 7 são apresentados conforme tabela abaixo. Os diferentes níveis são definidos como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	31/12/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:				
Recursos em banco e em caixa	264	-	-	264
Depósitos bancários de curto prazo	-	1.105.895	-	1.105.895
	264	1.105.895	-	1.106.159

	31/12/2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:				
Recursos em banco e em caixa	98	-	-	98
Depósitos bancários de curto prazo	-	194.049	-	194.049
Aplicações financeiras		30	-	30
	98	194.079	-	194.177

Notas Explicativas**Norte Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

26. Instrumentos financeiros – continuação**(d) Instrumentos financeiros por categoria**

Ativos financeiros	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total em 31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.106.159	1.106.159
Contas a receber	515.323	-	515.323
Passivos financeiros			
Fornecedores	588.649	-	588.649
Empréstimos, financiamentos e debêntures	28.264.432	-	28.264.432
Partes relacionadas	37.774	-	37.774
Arrendamentos	5.023	-	5.023

Ativos financeiros	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total em 31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	-	194.147	194.147
Aplicações financeiras	-	30	30
Contas a receber	638.593	-	638.593
Passivos financeiros			
Fornecedores	620.052	-	620.052
Empréstimos e financiamentos	28.078.871	-	28.078.871
Adiantamento de clientes	183.336	-	183.336
Partes relacionadas	28.772	-	28.772
Arrendamentos	3.351	-	3.351

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

27. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O endividamento total da Companhia está subdividido em três linhas de crédito junto ao BNDES: BNDES Direto, BNDES Indireto (repassadores) e BNDES PSI. Além disso, também existe uma série de Debêntures.

As linhas BNDES Direto e BNDES Indireto são indexadas, exclusivamente, à Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). Já a linha BNDES PSI está atrelada à taxa pré-fixada em 5,5% ao ano. E as Debêntures estão indexadas ao IPCA.

As debêntures estão apresentadas sem as deduções com gastos na emissão.

	(em milhões de reais)			
	<u>31/12/2020</u>	%	<u>31/12/2019</u>	%
BNDES Direto	12.353	42,6%	12.060	43,0%
BNDES Indireto	11.895	41,0%	11.588	41,3%
BNDES PSI	4.017	13,9%	4.124	14,7%
Debêntures	729	2,5%	-	0,0%
Notas Promissórias	-	0,0%	307	1,1%
	<u>28.994</u>		<u>28.079</u>	

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TJLP, índice de reajuste dos contratos de financiamento junto ao BNDES. Contudo, uma parcela do financiamento está atrelada à taxa de juros pré-fixada de 5,5% a.a., linha FINAME – PSI.

Os CPCs 39, 40 e 48 dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Além disso, a Instrução CVM nº 475/08 da CVM exige a apresentação de dois cenários específicos, sendo que tais cenários consideram uma situação de deterioração de 25% e 50% em relação à situação provável.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta com o BNDES na data base de 31 dezembro de 2020, foram definidos 3 cenários diferentes, considerando somente a parcela do financiamento atrelada a indexador pós-fixado (TJLP). Com base nos valores da TJLP vigentes em 31 dezembro de 2020, foi definido o cenário provável para os próximos 12 meses e, a partir deste, calculadas variações de deterioração de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2020.

A data base utilizada para os financiamentos foi 31 dezembro de 2020 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

Notas Explicativas**Norte Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

27. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros – continuação

	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Financiamento - BNDES (pós-fixado)		23.711.092	23.789.408	23.995.796
Taxa sujeita à variação	TJLP + Spread	4,55% + 2,46%	5,69% + 2,46%	6,83% + 2,46%
Despesa Financeira Projetada		1.621.347	1.878.337	2.144.092
Variação - R\$		-	256.990	522.745

	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Financiamento - BNDES (Integral)	Pré-fixado	3.903.640	3.903.640	3.903.640
Taxa sujeita à variação		5,50%	5,50%	5,50%
Despesa Financeira Projetada		212.005	212.005	212.005
Variação - R\$		-	-	-

	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Financiamento - BNDES (Integral)	TJLP+ Spread(a)+ Pré	27.614.732	27.693.048	27.899.436
Despesa Financeira Projetada		1.833.352	2.090.341	2.356.097
Variação - R\$		-	256.989	522.745

	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Financiamento – Debêntures (pós-fixado)		755.527	761.726	767.923
Taxa sujeita à variação	IPCA + Spread	7,25% + 3,54%	7,25% + 4,43%	7,25% + 5,31%
Despesa Financeira Projetada		78.242	84.703	91.162
Variação - R\$		-	6.461	12.920

O ativo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação do CDI. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI, adotando a data base de 31 dezembro de 2020, foram definidos 3 cenários diferentes, projetados para o período de 12 meses, com base nos valores do CDI vigentes em 31 dezembro de 2020, sendo definido o cenário provável para os próximos 12 meses e, a partir deste, calculadas variações de deterioração de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Aplicações		1.105.895	1.105.895	1.105.895
Taxa sujeita à variação	CDI	1,90%	1,43%	0,95%
Receita Financeira Projetada		21.012	15.759	10.506
Variação - R\$		-	(5.253)	(10.506)

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

28. Cobertura de seguros

A Companhia é contratante de gestora dos seguintes seguros:

- (a) Riscos operacionais e lucros cessantes - BI;
- (b) Responsabilidade civil de terceiros, de funcionários próprios;
- (c) Responsabilidade civil de administradores;
- (d) Frota de veículos; e
- (e) Patrimonial (escritórios Altamira e Brasília)

Composição:

Em milhares de reais					
Seguradora	Risco	Cobertura	Prêmio	Amortização Mensal	Vigência
MAPFRE	Operacionais e Lucros Cessantes	2.000.000	48.236	4.019	12/20 a 12/21
CHUUB	Resp. Civil (Operações)	150.000	1.037	86	12/20 a 12/21
AIG / HGI	Resp. Civil (D&O)	200.000	997	87	02/20 a 02/21
PORTO	Veículos	1.000	55	5	03/20 a 03/21
FAIRFAX	Patrimonial	30.000	9	0,8	01/20 a 01/21

Em dezembro/2019, a Companhia contratou a MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., líder do Painel de Seguros, a qual emitiu o certificado de seguro Patrimonial da UHE Belo Monte, contendo as coberturas acima relacionadas, bem como apólice patrimonial com vigência de 10 de dezembro de 2020 a 10 de dezembro de 2021.

O valor total em risco atualizado para a apólice Patrimonial de Riscos Operacionais e Lucros Cessantes é de aproximadamente R\$ 23,849 bilhões com limite máximo de indenização por cobertura nos seguintes montantes:

- Cobertura para Riscos Operacionais: R\$ 2 bilhões (cobertura principal);
- Cobertura para Responsabilidade Civil Operações: R\$ 300 milhões (cobertura Adicional de quebra de máquinas);

O limite máximo de indenização agregado para sinistro envolvendo mais de uma seção é de R\$ 2 bilhões.

Quanto a resseguro, vale destacar que todas as resseguradoras estão entre as líderes de cada um de seus mercados e todas possuem rating mínimo de "A", tendo como líderes do Painel de Resseguro o IRB – Instituto de Resseguros do Brasil e a Munich Re, líderes no Brasil e mundial.

A Companhia também contratou junto à CHUBB SEGUROS BRASIL S.A. 2 apólices de seguros com cobertura para reclamações de terceiros e funcionários da Companhia decorrentes da Responsabilidade Civil de Operações da UHE Belo Monte por danos materiais, corporais e morais, com Limite Máximo de Indenização de R\$ 150 milhões com vigência de 10 de dezembro de 2020 a 10 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

28. Cobertura de seguros - continuação

Desde 2011 a Companhia conta com seguro de responsabilidade civil para os seus administradores (D&O). Atualmente, a Companhia contratou a AIG SEGUROS BRASIL S.A e a HDI GLOBAL SEGUROS S.A duas apólices (com Limite Máximo Garantido de R\$ 100 milhões que está com AIG e outros R\$ 100 milhões em excesso com a HDI) que de forma agregada cobrem um Limite Máximo de Garantido de R\$ 200 milhões, com vigência de 02 de fevereiro de 2020 a 02 de fevereiro de 2021.

29. Compromissos

Compromissos firmados:

Os valores abaixo referem-se aos principais contratos da Companhia ligados diretamente à construção da Usina e estão demonstrados por valores originais contratados, atualizações e reajustes (posição em 31 dezembro de 2020).

	Valor do contrato	Valores incorridos	Saldo dos contratos
Construção (CCBM e outros) (a)	19.784.036	19.760.540	23.496
Fornecimento (Consórcio ELM e outros) (b)	5.781.628	5.771.684	9.944
Montagem (CMBM e outros) (c)	2.020.942	2.019.237	1.705
Serviços de operação e Manutenção (d)	3.052.806	427.927	2.624.879
Seguros	100.949	53.365	47.584
	30.740.361	28.032.753	2.707.608

- (a) Em 31 dezembro de 2020, a Companhia detinha contratos de construção no valor de R\$19.784.036 com o Consórcio Construtor Belo Monte - CCBM, responsável pela construção da Usina. Esse contrato é corrigido conforme cláusula contratual com data base maio de 2010.

Os contratos de fornecimento de Cimento, Pozolana e Aço foram finalizados em novembro de 2019, restando pendente somente o Contrato do CCBM vigente, com saldo a pagar.

Em 01 de fevereiro de 2019, foi assinado o 5º termo aditivo com o CCBM, transferindo algumas obrigações do CCBM para a Norte Energia e aditando o prazo contratual.

- (b) Em junho de 2010, foi assinado o contrato com o Consórcio ELM para o fornecimento de equipamentos eletromecânicos para a UHE Belo Monte e UHE Pimental no valor total básico de R\$ 4.380.249 (P0), durante o período houve assinatura de aditivo contratual com o referido consórcio em substituição ao consórcio IMPSA, já incluso no valor total.

Em 25 de março de 2019, foi assinado o Nono Termo Aditivo ao Contrato DFM-F-001/2011 – Consórcio ELM, alterando o valor de R\$ 4.380.249 (P0) para R\$ 4.429.185 (P0), referente a extensão dos prazos de serviços de supervisão de montagem e de comissionamento.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

29. Compromissos – continuação

- (c) Em fevereiro de 2014 a Companhia detinha contratos de montagem no valor base de R\$ 1.260.603 (P0) sendo R\$ 1.038.843 (P0) com o Consórcio Montador de Belo Monte – CMBM, responsável pela montagem eletromecânica dos equipamentos e sistemas eletromecânicos e apoio ao comissionamento da UHE Belo Monte.

Em 2015 foi assinado o 1º Aditivo promovendo a substituição dos Anexos 3 e 16 e a regularização dos Termos de Reconhecimento e Confissão de Dívida. Em 2016 foi assinado o 2º Aditivo alterando o valor do Contrato em função da extinção do benefício fiscal do REIDI, passando seu valor de R\$ 1.038.843 para R\$ 1.106.739 – base abril/2013. A Companhia ajuizou ação com o intuito de obter provimento judicial para delimitação da sua responsabilidade em relação ao CMBM, por prejuízos financeiros supostamente verificados na execução do contrato de prestação de serviços, firmado em 2014.

Em 2017, a Companhia efetuou um depósito judicial no valor de R\$52.961 a título de cumprimento de liminar referente a apelação contra sentença que extinguiu a ação declaratória, com pedido de tutela provisória, sem resolução de mérito. Foi assinada a Escritura Pública de Acordo relativa ao débito para com o CMBM no valor de R\$ 54.855, definindo os prazos para sua liquidação em 2 parcelas de R\$ 27.427. Também foi assinado o Memorando de Entendimentos (MDE) visando a rescisão amigável do contrato contendo os procedimentos para substituição progressiva por outro contratado. Algumas controvérsias, porém, foram ressalvadas como passíveis de serem discutidas no âmbito de Arbitragem, nos termos da Cláusula 5ª do MDE.

Em 23 de maio de 2017 foi requerido pelo CMBM a instituição de Procedimento Arbitral na Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI), por meio do qual solicita o pagamento de R\$640,2 milhões por desequilíbrio-econômico financeiro do Contrato para a Montagem Eletromecânica dos equipamentos e sistemas da UHE Belo Monte. A NESAs, em resposta ao requerimento de arbitragem, apresentou em 06 de setembro de 2017 a sua resposta com pedido contraposto (Reconvenção), cujo valor atinge cerca de R\$ 500,5 milhões. Cada parte apresentou as suas alegações iniciais em 02 de abril de 2018.

Em 06 de agosto de 2018, as partes especificaram as provas que pretendem produzir com os respectivos prazos para cada prova (laudos técnicos, pareceres jurídicos e demais documentos) e apresentaram o rol das testemunhas que desejam ouvir na audiência prevista para 2019. Em 01 de outubro de 2018, o CMBM apresentou novos pedidos com valor adicional de cerca de R\$ 21,8 milhões decorrente de divergência no preço de venda dos equipamentos do montador e seus reflexos dentre outros, elevando o valor de seus pleitos para R\$ 640,2 milhões.

Em 2019, após diversas etapas do processo de arbitragem e oitivas de testemunhas, onde cada parte apresentou documentos relativos às alegações e solicitações de perícias. Em 20/09/2019 as Partes encaminharam conjuntamente ao Tribunal Arbitral a versão revisada da estenotipia da audiência e na mesma data a NESAs apresentou parecer técnico elaborado por profissional especializado e laudo de perícia de constatação dos equipamentos adquiridos pela NESAs durante a transição do montador.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

29. Compromissos – continuação

No segundo semestre de 2020 as partes se manifestaram por meio de laudos econômicos-contábeis para apreciação do juízo. O processo ainda está em andamento e a Câmara de Arbitragem ainda divulgará a decisão em momento oportuno.

- (d) Em 29 de outubro de 2015, foi assinado o contrato com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“ELETRONORTE”) para prestação do serviço de operação e manutenção da usina no valor base de R\$ 1.880.863 (P0).

Venda de energia contratada:

Os valores abaixo referem-se aos contratos de venda de energia (70% no mercado regulado e 10% para os autoprodutores) da Companhia na data base das contratações.

	Quantidade MWh	Valor
2021	32.034	4.327.735
2022	32.034	4.479.206
2023	32.034	4.624.780
2024	32.121	4.788.168
a partir de 2025	640.671	98.605.511
	768.894	116.825.400

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

30. Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

a) Antecedentes

A partir de 2009, as autoridades federais brasileiras iniciaram uma investigação chamada "Lava Jato", destinada a apurar organizações criminosas envolvidas em lavagem de dinheiro. A operação Lava Jato evoluiu significativamente e envolve inúmeras investigações sobre várias práticas criminosas com foco em crimes cometidos por indivíduos e organizações no Brasil. A partir de 2014, o Ministério Público Federal focou parte da investigação em irregularidades envolvendo empreiteiros, fornecedores e empresas estatais e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos.

No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo alguns dos empreiteiros e fornecedores da Eletrobras, bem como alguns empreiteiros e fornecedores de alguns dos investimentos em SPE's - Entidades de Propósito Específico da Eletrobras envolvidos na construção de usinas de geração, entre essas SPE's a Norte Energia S.A - UHE Belo Monte. Essa investigação ainda está em curso por parte do Ministério Público Federal.

Como resposta às alegações de possíveis atividades ilegais que apareceram nos meios de comunicação em 2015 relativas a empresas que prestavam serviços para SPE's da Eletrobras, mesmo não sendo demandado por qualquer entidade reguladora a fazê-lo, o Conselho de Administração da Eletrobras contratou o escritório de advocacia Hogan Lovells US LLP para realizar uma investigação interna independente com o propósito de avaliar a eventual existência de irregularidades, incluindo violações da "U.S. Foreign Corruption Practice Act" (FCPA), a Lei Anticorrupção brasileira e código de ética da Eletrobras incluindo a Norte Energia no escopo de análise da "Investigação Independente".

Essa investigação independente estava sujeita à supervisão de uma comissão que foi criada e aprovada pelo Conselho de Administração da Eletrobras, em 31 de julho de 2015. A comissão foi composta por Dra. Ellen Gracie Northfleet, juíza aposentada do Supremo Tribunal Federal, Dr. Durval José Soledade Santos, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Dr. Manoel Jeremias Leite Caldas, representante dos acionistas minoritários (a "Comissão Independente").

b) Resumo das conclusões da Investigação Independente

O relatório final da Investigação Independente considerou o conteúdo de delações premiadas e concluiu que certos contratos com alguns empreiteiros e fornecedores do projeto UHE Belo Monte contém sobrepreço estimado em 1%, mais algumas outras estimativas de montantes fixos determinados, no contexto de eventuais subornos e atividades de manipulação de propostas, consideradas de natureza ilícita, com impacto nas informações contábeis da Norte Energia.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

30. Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos – continuação

Os impactos e conclusões do inquérito sobre as informações contábeis, tomadas a partir dos relatórios finais da Investigação Independente são apresentados a seguir no item "impactos sobre as informações contábeis".

c) Impactos sobre as informações contábeis

Para avaliar os impactos a serem reconhecidos ou divulgados nas informações contábeis da Norte Energia, a Administração levou em consideração as conclusões e resultados identificados pela Investigação Independente, conforme manifestação e encaminhamento para Conselho Fiscal e AGE e autorização para conclusão das demonstrações financeiras de 2015.

A Norte Energia entende que, de acordo com norma internacional de contabilidade IAS 16 - Ativo e Equipamentos, os montantes atribuíveis ao eventual superfaturamento devido a subornos e/ ou para licitações fraudulentas e atividades consideradas de natureza ilícita não deveriam ter sido incluídos no custo histórico de seus ativos, partindo da premissa que não são custos atribuíveis aos ativos da Companhia.

Dessa forma, em 2015, a Norte Energia baixou o total de R\$ 183.000 do custo do empreendimento, incluindo juros e mão de obra própria capitalizados, que representam valores estimados em excesso para a aquisição de máquinas, equipamentos, serviços, encargos capitalizados e despesas administrativas.

Os ajustes decorrentes da investigação mencionada acima foram integralmente reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a Operação *Buona Fortuna*, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli.

A Companhia entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos adicionais de investigação interna independente aos que já foram efetuados.

Notas Explicativas

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

31. Efeitos do COVID-19

Em razão da propagação da transmissão do COVID-19 e dos impactos econômico-financeiros advindos, dentre eles a redução do número de pessoas em circulação, a Companhia, certa da responsabilidade com a saúde e segurança dos seus colaboradores, parceiros, clientes e comunidade, suspendeu temporariamente o acesso aos escritórios, sendo a matriz completamente fechada, adotando-se o regime de Home Office, As unidades no Pará foram fechadas parcialmente, sendo permitido o acesso somente a pessoas estritamente necessárias à operação da Usina.

Além disso, a Companhia executou algumas ações para administrar possíveis impactos financeiros, dentre elas i) a Companhia tem dialogado junto aos seus fornecedores e clientes para manter o fluxo de caixa saudável, como fruto disto tem economizado com gastos administrativos e serviços prestados por consultorias que podem ser postergados; ii) acompanhamento contínuo de seus recebimentos já registrados referentes à venda de energia, desta forma tem evitado a inadimplência dos recebíveis; iii) conseguiu a utilização das medidas de proteção à empresas propostas pelo BNDES e iv) a Companhia tem realizado leilões da energia do ACL para mitigar o risco a exposição do PLD.

Importante registrar ainda a contribuição da Companhia para o enfrentamento à pandemia no entorno da Usina Hidrelétrica Belo Monte, materializada em destinações de recursos que somam mais de R\$6 milhões para apoio ao sistema de saúde pública, visando reforçar a estrutura de atendimento à comunidade de Altamira e municípios da região sudeste do Pará, e à Funai, para proteção das comunidades indígenas do Médio Xingu.

Dentre essas, destacam-se 375 mil equipamentos de proteção individual (EPIs), 10 leitos de UTI completos e mais de 21 mil testes para detecção da Covid-19, entregues ao 10º Centro Regional da Secretaria Estadual de Saúde Pública do Pará (SESPA), que atende 9 municípios da região, além da destinação de 1.500 cestas básicas, totalizando 126 toneladas de alimentos, de forma a contribuir com a proteção das comunidades indígenas do Médio Xingu em suas aldeias, conforme orientação do Plano de Contingência da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) para o período da pandemia, e em acordo com a Portaria 419/2020 da Funai.

A partir de agosto de 2020 a Companhia, adotando todas as medidas de segurança, retornou às atividades presenciais em todos os escritórios. Os colaboradores estão sendo testados periodicamente para verificação de possível contaminação.

Caso haja novo surto de contaminação a Companhia irá reavaliar os protocolos de segurança e a possível necessidade de retorno ao regime de *Home Office*.

* * *

Orçamento de Capital e Usos e Fontes

31 de dezembro 2020

ORÇAMENTO DE CAPITAL 2021

Conta (R\$ mil)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
GASTOS CAPEX	(77.465)	(40.144)	(54.962)	(47.425)	(47.657)	(47.292)	(52.916)	(48.607)	(49.755)	(46.938)	(44.800)	(42.250)	(600.211)
Construção	(21.637)	(2.071)	(2.291)	(811)	(2.139)	(2.199)	(2.219)	(2.219)	(1.936)	(1.936)	(955)	(923)	(41.334)
Fornecimento e Montagem	(20.356)	(3.880)	(3.988)	(3.907)	(2.920)	(2.923)	(2.923)	(2.927)	(2.923)	(2.927)	(2.922)	(4.925)	(57.520)
PDRS Xingu	(2.083)	(2.083)	(2.083)	(2.083)	(2.083)	(2.083)	(2.083)	(2.083)	(2.083)	(2.083)	(2.083)	(2.083)	(25.000)
Socioambiental	(24.215)	(22.361)	(26.062)	(24.736)	(25.214)	(25.964)	(31.900)	(27.793)	(29.738)	(27.027)	(25.950)	(24.894)	(315.851)
Pessoal (Capex)	(1.937)	(2.099)	(1.979)	(1.839)	(1.799)	(1.935)	(1.685)	(1.697)	(1.683)	(1.673)	(1.671)	(1.735)	(21.733)
Ativos Administrativos	(339)	(1.042)	(8.042)	(2.114)	(1.186)	(636)	(586)	(636)	(189)	(189)	(189)	(189)	(15.335)
Outros Ativos	(5.035)	(4.741)	(8.650)	(10.069)	(10.448)	(9.684)	(9.654)	(9.384)	(9.337)	(9.237)	(9.163)	(5.635)	(101.038)
Térmica	(100)	(100)	(100)	(100)	(100)	(100)	(100)	(100)	(100)	(100)	(100)	(100)	(1.200)
Energia Solar	(100)	(100)	(100)	(100)	(100)	(100)	(100)	(100)	(100)	(100)	(100)	(100)	(1.200)
Material em Depósito	(1.663)	(1.667)	(1.667)	(1.667)	(1.667)	(1.667)	(1.667)	(1.667)	(1.667)	(1.667)	(1.667)	(1.667)	(20.000)

USOS E FONTES 2021

Usos e Fontes - R\$ Mil	2021
Saldo Inicial	1.106.158
Caixa e Bancos	992.170
Aplicações Financeiras	113.989
FONTES	5.682.064
(+) Receita ACR	3.872.529
(+) Receita ACL	947.728
(+) Receita Auto Produtor	698.899
(+) Receitas Financeiras Caixa Excedente	12.768
(+) Captações	0
(+) Necessidade de Recursos	0
(+) Transferência Conta Reserva	150.140
USOS	-6.496.469
(-) Compra de Energia Elétrica	-386.710
(-) Encargos de transmissão, conexão e distribuição	-1.175.488
(-) Custo de Manutenção da Usina	-83.991
(-) Pagamentos Outros	-946.596
(-) PIS COFINS e ISS	-232.713
(-) ICMS	0
(-) IR & CS	0
(-) IRRF , INSS & FGTS (Tributos a Recolher)	0
(-) Pessoal	-73.256
(-) UBP	-27.770
(-) Investimentos	-606.007
(-) Despesas Financeiras	-1.870.541
(+) Amortização Principal	-657.911
(-) Redução de Capital	0
(-) JSCP	0
(-) Dividendos	0
(-) Transferência Conta Reserva	-435.486
(=) Fluxo de Caixa do Período	-814.405
(=) Saldo Inicial	1.106.158
(+-) Fluxo de Caixa do Período	-814.405
(=) Saldo Final de Caixa Acumulado	291.753

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Norte Energia S.A.

Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Norte Energia S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperação do valor de ativos intangíveis e imobilizados (impairment)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) e IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Companhia é responsável, para cada período de reporte, por avaliar se existe alguma indicação de que ativos imobilizados e/ou intangíveis de vida útil definida, possam ter seus saldos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação no uso normal de suas operações. Uma vez que foram detectados tais indicadores na Companhia, o teste de recuperabilidade desses ativos foi requerido, através da determinação do seu valor recuperável em uso. Conforme as notas explicativas 2.18, 3.1.3, 8 e 9 às demonstrações financeiras, os saldos de ativos imobilizado e intangível em 31 de dezembro de 2020, cujos valores totais montam em R\$ 42.083.938 mil, foram submetidos pela Administração da Companhia a teste de valor recuperável (impairment). Devido ao significativo julgamento envolvido na definição das premissas para cálculo do valor recuperável da unidade geradora de caixa, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos com o apoio de especialistas: (i) avaliamos a aderência da metodologia empregada pela Administração da Companhia para o cálculo do valor recuperável com relação aos requerimentos do CPC 01 (R1) e IAS 36; (ii) avaliamos as premissas utilizadas pela Administração da Companhia na determinação do valor recuperável em uso; (iii) realizamos recálculo independente, sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (iv) avaliamos se as divulgações associadas relevantes foram efetuadas às demonstrações financeiras conforme aquelas requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e contingências passivas

Conforme divulgado nas notas explicativas 2.10 e 14 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de naturezas cíveis, fiscais, trabalhistas, bem como arbitrais, decorrentes do curso normal de suas atividades. Algumas leis e regulamentos no Brasil possuem grau de complexidade elevado, e, portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e contingências, relativos aos processos, requer significativo julgamento da Administração da Companhia, mesmo com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos. Essa situação pode resultar em mudanças substanciais nos saldos de provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo e/ou administrativamente. Devido à complexidade e relevância envolvidos no processo de mensuração das Provisões, probabilidade de desembolso futuro e determinação das respectivas divulgações, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos: (i) obtivemos a listagem dos assessores jurídicos que apoiam a Companhia nos processos judiciais e administrativos e confrontamos as informações de natureza contingencial e o passivo para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas utilizadas pela Companhia com aquelas conduzidas pelos advogados internos e externos e com as informações contábeis, incluindo as classificações com relação as estimativas de perda; (ii) avaliamos a adequação da mensuração, suficiência e reconhecimento da provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas por meio de amostragem e análise dos dados e informações históricas; e (iii) avaliamos se as divulgações associadas relevantes foram efetuadas às demonstrações financeiras conforme aquelas requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões de natureza socioambientais

Conforme divulgado nas notas explicativas 2.10, 3.1.4 e 17 às demonstrações financeiras, a Companhia possui registrada provisão de natureza socioambiental proveniente da implantação do empreendimento UHE Belo Monte. O reconhecimento, mensuração e divulgação dos projetos de natureza socioambientais são relevantes e complexos e requerem significativo julgamento profissional da Administração da Companhia, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos de provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os compromissos foram sendo assumidos perante terceiros. Devido à complexidade e relevância envolvidos no processo de identificação, mensuração e divulgação das Provisões de natureza socioambientais, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos: (i) obtivemos o entendimento da política de reconhecimento dos projetos de natureza socioambientais e da mensuração dos desembolsos prováveis futuros; (ii) obtivemos a composição dos projetos socioambientais e com o apoio de especialistas em sustentabilidade avaliamos o respectivo compromisso assumido e presente da Companhia, por meio de amostragem; (iii) com o apoio de especialistas, avaliamos a adequação da mensuração e suficiência da provisão socioambiental, por meio de amostragem, quanto às premissas utilizadas pela Companhia nos cálculos efetuados e os respectivos registros contábeis; e (iv) avaliamos se as divulgações associadas relevantes foram efetuadas às demonstrações financeiras conforme aquelas requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ênfase

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 30 às demonstrações financeiras, atualmente encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns acionistas da Companhia e determinados executivos desses acionistas. Neste momento, não é possível prever todos os desdobramentos que poderão decorrer desses processos de investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia, além daqueles já mencionados na nota explicativa acima referida. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de

relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 28 de janeiro de 2021.

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Wagner dos Santos Junior

Contador CRC-1SP216386/O-T

Pareceres E Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório da Administração e

Demonstrações Financeiras da Norte Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020

O Conselho Fiscal da Norte Energia S.A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu e examinou as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório da Administração, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, bem como se inteirou da proposta relativa à destinação do resultado do exercício, conforme apresentação realizada pela Diretoria Administrativa Financeira e de Relações com Investidores e o material de suporte disponibilizado.

Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados, bem como considerando a recomendação do Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos, em sua 74ª reunião, de 25/01/2021, o parecer da Ernst & Young Auditores Independentes, emitido sem ressalvas em 28 de janeiro de 2021, o Conselho Fiscal opina no sentido de que as informações constantes nos referidos documentos apresentados aos Conselheiros retratam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a situação financeira e patrimonial da Norte Energia e considera que as mesmas estão em condições de serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

Brasília-DF, 28 de janeiro de 2021.

Reive Barros dos Santos

Presidente do Conselho Fiscal

Astrogildo Fraguiglia Quental

Conselheiro

Vinicius Balbino Bouhid

Conselheiro

Fernando Passalio de Avelar

Conselheiro

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

PARECER / DECLARAÇÃO DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e estamos de acordo com as Demonstrações Financeiras da Norte Energia S.A, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Brasília, 28 de janeiro de 2021

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETORIA (31 DE DEZEMBRO DE 2020)

Nome	Cargo
------	-------

Paulo Roberto Ribeiro Pinto	Diretor-Presidente
-----------------------------	--------------------

Luiz Fernando Rolla	Diretor Administrativo Financeiro e RI
---------------------	--

Luiz Roberto Alves Correia	Diretor de Regulação e Comercialização
----------------------------	--

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

PARECER / DECLARAÇÃO DIRETORES SOBRE RELATÓRIO EMITIDO PELA EY

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e estamos de acordo com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Norte Energia S.A., emitido em 28 de janeiro de 2021 sobre as suas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Brasília, 28 de janeiro de 2021

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETORIA (31 DE DEZEMBRO DE 2020)

Nome	Cargo
------	-------

Paulo Roberto Ribeiro Pinto	Diretor-Presidente
-----------------------------	--------------------

Luiz Fernando Rolla	Diretor Administrativo Financeiro e RI
---------------------	--

Luiz Roberto Alves Correia	Diretor de Regulação e Comercialização
----------------------------	--